



O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, exatamente, mas eles não podiam exigir porque não estava no edital!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor disse que... [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Inclusive o Tribunal de Contas fala que o edital tá cheio de problema porque justamente não pede esses documentos todos, mas isso não é problema nosso. O problema nosso é acatar o edital, oferecer o que o edital pede e aguardar a, a, a resposta. Se o... aí, aí, eles... eu acho que eles cancelaram, não sei, em função da...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor disse que não esteve aqui, né? Não circulou por aqui. Os seus advogados circularam?...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Não, por Florianópolis, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Os seus advogados?...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - ...eu fui no lugar, no lugar lá antes em, antes, em Itajaí, mas não consegui encontrar e fui embora, porque eu fico em Curitiba.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, e os seus advogados?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Eu fico... Eu fico em Curitiba.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Essa transação foi toda por *e-mail*? Não foi presencial nenhuma...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Tudo por *e-mail*. Tudo por *e-mail*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Nenhuma empresa?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Não, tudo por *e-mail*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá.

O senhor é um homem de licitações, o senhor disse que é...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Na verdade não são licitações, Deputado, é... é... são... processos de seleção. Eu não participo de licitações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Foi a primeira licitação que o senhor participou?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - É que isso, na verdade, pra mim não é uma licitação, é... é uma disputa pra gerir uma coisa, que na verdade é, é, é outro tipo. Eu não participo de licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que isso foi chamado de licitação. Então vamos seguir.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - É, é, chamado inadequadamente. Tudo bem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, para eu concluir. Já compreendi. O senhor não esteve aqui, não circulou aqui, os seus advogados não andaram aqui, então o senhor não teve contato com ninguém, não viu... não viu nada. Mas o senhor é um homem de prestação desse tipo de serviço.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Sim, de gestão disso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor poderia contribuir com a CPI...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Hum...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e dizer o que o senhor acha que aconteceu nesse processo, observando que a segunda, que a empresa foi vencedora, homologada com documento que não tinha, quando o senhor apresentou, eles desclassificaram o senhor, mas o documento... eles não apresentaram o documento que pediram para o senhor.

(O senhor João Gilberto Rocha Gonçalves acena que não com a cabeça.)

O senhor apresentou o menor preço, dois milhões e meio, foi desclassificado, o contrato foi assinado rapidamente. O senhor é um homem...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Eu não posso... *(Ininteligível.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...desse tipo de negócio, o senhor poderia ajudar a CPI dizendo mais ou menos o que o senhor acredita que aconteceu?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Eu não posso. Eu não sei o que que aconteceu. O que aconteceu eu não sei, por que... Eu sei o que eu fiz. O que eu fiz foi o quê? Apresentar o menor preço, é... ter sido colocado em segundo lugar quando deveria ter sido colocado em primeiro, entrado com mandado de segurança, ter sido acatado e depois ter sido desclassificado por um outro motivo.

O que aconteceu internamente, eu, sinceramente, não sei. Não posso... é, é, não tenho nem elemento pra falar, não tenho nem elemento, porque as empresas que estão aí, são todas empresas... que foram participar, são todas empresas aí que estão no mercado em vários outros lugares.

Então eu não sei realmente o que aconteceu. Não dá pra, pra dizer. E mesmo porque, na minha visão, na situação que nós... na minha visão é... é... é... eu não tô vendo o valor que estão oferecendo como um valor astronômico diante do que tá acontecendo no País, porque eu tô vendo o que tá acontecendo em outros lugares. É, é, não se acha material pra comprar, etc. Então eu não tô vendo... Não tenho nada pra falar a respeito disso, nada, nada, nada. Eu tenho pra falar a respeito do que aconteceu de a gente ter ganho e não... e não ter, e não ter levado. Só isso. É só.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, muito obrigado, senhor João Gilberto, o senhor ajudou bastante. Muito obrigado pela sua participação, voluntariedade, né, de ajudar a CPI.

Desejo boa noite para o senhor, boa sorte e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Antes de passar a palavra ao Deputado Milton Hobus, que primeiro se inscreveu, eu gostaria de perguntar ao Deputado Sopelsa, e dar as boas-vindas ao Deputado Felipe Estevão, se ambos têm algum questionamento a ser feito?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Estou acompanhando, senhor Presidente, e alguma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pode falar, Felipe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Estou aqui acompanhando, hoje eu estou um pouco enfermo, mas mesmo *on-line* estou aqui acompanhando os depoimentos, né, e assim que eu puder contribuir de alguma maneira estarei me manifestando, pedindo a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – *O.k.* Melhoras, Deputado Felipe Estevão.

Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Senhor Presidente, senhor Relator, senhores Deputados, eu só perguntaria ao senhor João Gilberto, né...



O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Gilberto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...se ele teve alguma participação na compra dos respiradores em Santa Catarina? Eu quero mais uma vez dizer que a CPI é para investigar questões que envolvam a compra dos respiradores em Santa Catarina.

Eu perguntaria ao senhor: o senhor teve alguma participação na venda desses respiradores, duzentos respiradores para Santa Catarina?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ - Eu nem sabia que Santa Catarina tava comprando respiradores. Eu nem sabia. Não tinha a mínima ciência disso, que Santa Catarina tava... mesmo porque nesse próprio edital, se você olhar, eles pedem que quem ganhasse colocasse cem respiradores, colocasse os respiradores, cem respiradores, eles pedem isso. É, é, e que depois esses respiradores iriam ficar pro Estado pra ele alocar com outros... quando acabasse a pandemia.

Eu nem tinha ciência nenhuma que Santa Catarina tava comprando respiradores, nenhuma ciência. Nada, nada, nada. A única coisa que eu participei foi... é... é... de tentar disputar, disputar uma, uma, uma coisa que a gente sabe fazer que é tocar, é... é... hospital. Só isso, mais nada, mesmo porque a nossa instituição ela não comercializa nenhum tipo de produto. Zero, nada, nada, nada. A gente só faz gestão de processo, mais nada.

Tenho... nem... noção nem ciência de nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Ficou claro para esta Comissão, senhor João.

Deputado Sopelsa, mais alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Não, estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado, Deputado. Obrigado pela compreensão

Deputado Milton Hobus, com a palavra vossa excelência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Boa noite, senhor Presidente, senhores Deputados, cumprimentar o seu João Gilberto e agradecer pela sua presteza.

Eu queria só fazer duas perguntas, senhor João Gilberto. Uma, no seu depoimento fica um pouco de dúvida pra nós. Aqui nós temos na documentação que o Estado enviou solicitação às entidades, no caso como a vossa empresa, no dia 8 de abril pela manhã, e que as propostas teriam que ser apresentadas até o dia 15 do dia seguinte...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...e o senhor disse que o senhor teve... que o senhor teve em Santa Catarina, teve em Itajaí pra ver o que seria, o que aconteceria. Então, de acordo com o que está aqui nos documentos, não daria tempo pra tudo isso. O senhor teve informações anteriores, quem lhe passou essas informações?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – A única informação que eu tive é que ia ter um hospital em Santa Catarina e eles, eles gostariam de empresas que pudessem apresentar é... propostas pra disputar isso aí. Mesmo porque, Deputado... Mesmo porque...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O senhor não, o senhor não recebeu nenhum e-mail?



O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, antes não, nenhum *e-mail*, mesmo porque, Deputado, é... acredite, eu sou um homem desse meio, é, as empresas estão completamente abarrotadas, não tem... se o senhor procurar hoje, tá muito difícil inclusive encontrar empresas pra poder tocar esse serviço, por questão de mão de obra, material, tá sendo uma luta.

Então, os gestores de uma maneira geral tão tentando caçar empresa do Brasil inteiro. Tô falando isso não Santa Catarina, do Brasil inteiro, porque a gente recebe ligação de, do, do Brasil inteiro: pelo amor de Deus, a gente precisa de alguém aqui pra tocar. E a gente não tem perna pra ir, não tem condições.

Agora, em Santa Catarina a gente tem perna porque nós tamo em Curitiba, tamo do lado aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – *O.k.*

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Então, é só isso. É, é, é, contatos de: olha vai sair. E eu vi isso... não fui eu que vi, o nosso departamento viu isso no *site* o dia que saiu, mas foi assim, tipo de um dia pro outro. De um dia pro outro vimos no *site* e já baixamos e começamos a trabalhar em cima da proposta. Nada... nada...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - A outra, outra...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – ...nada traçado assim, simplesmente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu entendi, entendi. Só queria lhe fazer mais uma pergunta, senhor João Gilberto. O senhor disse aqui que o senhor venceu, a sua proposta foi classificada e o senhor venceu a licitação...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Considero...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ...tanto é que o mandato de segurança foi a seu favor e o Estado não acatou. Na sua opinião, houve um direcionamento do Estado pra declarar a outra empresa vencedora, em detrimento...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...das suas argumentações, inclusive auxiliada pelo mandato de segurança?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – É, veja só, dizer que houve um direcionamento, é difícil eu falar isso. Eu não vou falar, eu não vou afirmar isso por dois motivos. Um é... que foi uma coisa muito rápida e eu acho que direcionamento é uma coisa... uma palavra muito pesada. Segundo, é... porque era uma coisa muito simples, tão simples pra ser direcionada. Eu não vejo isso. Eu vejo que houve, na minha visão, má condução do processo, má condução daquele processo. É, é, as pessoas que estavam conduzindo aquele processo não tinham habilidade administrativa para conduzir aquele processo. É isso que eu enxergo. Por quê? Porque o processo tava sendo desvi... tava sendo conduzido por uma Defesa Civil.

A gente prestou coisas pra Defesa Civil. O que lá a Defesa Civil entende de, de hospital, eu to... eu penso comigo? É, é, é a San... uma, uma Secretaria de Saúde já é complexo entender de hospital, quanto mais uma Defesa Civil. Quer dizer, as pessoas não falam a mesma língua. Eu, eu, eu falava coisas, a pessoa, mas... não entendiam o que eu tava falando. Ah, não...

Então, eu enxergo uma coisa como um... um... um... como uma má, uma má condução. Agora, direcionamento, eu não posso dizer, não posso dizer. Agora, que foi muito mal conduzido, administrativamente falando, isso eu posso afirmar e mostro que foi mal conduzido administrativamente.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Satisfeito, senhor Presidente, satisfeito, senhor João Gilberto, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Boa tarde.

Senhor João Gilberto Rocha, tudo bem?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Tudo bem. Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Eu quero só lhe fazer uma pergunta aqui, diante do que o senhor nos relatou até o presente momento.

O senhor afirmou aqui que o instituto ficou sabendo que haveria uma licitação.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Ficaram sabendo por alguém do Estado? Alguém que comunicou? Alguém que avisou? Alguém que...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, não. Por, por, por áreas comerciais nossas que ficam no Radar captando...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Sim.

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – ...captando esse tipo de situação na região que a gente atua.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Não, é justamente essa divergência que eu senti na sua fala, porque...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...eu conheço o programa, esse Radar, que identifica onde está tendo licitação, edital e aí você se inscreve e participa. Então o senhor, ao mesmo tempo que relatou aqui...

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Não, mas o Radar nosso não funciona só assim. A gente também fi... tem contatos não de Estado, contatos de pessoas, comercialmente falando, que ficam de antena ligada onde vai, onde vai... sair alguma coisa. É assim que a gente, que a gente é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Então é tanto o Radar eletrônico quanto o radar de contato pessoal?

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Isso. Quanto o radar de contato pessoal, mas não pessoas do Estado, pessoas nossas, comerciais nossos, que ficam vendo onde vai ter alguma coisa. É assim que funciona, qualquer empresa é assim que funciona.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor João Gilberto, a gente agradece a participação do senhor nesta Comissão. A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina agradece a sua participação.

Seria isso, senhor João Gilberto Gonçalves. *[Transcrição: Taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]*

O SR. JOÃO GILBERTO ROCHA GONÇALEZ – Boa noite.

(O senhor João Gilberto Rocha Gonçalves se desconecta da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Solicito à assessoria que conduza a este ambiente a senhora Janine Silveira dos Santos Siqueira.

(A senhora Janine Silveira dos Santos Siqueira adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.)

Boa noite.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Boa noite.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora é Janine Silveira dos Santos Siqueira?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seja bem-vinda à nossa Comissão.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhora Janine, a senhora sabe por que foi convidada para a reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim, sei. A aquisição dos... respiradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora tem que fa...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Posso tirar isso aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode tirar a máscara e falar bem próximo ao microfone.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim, ã... a aquisição dos respiradores pela Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso, contrato com a Veigamed.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora assume o compromisso de dizer a verdade e somente a verdade no âmbito desta Comissão, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Lembrando à senhora, como testemunha compromissada, a senhora tem o direito de permanecer calada. Contudo, é necessário que a senhora expresse o seu desejo de permanecer calada, porque o silêncio não é indicativo de resposta.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então a senhora fala: prefiro permanecer calada.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Tá bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro aqui, é necessário que a senhora fale o seu nome completo, a profissão, o endereço e o seu local de nascimento. E como eu disse antes, o mais próximo possível do microfone, de forma bem compassada, para que possa ser feito o registro.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

É... Janine Silveira dos Santos Siqueira, é... nasci em 8/3/1982, é... endereço rua Francisco Pedro Machado, número 55.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Profissão da senhora?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Advogada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora tem advogado constituído, a senhora trouxe advogado?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sendo assim, passo a palavra ao Relator desta Comissão, o eminente Deputado Ivan Naatz.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Boa noite, Janine.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Boa noite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado pela sua presença aqui.

Eu considero o depoimento da senhora um dos mais fundamentais para o esclarecimento do que aconteceu não na compra dos... não naquele processo do hospital de campanha, mas na compra dos EPIs.

Eu acompanhei todo o processo que a senhora faz, o trabalho que a senhora faz, qual o papel que a senhora faz, e também tenho aqui a licitação dos hospitais de campanha e comparei o trabalho que a senhora faz com outra pessoa que faz a mesma coisa na Secretaria da Saúde.

Então... nós não estamos investigando aqui o contrato de licita... esse contrato do Mahatma Gandhi, esse contrato que tem a assinatura da senhora.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós estamos investigando a compra dos respiradores, quero deixar isso bem claro. Mas é importante que a senhora colabore com a CPI para que eu compreenda como se procedeu aqueles... aqueles...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e como se procedeu à escolha do contrato dos respiradores. Porque na verdade o mecanismo foi o mesmo, as pessoas que atuaram nesse processo são as mesmas, e nós temos algumas pessoas que são elementos comuns dentro desses processos.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como, por exemplo, o advogado Leandro... Leandro Adriano de Barros, que participou diretamente de todos os negócios, o próprio... o próprio ex-Secretário da Defesa Civil (*sic*), Douglas Borba, que circulou em todos os processos, e do Helton Zeferino, que circulou em todos os processos.

Então nós vamos compreender como aconteceu a compra, aquela tentativa de contrato dos leitos de UTI, para compreender como essa pessoas atuaram, cada uma delas.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu pergunto... a senhora é diretora Administrativa e Financeira da Defesa Civil. É isso?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora já teve outro cargo público?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu fiquei onze anos na Secretaria de Saúde, eu fui assessora jurídica, e... saí de lá consultora jurídica. Eu entrei lá como... digitadora e depois fui pra... assessora jurídica e... eu tive uma... na verdade uma... progressão dentro da Secretaria de Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a senhora foi cargo comissionado...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Onze anos, na Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Onze anos. Muito bem.

Então a senhora é uma pessoa de confiança, trabalhava dentro da Secretaria da Saúde, trabalhou dentro da Defesa Civil, e é advogada, conhece as leis, conhece as



normas, por isso que eu julgo a senhora uma pessoa importantíssima para ajudar a gente a esclarecer esses fatos.

Eu registro que eu não tenho nenhuma dúvida que a senhora não tem participação absolutamente nenhuma em nenhum desses procedimentos. Digo isso para deixar a senhora tranquila....

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, tranquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...pra dizer que a senhora não é investigada. A senhora tá aqui pra ajudar a gente a compreender o que aconteceu.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora foi quem abriu o processo de licitação do hospital de campanha. Foi?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, na verdade eu não abri, né?

Na verdade quem... é geralmente a área técnica que encaminha pra Diretoria de Administração e Finanças, pra que ela possa autorizar aquele processo mediante algum... mediante a instrução, né? É... diante das justificativas que tinham dentro do processo, esse processo seguiu um fluxo, né, pra essa aquisição por dispensa de licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Eu verifico aqui, desde a abertura do processo dos cem leitos de UTI até o fechamento dele, com aquele processo judicial, parecer do Tribunal de Contas, a convocação do Secretário da Saúde para vir aqui, do Secretário da Defesa Civil, todo aquele problema que se criou em volta desse contrato, que ele foi extremamente rápido. Entre a licitação, a escolha, a homologação do contrato, se deu três, quatro dias, uma coisa assustadora, né, foi assustadora a rapidez. Por que isso aconteceu com tanta rapidez assim?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Assim ó... né... na verdade quando chegou esse processo pra mim na Diretoria de Administração e Finanças, eu... eu fui... hã... chegou pra mim esse assunto que seria talvez preciso contratar um hospital de finanças dia 1º de abril, né? E eu tava em casa na verdade, tava até... em home office, e daí eu recebi uma informação do GRAC, né, uma informação do GRAC, ah, que a gente... que a gente tá tendo uns relatórios do Nietta e do GRAC, que a gente vai precisar hospital de campanha.

E daí a gente iniciou um procedimento... eu entrei em contato com o governo de Goiás, com a Marcela, a Procuradora de Goiás, eu... porque a gente não tinha esse modelo no Estado de Santa Catarina, então eu fui atrás...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi a senhora a responsável por essa licitação toda?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não. Essa... toda de... do pro... hum....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Do hospital de campanha?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, porque eu não... não sou técnica, né, na verdade... (ri)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hm.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Então o que que foi, que que eu peguei e... entrei em contato porque eles não tinham nenhum material, assim, não tinham um modelo, orçamento ou... não tinha onde a gente se basear. Então



o que que eu fiz, eu comecei a... eu entrei em contato com... Goiás, pra ver qual que a gente ia adotar, se a gente ia adotar chamamento público, né, concurso de projetos, porque... chamamento de OS.

Dáí... conversei com o pessoal de Pacaembu, do Anhembi, né? Conversei com a Rosália, que era de São Paulo. Conversei com algumas pessoas - essas conversas eu tenho até registradas. E eu verifiquei que esse modelo não era o adequado pra Santa Catarina, porque... a gente não teria como produzir metas, né, aquela situação toda que acontece num... concurso de projetos. Então... numa OS, na verdade, contratação de uma OS.

Então o que que eu vo... que que eu... sugeri pro, pro... pro chefe da Defesa Civil? Sugeri assim: ó, chefe, se realmente for necessário contratar campanha, que eu acho... eu acho que a Secretaria da Saúde deveria fazer isso, porque a gente não tem orçamento, é, qual é a necessidade desse leito, né, a gente tem que ter um processo bem robusto e... ter essas justificativas da necessidade.

Então a gente pegou e... eu dei continuidade ao pro... ao processo e eu falei: ó, tem que vir pra mim, eu preciso de um orçamento, de uma planilha de preços que a gente tenha a basear, só que eu não vou contratar, né, eu não vou sugerir a contratação, de pegar três orçamentos e a gente contratar. Eu sugiro uma publicação no edital, no Diário Oficial e no portal da Defesa Civil.

Porque assim, a gente fez um... a gente teve até um excesso de zelo, porque hoje como é que funciona no processo de, de... dispensa de licitação: você pega três orçamentos, não é, faz três de consultas de preço e contrata o mais barato. É isso o que acontece num processo de dispensa de licitação. Eu sugeri, por experiência na Secretaria da Saúde, em que a gente fazia um mini, uma minilicitação, é o edital, né, que a gente pedia pra em 24 horas ou 48 horas o fornecedor apresentasse a proposta. Então eu achei assim... pra dar publicidade a essa situação, porque era 76 milhões, que a gente fizesse isso.

Então o Coronel João Batista concordou com a gente dar publicidade a esse edital pra contratar essas propostas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Nesse procedimento, quais foram os agentes políticos que participaram? Além do Secretário João Batista — Secretário ou Presidente, né, João Batista, o diretor —, do Coronel João Batista, quem mais do governo participou diretamente na compra desses equipamentos?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Assim ó, é... na compra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ou na escolha da empresa, no processo.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Assim ó, a escolha da empresa foi através do edital, né? Assim ó, o... a busca do preço foi uma planilha que chegou do GRAC, né, quem me enviou essa planilha até foi... pessoal do GRAC, com esses preços, que eu acho que foi busca de preço, mas... assim ó, a participação no processo, eu acredito... num processo de 76 milhões, ele tem que passar por várias coisas, até porque tem um decreto, o 5... o 552, que ele faz uma abertura de crédito, né, o Governador faz, né, um decreto com abertura de crédito extraordinário e ali, ali está justificada a abertura do pro... do, do hospital de campanha, né?

Então assim, era ciência, sim, do Governador, do... da Casa Civil, que teve que fazer o decreto, né, então assim...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Casa Civil teve conhecimento?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Teve, porque teve que fazer o decreto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi um dos primeiros ou... por último ou...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, porque... pra fazer abertura de crédito... e eu também questionei outra situação, porque... assim ó, a minha opinião é que es... esse processo deveria ser feito na Saúde, né? A... daí, que que eu falei: não, se a gente fizer por aqui, tudo bem, o GRAC tá aqui, o pessoal da gestão de risco tá aqui, né, tá todo direcionado, porque o pessoal da Saúde tá tudo na Defesa Civil, né? Se a gente fizer aqui... a gente não tem problema a gente licitar por aqui, mas a gente vai ter que ter uma descentralização de recurso, no contrato a gente tem que ter uma comissão da Saúde, porque a gente não tem competência pra fiscalizar esse contrato, até porque tem questão médica ali, né.

E... e foi... e foi assim que a gente conduziu dentro da Secretaria de Defesa Civil, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a Casa Civil tinha conhecimento dessa...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – É...o... é, tinha, porque passou o decreto, até porque é... a... a... quando tinha o decreto do... tem um decreto específico, que é o 506, que decretou a urgência, e dentro dessas atribuições só o Secretário da Saúde poderia ratificar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Então o que que eu falei: ó, a gente precisa alterar o decreto ou precisaria... então a única participação que eu tive com a Casa Civil, o único momento, foi que eu solicitei ao Coronel João Batista que fizesse alteração para a Defesa Civil poder... senão a gente estaria dentro de uma... a gente teria que ter a ratificação do Helton, ou, né, ele teria que conduzir o processo por lá.

Daí foi feita essa alteração no decreto pra permitir à Defesa Civil fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Coronel João Batista teve aqui e disse pra mim e pros Deputados que a Casa Civil não participou dessa escolha.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – É, não participou na escolha do... na... no, no procedimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – No procedimento.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA –... no procedimento.

Tanto é que eu só encontrei o Douglas uma única vez, dentro da Secretaria de Defesa Civil, que foi quando eu procurei o Coronel João Batista e falei que a gente precisaria alterar o decreto, ele ligou pro Douglas, o Douglas tava perto ali, porque tem coletiva ali direto, ele foi até a sala e ligou pro... pro... pro... pra Dial, né, que tem um procurador lá na Dial, ligou na hora e falou: ó, a gente vai precisar alterar o decreto e tal. Ele falou: não, tudo bem, o consultor lá... O consultor, não, o diretor da Dial, o... Daniel Cardoso, ele respondeu dizendo que iria fazer essa alteração.

Foi a única... vez que eu conversei com o Douglas Borba dentro nesse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então os ex-Secretário Douglas Borba tinha conhecimento antes de começar o negócio?



A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu acredito que sim, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então ele tinha conhecimento... antes de abrir a licitação ele sabia...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – É, antes eu não sei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... que o Estado ia fazer esse contrato.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – A... antes eu não sei dizer. Antes...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, se ele fez o contrato...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Antes eu não sei dizer. É... a gente publicou um edital e daí quando a gente... quando... antes de a gente publicar o edital eu suscitei algumas questões jurídicas, né, eu tenho conhecimento jurídico...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Então assim, ó, eu suscitei que a gente teria que adequar o decreto, que a gente precisava... a, por exemplo, a gente não tem recurso, tem que abrir um crédito extraordinário e uma descentralização pela Secretaria de Estado da Saúde. Eu pontuei algumas necessidades que... pra formalização do processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, já compreendi.

Eu quero saber o seguinte: com relação às pessoas que circulavam dentro da Defesa Civil naquela época, naquela época...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...havia estranhos circulando dentro da Defesa Civil? Quando se começou a falar de contrato, de hospital de campanha, começaram a circular pessoas estranhas na Defesa Civil?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Assim, ó, nesse período da Covid, como lá tá sendo o centro, então assim, tá entrando muita gente, né, tanto é que a guarita agora acho que tá anotando o nome das pessoas que entram no prédio, porque é muita gente, né, a gente já tá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas eu não... não... tô falando de uma pessoa que vai lá. Tô falando lá, circulando nos corredores da compra, da licitação, das diretorias, dos gabinetes de gerentes, diretores...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Com mi... na minha diretoria não... não circulou ninguém estranho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas em outras?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Aí eu não sei dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas a senhora não trabalha lá?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu trabalho, mas assim ó, eu, eu chego no meu serviço e vou pro primeiro andar. O primeiro andar é praticamente vazio, assim, não tem muita gente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, é...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – O segundo tá ocupado pela Secretaria da Saúde e térreo é o gabinete.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou ajudar a senhora.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Só pra eu entender, né, a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vou ajudar a senhora. O advogado Leandro Adriano Barros,... Leandro Adriano Barros, a senhora conhece?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora conhece ele de onde?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Da Secretaria de Estado da Saúde, ele foi superintendente na Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele foi superintendente na Saúde.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então é o seguinte: o Leandro circulava lá na Defesa Civil?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu encontrei o Leandro... vou ser bem sincera, encontrei o Leandro depois, quando houve anulação do processo, que eu falei pro Secretário pra chamar a empresa, né, porque... a anulação precisa dar os cinco dias de... manifestação, contraditório e ampla defesa pra empresa, que foi pra comunicá-lo que a gente iria anular o processo e que eles iam, né, iam ser intimados pra em cinco dias oferecer se... tiveram algum prejuízo, apesar que não, não teve, de fato a operacionalização, né, do hospital, então não teve prejuízo nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque eu não estou entendendo muito bem, a senhora precisa me ajudar.

É o seguinte, o Leandro se apresentou aqui como representante da Mahatma Gandhi, a empresa que ganhou...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Ele é advogado. Ele é advogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso. Representante legal...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...da empresa Mahatma Gandhi que ganhou a licitação. Obviamente, se ele se apresentou aqui como representante legal da Mahatma Gandhi, ele circulou dentro da Defesa Civil se apresentando como representante legal da Mahatma Gandhi. A senhora confirma?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Ele pode ter circulado dentro do gabinete, com o pessoal técnico, oferecendo informações pra fazer esse... Mas comigo, não, isso eu tenho certeza. [Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Clovis Pires da Silva]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora viu ele na Defesa Civil?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Vi ele uma vez na Defesa Civil, isso, isso eu confirmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É? E ele estava com quem?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Ele tava sozinho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sozinho? Sem ninguém? Foi lá sem ninguém?



A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Ele foi... não, ele foi pra, representando a Mahatma Gandhi, né? Ele foi representando a Mahatma Gandhi em re... porque a gente tinha acionado ele, pra ele...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não entendi. Quem tinha acionado?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — O gabinete tinha acionado ele pra avisar pra ele ir lá na... pra, pra gente ter uma reunião...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não entendi?...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Depois da anulação do processo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora disse que não falou com ele, que não viu?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Eu falei com ele na rescisão do contrato, acabei de me manifestar sobre isso

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Antes disso.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, antes disso, não, eu não conversei com o Leandro. Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E ele tava lá, conversava com o diretor, todo mundo ou não?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Comigo, não. Agora...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Com os diretores, com o Secretário, com?...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Eu acredito que ele conversava com a equipe, né, porque a gente buscava fornecedores, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora via ele lá?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, eu só vi ele uma vez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O que ele foi fazer... foi no dia da rescisão?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — No dia... depois que... quando, quando a gente... quando houve o parecer da consultoria jurídica pra anulação, a gente precisava emitir o ofício pra empresa pra que ela apresentasse cinco dias, né, manifestação contraditória e ampla defesa da rescisão do contrato, que o contrato já tinha sido assinado. Então a gente chamou pra comunicá-lo, ele, que haveria essa rescisão e que ele teria cinco dias para se manifestar se houve algum prejuízo, só que como nunca foi operacionalizado, eles nem recorreram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu observei que nessa licitação e na outra também, por isso que a senhora está aqui, que algumas diretrizes não foram obedecidas como, por exemplo, a instrução da SEA 06/2020, que são as questões técnicas, né?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O termo de referência, também não foi seguido o protocolo da Lei de Licitações, a Lei de Contrato Emergencial, a orientação da Advocacia-Geral da União...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Em qual processo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — com relação às compras emergenciais...



A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Desculpa, Deputado, em qual processo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Neste processo aqui.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Do hospital de campanha?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, esse aqui.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não foram seguidas algumas diretrizes, portarias, determinações que a gente tem conhecimento. A legislação... a senhora é advogada, está há onze anos no serviço, sabe melhor do que eu que existem diretrizes, portarias, existe a instrução normativa, se não me engano, a 02 de 2020 da compra da Covid, que determina essas regras, tem a questão da 006, que é o termo de referência, tem a Lei 4.320, que é essa que a senhora se referiu, que é dos contratos emergenciais...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nada disso foi observado nessa compra e na compra que nós estamos investigando?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Assim, ó, eu, eu, eu, eu, a CGE participou desse processo, inclusive sentei com, com o Controlador e eu respondia a todos os questionamentos e todas as orientações que tavam dentro da orientação dele, e tem até um *check-list* onde tem pergunta e resposta, em cada resposta eu anexo ainda a página do documento, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

Então a senhora não seguia essas diretrizes?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, e... eu segui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas não tem instrução. A senhora disse que seguiu, mas eu não encontro o termo de referência aqui no processo.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, o termo de referência tem, tem o termo de referência ao Anexo 1 e 1A, tem que a orientações técnicas que foi enviada pela Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Foi aquelas que a senhora pegou lá em Goiás?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, não, aquelas que foram encaminhados pela Secretaria de Estado da Saúde, é o Anexo 1A.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Helton Zeferino, o Secretário, participou desse processo aí?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Participou, partici...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Qual foi a participação do Helton Zeferino nesse processo dos cem leitos de UTI?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Ele é... a participação dele foi informar a necessidade... porque outra questão, a... a região, até tem um ofício dele dentro desse processo dizendo o motivo por que a escolha da região de, da, da, de Itajaí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o Douglas Borba?



A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — O Douglas Borba só naquela participação do decreto, né, foi a única vez que eu conversei com o Douglas, foi o Decreto 55...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Senhora conhece o Leandro de outras... além da Secretaria... o advogado Leandro?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora conhece ele de outras... além da Secretaria da Saúde?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, eu, eu, eu conheço ele de vista de Biguaçu, porque eu me formei em Biguaçu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora é de Biguaçu também?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, não, eu me formei em Biguaçu, né? Então conheço ele de vista, mas nunca tive contato, amizade, nada com ele. Quando ele foi pra Secretaria, eu falei: olha, acho que tu fez uma cadeira comigo na Univale. Ele fez tributário, eu acho, algum cadeira comigo, mas eu não tinha nenhum contato com ele, eu conheci ele só dentro da Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Além dos cem leitos de UTI, a Secretaria da Defesa Civil participou de outra licitação? Promoveu?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, desses não, só, só o hospital de campanha. E a... até a gente fe... eu lembro que a gente... a previsão desse, da publicação desse edital era no dia 13. A gente queria, né, a gente fez uma reunião com os órgãos, que... eu que acionei, na verdade, acionei a Promotora Ariadna, que é chefe de gabinete do Procurador Comin, pra que a gente fizesse essa reunião, porque é assim, na Saúde eu sempre gostei de trabalhar com o Ministério Público nessas questões. Sentava com o pessoal do Tribunal de Contas, até pra gente pontuar, né, qual é o caminho que a gente ia ser, se a gente podia fazer por dispensa de licitação essa contratação, que tem aqui toda a questão de OS ou é concurso público OS.

Então, é... eu, eu fiz questão que isso aí fosse, fosse levado pro Tribunal de Contas, tanto é que o Tribunal de Contas depois mandou recomendação.

Só que o que que acontece? O GRAC informou no dia, no dia 7, se eu não me engano, até tenho essas informações, que dia 10 já não teriam mais leitos de UTI. Então a urgência, né, que: ah, não vai ter mais leitos. Aí tem um relatório do Nietta, onde explica ali que até tal dia... projeção dia 10 não iriam... o Estado não ia ter mais leito de UTI. E... era isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora, com a experiência toda que tem, o que aconteceu que a empresa foi desclassificada, a outra foi classificada, acabou cancelando essa licitação? O que a senhora poderia dizer para a CPI com relação a essa licitação? O que aconteceu? Uma sucessão de erros, foi um indicativo, a senhora pôde perceber... É importante que a senhora nos ajude.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora pôde perceber que havia um direcionamento, alguma empresa para ganhar, o que a senhora?...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Assim, ó, eu não percebi nada de direcionamento. Porque assim, ó, eu... eu, eu, eu abri o edital a fechamento, né, a gente tava ali junto, né, na abertura, até as 3 horas era o envio das propostas. Então... a gente recebeu quatro propostas, eu fui... assim que eu fui recebendo, eu já fui inserindo no SGPE para dar maior transparência também, fui



colocando no SGPE. E o julgamento da proposta de Mahatma foi o seguinte: a... a outra proposta ela tinha vários valores div... divergentes, vários valores. Se a gente calculasse pelo equipamento, ia ser um valor, se a gente... Então ela tinha cinco formas, isso foi até o que foi informado pra, pra Procuradoria-Geral do Estado, por que que a gente considerou o menor preço? Porque o critério do edital era o menor preço global. Então assim, pra onde que eu ia partir? Eu ia seguir o edital, eu tinha que tá vinculada a um instrumento convocatório, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Leandro de Barros, a senhora conhece?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O que ele faz?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Ele é advogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Advogado. Estava lá na CPL... estava lá na Defesa Civil também?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não. O Leandro, ele, eu conheci ele só depois do... porque ele foi advogado da Maha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, sim, ele esteve aqui.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Eu, eu nem sabia, eu nem sabia que ele era advogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora já respondeu, disse que ele esteve lá algumas vezes...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...que a senhora só viu ele uma vez lá.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só que ele esteve aqui e disse que esteve várias vezes lá representando a empresa.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — É, mas... pois é, porque assim, ó, a minha sala, quem conhece a Defesa Civil, o primeiro andar fica só o diretor, a área técnica ali, eu subo e não fico circulando, é só quando o chefe me chama eu desço pra despachar, não fico circulando, né? Então, assim, ó, a área de compras é embaixo, a... os gabinetes embaixo, segundo andar é a Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então a senhora não viu nada de ilegal?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, eu juro por Deus que não vi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu tenho um Procurador aqui... a senhora é advogada, eu sou advogado também, eu tenho um parecer aqui do Procurador dizendo que estava tudo certo a licitação, que estava tudo certo. Mas não estava tudo certo, tanto não estava tudo certo que o Governador desistiu, que a empresa entrou com processo, que o Tribunal deu liminar, que mudou, que o Tribunal voltou a dar liminar.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Assim, ó...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se tivesse tudo certo, não tinha acontecido tudo isso.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Tá, o que foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que o Procurador deu parecer dizendo que estava tudo certo?



A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Na verdade, assim, ó, esse processo, assim, todo uma... inclusive a Procuradoria-Geral do Estado, né, acompanhou todo esse processo. Mas, assim, ó, esse processo ele só foi anulado primeiro pelo, pelo imbróglio jurídico que surgiu. E, segundo, porque no dia, um dia antes da... quando tava, o segundo mandado de segurança entrou com a liminar, a gente ia suspender a urgência, havia um chamamento público do Helton, no caso da Secretaria de Estado da Saúde, pra abrir leitos. Então, assim, ó, a gente poderia, já que tá tão enrolado, tá dando tanta polêmica, e tem algumas apontamentos por questões de dificuldade, depois vai dar problema na fiscalização, se aqueles apontamentos foi foram feito na... pode dar problema na, na, na... na publi... na, na fiscalização futura, então a gente anula aquele edital e se, e daí como tem um hospital de chamamem... um é chama, um chamamento público na saúde, então se dá continuidade aquele e lança um edital correto com todos os... né? Informa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Correto?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, não, que, que siga todas as orientações do Tribunal de Contas, porque o Tribunal de Contas ele teve uma visão de que poderia ter um jogo de planilhas, por exemplo, fazer unitário em vez de preço global... Só que ali é um serviço separado, aquilo ali eu até entrei em discussão com o pessoal do Tribunal de Contas. Porque assim, ó, não teria como ter um jogo de planilha porque a gente... é serviço mensal, certo? A gente vai pagar, a gente não pode cobrar a empresa, né, ela vai produzir, a gente não sabe a demanda que vai vim da Covid, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim.

A senhora observou que uma das empresas que participou da licitação apresentou o preço maior do que o preço máximo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Senhor Presidente...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Como assim? Eu não entendi..

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora observou?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Desculpa, desculpa, eu não... entendi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Senhor Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora observou que uma das empresas apresentou?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pela ordem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, eu vou concluir, depois o Deputado fala...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É só para eu concluir, Deputado, depois o senhor pode falar.

É o seguinte: a senhora percebeu, nós tivemos uma empresa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Não, uma questão de ordem, senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pela ordem, pela ordem, Deputado Sopelsa.



A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — *(Ininteligível)*
hospital de campanha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Eu não vejo, eu não vejo nenhuma pergunta, nenhuma pergunta sobre a questão que nós formamos a CPI. Eu peço v nia, se continuar perguntado sobre o hospital, que eu também quero que seja esclarecido, mas me parece que nós não estamos no fórum apropriado para discutir hospital.

Então, se for para discutir o hospital, eu peço vênia para sair da reunião. Não, não tenho como...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor está...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — ...não tenho como participar de uma coisa que não tem o vínculo daquilo que eu fui chamado para esclarecer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Ivan Naatz, o senhor está indo para a conclusão?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, eu estou concluindo.

Qual semelhança que a senhora encontra entre esse processo licit t rio, que não seguiu algumas diretrizes segundo o Tribunal de Contas, e os processos dos respirados? A senhora é uma pessoa especialista, trabalhou na Secretaria de Saúde mais de onze anos fazendo as compras. Então, qual a diferença que a senhora encontra entre essa licitação que foi anulada, que também estava cheia de problemas, e a licitação dos respiradores? A senhora tem conhecimento do processo de licitação dos respiradores, n ?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Tenho conhecimento do, do processo, só que eu não participei do processo dos respiradores. Eu não acompanhei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora... no processo dos respiradores, quero aproveitar então a experiência da senhora aqui na questão do processo dos respiradores. A senhora, como trabalhou l  onze anos, pode nos ajudar, certo?

Esse processo dos respiradores ele também teve a participação do Leandro, nessa situação. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, não tenho conhecimento da participação dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — No processo dos respiradores?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, eu soube da, das m dias, n , que ele tava envolvido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora sabe, por exemplo, que no processo dos respiradores não se seguiu as diretrizes, por exemplo, também, das instruções normativas?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Eu, eu escutei que fa... eu o... só escutei, n , falar que: ah, não, não seguiu o Grupo Gestor e teve algumas situações. Mas eu não analisei o processo, eu vou ser bem sincera.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.



Qual é o papel da Controladoria do Estado nessas licitações? Qual é o papel da Controladoria, tanto na licitação aqui, quanto na licitação dos respiradores? Qual é o papel da Controladoria?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Assim, ó, a Controladoria, normalmente, ela atua quando é acionada, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ã-hã.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — A gente acionou a d... a... CGE, a auditoria da Fazenda, né, e todos eles tavam numa parte desse processo do, do hospital de campanha. Não sei se isso foi feito no...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Controladoria trabalhou no hospital?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — A gente, a gente que aciona, né, a gente que aciona, ó, a gente tá saindo, o que que... Pra pedir orientação, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ã-hã.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Será que a gente tá seguindo um norte, pra eles acompanhar, daí eles direcionam uma equipe pra esse acompanhamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — No hospital de campanha a Controladoria não funcionou, a senhora trabalhou onze anos lá. A senhora sabe... poderia nos ajudar dizer por que não funcionou, por que não atuou a Controladoria naquela licitação?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Eu não sei... Eu, eu, eu entendo que é questão de gestão, né, o gestor ele tem que direcionar, né, porque há uma equipe de trabalho e tentar seguir os fluxos, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele teria que avisar?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Eu entendo que o gestor e os responsáveis, superintendentes, diretores, gerentes, eles deveriam sentar e é uma coisa séria, né, um valor altíssimo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Avisar.

A senhora trabalhou na Secretaria de Saúde, certo? Como é que funciona o procedimento lá dentro? É possível fazer uma compra fria, é possível fraudar o sistema?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Olha, eu... assim, ó, eu trabalhei onze anos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora precisa nos ajudar.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — ...onze anos eu trabalhei na Secretaria da Saúde, e assim, ó, o pessoal da Gerência de Licitações são pessoas totalmente corretas, assim, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas é possível?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Setor de Licitação. Hum?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É possível fraudar, direcionar... é possível?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não sei, eu não sei se é possível, né, porque quando chega... porque assim, ó, teria que se... só se a pessoa que fez o processo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Alguém tem que participar, alguém tem que ajudar.



A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — É, alguém tem que participar, né, pra acontecer...Se não, não tem como...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Para fraudar alguém tem que participar.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — ...qualquer coisa, né, alguém tem que participar pra fraudar, não acompanhei esse processo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O sistema não permite que se fraude assim, sem a participação de mais pessoas?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Mas como assim? Eu não tô entendendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nós temos um sistema de compras, certo?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Tá.
[Transcrição: Camila Letícia de Moraes]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nós temos um sistema de compras, eu sou o Secretário, eu quero comprar alguma coisa, vou comprar lá, sei lá, cinquenta camas, um milhão de camas.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O sistema... se eu seguir a regra toda certinha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Senhor Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...o sistema da compra dos respiradores vai identificar que tem uma... ele não vai permitir uma fraude, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Questão de ordem, senhor Presidente.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA - Eu não sei... eu não tô entendendo a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Só para eu concluir essa última pergunta.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA - Só pra eu entender.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então para alguém comprar irregularmente, precisa ter uma participação de algumas pessoas?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA - Isso em qualquer lugar, né, pra ter uma fraude tem que ter uma... tem que ter envolvidos, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Concluído, Deputado Ivan Naatz?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Concluído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Senhor Presidente, eu vejo que nós estamos chamando aqui pessoas preparadas, mas não para falar daquilo que é objeto da nossa CPI. Nós não temos esse tempo aqui para tratar disso.

Eu estou preparado e sugeri aqui uma série de pessoas que, sim... o Controlador-Geral do Estado é uma das pessoas que eu citei porque ele próprio disse que a compra,



ele identificou irregularidades na compra. Por que então não tomou providências como Controlador? Então estou citando um caso.

Eu confesso, e eu próprio denunciei muitas vezes que aquele processo anterior, se caso o governo, o Governador não tomasse aquela decisão, quem sabe se transformasse naquilo que está sendo hoje a CPI dos Respiradores. Mas eu... com aquela decisão do Governador... esse assunto não vem para cá. Vai vir para cá o assunto dos respiradores e é para isso que eu estou aqui. Hoje eu vim aqui para dar quórum e não tenho nenhum questionamento para falar sobre o hospital de campanha. Sobre os respiradores fiz muitos, e penso que para todos aqueles que eu sugeri que viessem aqui tenho justificativa plausível para que eles estejam aqui.

Então eu, de agora em diante, vou tratar de respiradores. Se o depoente, a testemunha, não tiver nenhuma relação com os respiradores, eu peço vênha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado Cobalchini...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - ...para que eu não venha aqui tratar de um assunto que, efetivamente, não é objeto da nossa CPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado Cobalchini, o Leandro sentou aqui nessa cadeira (*aponta para o local em que sentam os depoentes*)...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Essa pergunta foi feita mais de uma vez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e disse que representou as três empresas do processo fraudulento. Outras pessoas também participaram desse processo, ela trabalha lá dentro, ela é da Defesa Civil, ela podia ter visto, podia ter acompanhado. Mas, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, o senhor deu por concluído. Está registrado.

Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Janine, doutora, para mim apenas fica uma dúvida, uma interrogação, talvez possa colaborar, contribuir.

A partir do momento em que era decidida uma compra, respiradores, máscara, contêineres, hospital de campanha, havia alguma pressão de alguém sobre vocês para agilizar o processo, para que ele acontecesse o mais rápido possível, que se atropelassem algumas etapas daquele protocolo rotineiro que vocês têm na Secretaria?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, se é do...o do hospital de campanha, né, que é o que, o que eu conduzi, né? Não teve nenhuma pressão, o que teve, foi, claro, meu chefe, né, o chefe da Defesa Civil querendo que a gente agilizasse porque os relatórios do GRAC e do Nietta apresentavam uma situação agravante para o Estado de Santa Catarina.

Agora, eu, né, como diretora de Administração e Finanças, eu, eu fui bem na transição, era gerente de Licitações, né, na transição ali, depois, dia 6 eu assumi a Diretoria de Administração e Finanças. Então assim, eu fu, eu fu, com a experiência que eu tenho na Saúde, eu fiz todos os procedimentos legais dentro desse processo. Assim, eu, no meu ver, esse processo ele tá muito bem instruído. Talvez, por um termo de referência, se tivesse um termo de referência mais robusto, a gente não teria problema se continuasse com ele, de ter problema na fiscalização futura.

Mas o processo em si, assim, eu acho até a gente teve um excesso de zelo publicar esse edital no Diário Oficial, né? Porque a gente poderia, como o Brasil todo faz e a lei permite, que é pegar três orçamentos e contratar, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Mas não havia pressão sobre vocês...



A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — ...pra agilidade?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, por mim...o meu chefe, né? A gente precisa, tem relatório Nietta, a gente precisa publicar porque dia 10 não vai ter mais leito. Então isso foi tudo... Mas, mas a dispensa de licitação ela é feita...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Sim.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA - ... às vezes em 24 horas, 48 horas. A Secretaria de Saúde faz isso anos e anos, né, porque a gente tem essa urgência de contratar um medicamento urgente ou qualquer outra coisa, uma cirurgia ou contratar uma, um serviço lá dentro do hospital que... que tá com problema. A gente tem isso, isso é rotina, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E essas decisões sempre foram tomadas no conjunto do Grupo Gestor da crise, se era necessidade mais urgente, se era o hospital, se eram os respiradores, se era a máscara, se era?...

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, assim ó, cada, cada Secretário tem a sua autonomia, né? Daí dentro de cada Secretaria tem um corpo técnico que vai apontar a necessidade que precisa pra aquele processo. Por exemplo, aqui nesse caso a área técnica encaminhou pra diretoria dizendo: ó, a gente precisa de leito de UTI. Devidamente fundamentado, com a planilha de preços, a gente abre o edital, né?

Então... O Grupo Gestor ele é outra fase. Numa dispensa de licitação, a gente só manda pro Grupo Gestor depois da... depois da dispensa justificada e, e... depois de justificado. Daí a gente vai pro Grupo, pro Grupo Gestor e depois a gente publica, se eles autorizarem.

Nesse caso aí, do hospital campanha, o Grupo Gestor tava ciente, tava ciente, só que por causa desse *home office* foi um despacho pelo WhatsApp, foi um despacho virtual, assim, eles entraram, passei isso pro Grupo Gestor, né, pra ser rotina do SIG, e consta no SIG, ali, a aprovação dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Dos respiradores não passou pelo seu departamento nada?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — Não, não, eu sou da Defesa Civil, né, os respiradores foi pela Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Senhor Presidente, gostaria de fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Se ela poderia descrever o processo de compra na Defesa Civil: como acontece, qual é a sistemática que é usada?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA — É ...o processo, boa noite, né?

O processo de... o processo de compra ele inicia, tava, como eu comentei, a unidade ou o setor técnico, ou a área específica que tá precisando de alguma coisa, ele vai instruir o processo e pedir autorização pra aquele processo ser iniciado, né?

Então assim, vem um termo de referência dentro desse processo, a gente faz o edital, daí adequa à modalidade, se é pregão, se é... Dentro desse processo a gente cadastra ele no sistema de... no SIG, né, que é um cadastro de, de proce... é de procedi...



é processo, de informações gerenciais, que é o SIG, esse SIG ele vai determinar se precisa ir pro Grupo Gestor ou não. Se for um processo acima de 650 mil, ele vai pro Grupo Gestor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muitas pessoas fazem parte desse processo?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Ah, inúmeras, né, porque inicia pela Pasta e vai pela Fazenda, né? A Fazenda tem o SIG, o SIG é vinculado à Fazenda, depois retorna e vai pras outras... vai pra diretoria, vai pra Gerência de Licitações dar continuidade, contratos, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Esse processo na Saúde, ele é semelhante? Saberia me descrever?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Eu acredito que sim, eu não sei se eles alteraram, mas eu acho que sim. É porque o fluxo de processo normalmente vem, né, vem da área solicitante, daí vai, vai pra despacho às vezes do Secretário ou da superintendente pra deliberar. E na Secretaria, na minha época pelo menos, tinha uma situação que os superintendentes assinavam até 5 milhões, acima de 5 milhões era o Secretário — eu não sei se essa portaria ainda existe. Mas... e tem as portarias de delegações, né, que cada superintendente tem delegação pra fazer o seu... estartar os processos. Daí passa pela Gerência de Orçamento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - O número de pessoas que fazem parte na Saúde é semelhante ao da Defesa Civil?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – É, só que lá na... lá na... lá Secretaria da Saúde são mais pessoas, né? Mas é semelhante, sim, é semelhante.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Não sabe dizer quantas pessoas, mais ou menos?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Envolvidas nesse processo? Ah, normalmente é ou o chefe quem dis... a... a área que pede, o chefe, o diretor que libera, daí vai pro gerente de Licitações, vai pro orçamento, vai pro financeiro, pelo menos umas sete, sete setores teria que passar, SIG... uns oito eu acho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Antes de perguntar ao Deputado Sopelsa se ele quer fazer uso da palavra, realmente eu reconheço que existe esse diferencial entre uma Secretaria e outra. É impossível dizer como funciona uma Secretaria na qual a senhora não trabalha.

Deputado Sopelsa e Deputado Cobalchini, quero comunicar as vossas excelências que estou pedindo ao Deputado Ivan Naatz que, na construção da sua tese, a gente consiga afunilar o máximo possível o assunto para dentro do assunto dos respiradores. Sei bem que as mesmas pessoas que permeavam os corredores da Secretaria da Defesa Civil são as mesmas que permeavam os corredores da Secretaria de Saúde... Enfim, o Leandro citado nas duas oportunidades, né, todo mundo conhece o Leandro, todo mundo conhece o Douglas Borba, estiveram juntos em todas elas. Mas aqui eu estou acatando o Deputado Sopelsa e o Deputado Cobalchini, o pedido dos senhores, e estou fazendo essa máxima vênica também ao Deputado Ivan Naatz, porque embora nós saibamos que se trata do mesmo grupo, inclusive o Grupo Gestor também, eu acho que eram os mesmos integrantes tanto na compra, na primeira compra realizada quanto na segunda, a gente está falando dos hospitais e dos respiradores, o Grupo Gestor seria o mesmo.



(A depoente gesticula com a cabeça que sim.)

Então, peço a gentileza ao Relator, só para conhecimento dos Deputados.

Deputado Sopelsa, vossa excelência tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Senhor Presidente, não.

Apenas mais uma vez deixar aqui a minha... A reunião de hoje não teve nenhuma pergunta às testemunhas que envolva a questão do porquê da CPI. Se é para as testemunhas virem responder e serem perguntadas sobre as questões do hospital, o que eu quero deixar claro – eu quero esclarecimento também, eu não sou contra o esclarecimento –, mas se for para provocar testemunhas para vim falar sobre o hospital, eu prefiro não participar da reunião, porque a CPI está instalada para investigar a questão dos respiradores.

Não tenho mais perguntas a fazer, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Recebido, senhor, e como eu disse, comunicado já ali... pedido essa compreensão do próprio Relator.

Dona Janine, a senhora tem mais alguma coisa a dizer que possa acrescentar a esta CPI no que diz respeito ao chamamento da senhora até aqui?

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Não, é... não. Dos respiradores não participei, né, infelizmente não posso ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Fico muito agradecido, toda esta Comissão agradece a presença da senhora aqui, já que não quer usar os breves comentários, tendo em vista que já alegou que não tem absolutamente nada a ver com a compra dos respiradores.

Eu vou pedir à assessoria que acompanhe a senhora. Muito obrigado pela colaboração da senhora.

A SRA. JANINE SILVEIRA DOS SANTOS SIQUEIRA – Boa noite a todos.

(A senhora Janine Silveira dos Santos Siqueira deixa o recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Solicito à assessoria que conduza a este ambiente a última testemunha, senhora Déborah Regina Vieira Trevisan.

(A senhora Déborah Regina Vieira Trevisan adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.)

Dona Déborah, boa noite.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN - Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Seja bem-vinda à nossa Comissão.

Dona Déborah, a senhora sabe por que foi chamada até aqui para a nossa reunião na noite de hoje?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim, por causa... para ser... fui convocada pra ser testemunha no processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Se a senhora puder tirar a máscara e falar um pouco mais próximo...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Posso, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ...devido à nossa distância aqui, não tem nenhum problema, e ao nosso histórico de atleta..

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – *(Risos.)* Posso, sim. Eu fui convocada para depor sobre o processo dos respiradores. *[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

A senhora está compromissada em dizer a verdade e tão somente a verdade, tá?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sob pena de incorrer no crime de falso testemunho. A senhora tem ciência disso?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá bom.

Lembramos que a senhora também tem o direito de permanecer calada, mas se for permanecer calada, é necessário que expresse essa sua vontade, porque o silêncio não é indicativo de resposta. Então se eu perguntar para a senhora... ó, eu prefiro permanecer calada ou também não sei, não lembro, etc.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro da senhora aqui, eu vou pedir o nome completo, endereço completo, a sua profissão e a sua data de nascimento.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Déborah Regina Vieira Trevisan. Endereço, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A sua profissão.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – ã, advogada.

Endereço, Rua Emerson Ferrari, nº 28/605, Bairro Kobrasol, São José.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nascida em?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – 19 de dezembro de 92.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora trouxe advogado com a senhora?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...a senhora constituiu advogado?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está sozinha?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Estou sozinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com Deus, né?

(Ri.)

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – (Ininteligível) (Ri.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seja bem-vinda, tá, Déborah.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Déborah, boa noite.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Boa Noite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Você é advogada lá da Defesa Civil?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso, eu sou consultora jurídica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Consultora jurídica. É concursada, é comissionada?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sou comissionada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Comissionada?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Comissionada.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem foi que indicou a senhora para ser comissionada?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Na verdade eu comecei a trabalhar na Defesa Civil, quando eu ainda fazia faculdade, como terceirizada, aí com a reestruturação eu fui para o cargo de gerente e entrei substituindo a antiga consultora jurídica, que ela saiu de licença maternidade. Aí eu fui ficando ela saiu e eu continuei no cargo. Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora tem especialidade em compras públicas? A sua advocacia tem especialidade em compra pública?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Dentro da Defesa Civil...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...licitações?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora trabalha sempre nos processos de licitações?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim, todos os processos de licitação na Defesa Civil passam por mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a senhora tem especialidade no processo de compra pública?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora emitiu parecer... a senhora emite os pareceres?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso, correto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...das compras públicas?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Qual é o papel do parecer na compra pública? Qual é o papel do parecer que a senhora emite?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Verificar a legalidade dos atos... da administração, né? Dentro da Defesa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a senhora faz o *check-out* de todo procedimento e emite o parecer?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todos os processos licitatórios seguem essa recomendação?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se a senhora identificar algum equívoco no processo de compra pública, qual é o encaminhamento que se tem que dar?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Eu faço apuração e coloco no meu parecer. Assim, às vezes falta um documento, às vezes... tem que instruir com mais alguma coisa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – ...ou às vezes... eu já fiz muito parecer negativo também, porque nem tudo bate com a legalidade, daí eu peço pra... pra não ter prosseguimento.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu queria saber da senhora o seguinte: o governo do Estado, quando ele editou a Instrução Normativa 2/2020, que é compras emergências do Covid.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora tem conhecimento dessa portaria?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Da portaria?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, dessa instrução normativa, para ser seguida...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Aquela da SEA?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, da SEA.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora tem conhecimento?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quando se faz a compra emergencial, as compras públicas, deve se seguir essa recomendação?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Também, junto com as leis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E quem é que... de onde vem essa instrução? Vem do próprio governo do Estado ou?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – É publicada no Diário Oficial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todos os Secretários tinham conhecimento de seguir essa instrução normativa?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não sei informar o senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas os procuradores jurídicos, os consultores?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não sei. Eu... costumo procurar sempre ler o Diário Oficial. Tem dias que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não veio uma corres...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – ...claro, que a gente lê num outro dia, que às vezes a demanda é muito grande e eu não consigo ler... o diário todo no mesmo dia, né? Acontece...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – ...de não ter tempo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E saiu a instrução da SEA, certo?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora é procuradora jurídica, a senhora expede ofício às compras públicas.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora teve conhecimento, então?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Pelo... Diário Oficial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não veio uma instrução normativa, um ofício, um...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...um comunicado?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Pra mim, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora acredita que para... E para os outros procuradores, de outras Secretarias?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Desconheço. Não tenho contato com os outros procuradores das outras Secretarias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas a senhora acredita que eles tenham tido conhecimento dessa portaria da SEA?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Eu não tive. Não... não sei informar... sobre as demais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o governo editou uma portaria instruindo as regras de compra pública durante a crise da Covid?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que é o que a gente tem aqui...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e não comunicou os procuradores?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Eu não fui comunicada, os demais eu... não vou saber responder pro senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele fez a portaria e não avisou quem tinha que ter conhecimento dela? Não veio um ofício, uma instrução?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não, para mim não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora acredita...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Acredito que pra Defesa Civil também não, porque... seria encaminhado para mim, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora sabe qual é o papel da Controladoria do Estado com relação às compras públicas? A senhora sabe qual é o papel da Controladoria?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Atuar como órgão fiscalizador, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora, sempre que faz uma compra, é comunicado à Controladoria? Como é que funciona isso?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não. Não... não são todas as compras, não. O senhor diz num contexto geral, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não, não.... comunico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então quando é comunicado?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Essa do hospital... a.... o senhor fala... todas as compras?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – As compras...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – A do, a do, a dos hospitais, a do hospital de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É porque a senhora veio aqui para falar para a gente como funciona...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – (Ininteligível.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...as compras públicas e, especificamente, nessa questão emergencial.



A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – A, tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo? Quero que a senhora nos ajude.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para eu compreender como se procedeu essa situação no decreto emergencial.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – O hospital de campanha passou por avaliação deles, tanto que eles fizeram algumas recomendações. As demais eu não tenho conhecimento. Eu não... não indiquei pra... pra ir não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas qual o papel da Controladoria?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Fiscalizar os atos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tem que comunicar a Controladoria? A senhora disse que eles fiscalizam os atos, certo?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eles fiscalizam todos os atos ou é avisado eles de alguns atos?

Por exemplo, estou fazendo tal compra...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...essa aqui eu vou avisar à Controladoria, essa aqui eu não vou avisar...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Existe esse critério?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Desconheço. Eu não... não recomendo passar todos os processos de compra pela coordenado... pela Controladoria... não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, o governo atual criou uma diretoria de *check-list* das empresas. Uma diretoria que é responsável por certificar as empresas que negociam com o governo. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Numa...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Se... o... não entendi, desculpa. O senhor pode...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O governo criou...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...uma estrutura governamental...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...que certifica... a qualidade ou o tamanho, enfim, das empresas que negociam com o governo. A senhora tem conhecimento dessa?...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não, não tenho.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não tem conhecimento?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nunca chegou nenhum documento avisando a senhora nesse sentido?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todos os pareceres de compra da Secretaria da Defesa Civil é a senhora que d ?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – O parecer?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –  .

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora é a única que d  parecer?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim, só tem... eu de consultora jurídica.   uma estrutura bem pequena a Defesa Civil. Acho que a gente deve ter, de cargos, eu acho que umas setenta pessoas, no máximo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A senhora achou estranho que era a Defesa Civil que estava procedendo a licitação dos hospitais de campanha e não a Secretaria da Saúde?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Na justificativa, porque eu sempre olho o processo todo e tem que ter uma justificativa para todas as aquisições, seria pra dar um auxílio para a Saúde. Que t mbem acredito que por causa da crise deve t ... deve ser uma... não tenho muito contato com a Saúde em si, nunca fui no prédio deles, nem nada, eu sei que eles estão na Defesa Civil porque eu trabalho l  então eu vejo eles. Acredito que esteja superlotado... uma correria muito grande. E na justificativa tava pra entrar como auxílio, porque a Defesa Civil ela presta... a função dela principal é articular os órgãos pra gestão da crise...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Essa era a justificativa que tinha no processo, o porquê de a Defesa Civil contratar... um hospital de campanha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

Então o parecer jurídico nas compras das licitações, só para eu conferir, tem o papel de indicar eventuais equívocos que aconteçam dentro do processo de compra pública?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se a senhora identificar algum equívoco, a senhora vai recomendar que aquilo seja corrigido?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso, às vezes corrigido, revogado, às vezes instr ido um processo, dependendo se às vezes falta algum documento importante, alguma coisa assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E a senhora não recebeu, então, nenhum  f cio, nenhum documento dizendo da instrução normativa da (*ininteligível*)?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora soube por saber?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –   s , senhor Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano? (*Pausa.*)

Deputado Felipe Estevão?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, se a Déborah conhece o processo de compra dos respiradores?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Hum... não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas você entende que ele teve erros?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Eu li num *site* sobre a compra dos respiradores, aquele *site*... como é que é o nome... Intercept. Eu fiquei sabendo da compra dos respiradores pelo Intercept.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas segundo a sua avaliação, como técnica, como advogada, quais seriam os erros?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Eu não analisei o processo, é... é complexo eu falar algo que eu não li. Eu não li... o edital, eu não sei se teve um edital de cotação de preços, não sei como é que foi feito o levantamento dos dados pra... pras propostas, eu só li o que tava na imprensa. Pode ser... porque... quando a pessoa escreve não, não acusando a imprensa de falar alguma coisa, eu não li o processo pra poder me manifestar a respeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu te agradeço, Déborah. A gente está aqui para tentar conhecer os fatos...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...averiguar.

Fica evidente, senhor Presidente, que os funcionários públicos participaram aí nesse processo. Eu te confesso que aguardo aqui ansiosamente pelo Douglas Borba e pelo Secretário da... o ex-Secretário... os dois, o Helton. Eu me considero satisfeito.

Obrigado, Déborah.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Gostaria de perguntar à senhora, eu não tenho perguntas, se tem alguma coisa que possa colaborar com a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Não... mas fico à disposição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só precisava de um esclarecimento.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora já ouviu falar da Secretária Executiva de Integridade e Governança?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Já.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual é o papel dela?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Ela tá fazendo... é uma Secretaria nova, né, é uma... desculpa, uma diretoria nova, eu participei até, inclusive, de uma... reunião deles pra trazer as práticas de *compliance* pro Estado, pra averiguar que não tenham erros e... tinha representantes. Foi uma reunião inicial, daí com a pandemia também acabou que paralisou, chamou todos os órgãos do Estado pra passar as questões da integridade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A gente tem um ano e pouco do governo...

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Isso.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e nesse um ano e pouco, um ano e meio de governo essa Secretaria fez alguma reunião com Procuradores pra passar instruções das compras públicas?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – A Defesa Civil recebeu um... um e-mail pedindo pra indicar alguns servidores. Aí eu fui indicada e... na primeira reunião fui eu e um... assessor. A gente foi pra conhecer, daí eles explicaram como é que funcionaria e a partir disso teriam reuniões... eu, se eu não me engano, não vou lembrar de cabeça, eu acho que eram mensais. Daí teria um tempo de adaptação, teria um treinamento, esse treinamento passaria por uma fase de avaliação do próprio governo e daí depois todas as Secretarias continuariam sendo avaliadas, mas teria uma capacitação antes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, desde que... desde quando foi criada a Secretaria de Integridade e Governança, a senhora, como procuradora da Defesa Civil responsável pela edição dos pareceres das compras, de efetivo não viu nada dessa Secretaria funcionando?

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Ela começou a capacitação, né? Ela chamou a primeira... reunião pra explicar como é que funcionaria e depois ela já começou a capacitação. Daí veio a pandemia e as reuniões foram canceladas. Recebi isso por e-mail.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado pelo esclarecimento.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mais uma vez, muito obrigado pela sua presença aqui e pelos serviços e informações prestados para esta Comissão.

Peço à assessoria que acompanhe a nossa convidada até a porta.

A SRA. DÉBORAH REGINA VIEIRA TREVISAN – Obrigada, com licença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nós que agradecemos.

(A senhora Déborah Regina Vieira Trevisan deixa o recinto.)

Esta presidência suspende esta reunião pelo prazo de dez minutos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente, antes de abrir o prazo de intervalo, eu queria consultar os senhores Deputados sobre a dispensa da ouvida do senhor Carlos Eduardo Besen Nau, que é lotado na Defesa Civil. Eu acredito que o depoimento dele já foi prestado em outro órgão e vou me utilizar dele para poder fazer o parecer, senhor Presidente.

Razão pela qual apresento o requerimento de dispensa da ouvida do senhor Carlos Eduardo Besen Nau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Esse que seria o próximo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O próximo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...a ser chamado.

Deputado Fabiano?

(O Deputado Fabiano da Luz faz que sim com a cabeça.)

Demais Deputados, Deputado Felipe Estevão?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – De acordo, senhor Presidente. Eu acho que é louvável, inteligente do nosso Relator. Temos o depoimento



dele, acredito que já temos as informações de que precisamos para continuar esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tendo em vista que esse seria o quarto e último a ser ouvido, consulto os senhores Deputados se têm alguma coisa a mais a acrescentar? (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, encerro esta reunião, convocando uma nova para a próxima quinta-feira, às 10h. Um bom descanso a todos. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Bruna Maria Scalco / Leitura final: Almerinda Lemos Thomé e Siomara G. Videira*]

**DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI**



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES), QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R\$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2020, ÀS 10H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados, bom dia. Bom dia a todos aqueles que nos assistem pela TVAL, pela Rádio Digital Alesec, também àqueles que acompanham os seus Deputados pelas suas respectivas redes sociais e a todos aqui presentes.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 4ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes nesta reunião o Deputado Ivan Naatz, o Deputado Valdir Cobalchini, o Deputado Moacir Sopelsa, o Deputado Fabiano da Luz, o Deputado Milton Hobus e o Deputado Sargento Lima.

Pergunto se o Deputado João Amin se encontra lincado?

(Pausa.)

Inicialmente coloco em discussão e votação da ata da segunda reunião, que já se encontra aqui comigo.

Comunico que não aprovaremos a ata da reunião anterior, pois ela ainda está em elaboração pela equipe de taquigrafia.

Em discussão a ata da segunda reunião.

(Pausa.)

Não havendo quem a queira discutir, [colocamos] em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada, sem nenhum voto contrário.

Comunico aos senhores Deputados também que recebemos da Ordem dos Advogados do Brasil o Ofício nº 735/2020, requerendo autorização para acompanhar as atividades da CPI. Solicito à assessoria desta Comissão que providencie o atendimento à solicitação. Na verdade, já foi comunicada à Presidência, porém ainda peço à assessoria que disponibilize os crachás de acesso à Casa, de controle de entrada, também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com relação à participação da OAB, a Relatoria não tem nenhuma objeção. Lembrando que as transmissões da CPI são públicas, são como efetivamente estão sendo feitas neste



momento, todos os atos da CPI são públicos; e que a CPI tem uma determinação própria no Regimento Interno da Casa. Só isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Comunico também aos senhores Deputados que recebemos, hoje pela manhã e por esse motivo não consta na pauta, o Ofício nº 197/2020 assinado pelo senhor Procurador-Geral de Justiça, informando que autorizou o levantamento do sigilo das informações constantes nos autos de nº 5010352, razão pela qual as informações que embasaram a atuação da força-tarefa até o momento poderão ser acessadas diretamente na pasta digital dos autos.

Senhores Deputados, vamos colocar agora aqui, e não de forma coletiva, mas narrando os requerimentos. Em primeiro lugar, o requerimento do Deputado Ivan Naatz para que seja solicitado ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina o compartilhamento de todos os depoimentos gravados em mídias digitais constantes nos autos. Foi o que a gente acabou de repassar ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Permite-me um esclarecimento, Presidente.

Senhores Deputados, o que acontece de fato? O sigilo dessas investigações já foi quebrado em despacho anterior. O que nós precisamos? Nós precisamos ter acesso aos depoimentos, todos os depoimentos que foram dados tanto à Polícia Civil, na operação especial do Deic, Gaeco, quanto ao Ministério Público.

O que acontece? Esses depoimentos são decodificados, colocados nos autos, mas eles não permitem que você tenha acesso, por uma questão, uma regra do próprio Tribunal de preservação da parte. Os depoimentos não são documentos que você acessa a página, clica lá e o depoimento começa a rodar. Você precisa ter a mídia digital para poder decodificar e liberar. De todos esses depoimentos, nós só conseguimos liberar o primeiro depoimento do Secretário Helton, nós não conseguimos liberar outro depoimento.

Essa mídia digital estava guardada com a relatora, doutora Copetti, que foi a relatora do pedido de mandado de prisão. O que a minha assessoria fez? A minha assessoria tentou adiantar o procedimento, entrou em contato com a chefe de gabinete da Desembargadora Copetti, pedindo que ela liberasse as mídias digitais para a CPI. Ela despachou no processo, embora o pedido fosse informal, ela achou melhor despachar no processo, dizendo que esse processo não está mais com ela e que ele foi remetido ao 1º Grau. Porque o que trouxe o processo ao 2º Grau foi o foro privilegiado dos dois Secretários, os dois Secretários não são mais Secretários. Portanto, o foro especial não é foro privilegiado, acabou, e o processo foi remetido para o 1º Grau. Então, o processo encontra-se hoje no 1º Grau, mas as mídias digitais encontram-se no gabinete da Desembargadora Copetti. Então a gente tem acesso aos autos, mas não temos acesso aos documentos, isso nos impede de ter o audiovisual dos depoimentos, razão pela qual a gente tem que fazer esse requerimento para o Tribunal de Justiça. E nós não temos os depoimentos formais dessas pessoas ainda para apresentar para a CPI.

É isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ainda quero constar o requerimento, de autoria do senhor Deputado Ivan Naatz, de convocação das seguintes testemunhas: senhor André Motta Ribeiro, Secretário de Estado da Saúde; senhora Leila Oliveira Danielevicz, do Núcleo de Contratos da Secretaria de Saúde; senhor Paulo Eli, Secretário da Fazenda; e senhor Antônio Fernando Barreto, médico infectologista, servidor do Hospital Nereu Ramos.

E também o requerimento do eminente Deputado Valdir Cobalchini e demais Deputados, o qual tem a convocação do senhor Carlos Moisés, Governador do Estado;



Davi Perini Vermelho, Presidente da Câmara de Vereadores de São João de Meriti, no Rio de Janeiro; Pedro Nascimento de Araújo, CEO da Veigamed; Rafael Wekerlin, proprietário da Brazilian International Business; Fábio Deambrósio Guasti, representante da Veigamed na operação; Gilliard Gerent, representante da Veigamed na operação; Samuel de Brito Rodovalho, acusado de negociar propina com Rafael Wekerlin e Gustavo Bissacotti Steglich, sócio-administrador da Oltramed Comércio de Produtos Médicos Ltda.

Pergunto ao Deputado Cobalchini se gostaria de manter todos esses nomes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Senhor Presidente, ontem eu falei com o Deputado Ivan e eu abduco do nome do Gilliard. E fica a critério da Comissão o chamamento do Governador, caso tenha a necessidade mais ao final.

Então eu listei cinco nomes ao Relator ontem. Esses entendo que são importantíssimos, porque todos têm relação direta e o depoimento de cada um me parece ser fundamental para o desfecho que todos nós pretendemos nesta CPI.

Indago também o Relator, se nós não temos já o inteiro teor do processo. Nesse processo, certamente, estão todos os depoimentos da operação. Isso facilitaria e muito o nosso trabalho à medida que, a partir de agora, os depoimentos têm relação direta com tudo que aconteceu... e os mesmos depoimentos que foram colhidos na operação, também serão colhidos por nós. Então, o inteiro teor do processo é fundamental que tenhamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Em resposta, quem o senhor gostaria de deixar de manter seria somente o Gilliard.

Passo a palavra ao Relator, Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Deputado Cobalchini, senhores Deputados... Bom dia, Deputado Cobalchini.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu conversei com o Deputado Cobalchini ontem, porque o nosso objetivo é de que a gente construa a CPI a várias mãos. Nós conversamos, o Deputado Cobalchini apresentou a pré-lista, e eu mandei para o Deputado Cobalchini uma reserva de vaga, de ouvida das testemunhas que ele pretende... se eu não me engano, acho que a doutora Silvia já foi...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Dia 4.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 4 de junho há a uma reserva de vaga para a ouvida das testemunhas indicadas pelo Deputado Cobalchini, dia 4 de junho, exceto a de sua excelência o Governador do Estado, que essa vai ficar sobreposta até que a gente decida, especificamente, por esse depoimento numa reunião especial para esse sentido. Então, eu acolho e já reservo essa data.

Com relação ao compartilhamento de informações, Deputado Cobalchini, no roteiro de trabalho, nós já afirmamos o compartilhamento de informações, inclusive já foi requisitado o compartilhamento de informações, os autos já foram solicitados, estão sendo certificadas as folhas, e só nos falta mesmo a mídia digital, os demais já estão disponíveis para os Deputados. O compartilhamento foi deferido por esta Casa, está sendo realizado, Deputado Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Continuando ainda, os próximos nomes foram informados pelo Relator, existe a possibilidade de oitiva dos servidores a seguir envolvidos no processo licitatório da compra dos respiradores, sem prejuízo da desistência de qualquer um deles. Sendo eles da Secretaria da Saúde - por isso, que eu peço atenção do Relator -: Nativa Pinto Faccin, Coordenação do Fundo Estadual; Jorge Luiz da Rosa Freitas, do Núcleo de Classificação; Fernanda Gabriela dos



Santos, do Fundo Estadual de Saúde; Ângela Eremita Seberino da Silva, do Núcleo de Conferência; Gustavo Schmitz Canto, Procurador do Estado e Consultor Jurídico; Chaiani Rita Cordeiro, do Núcleo de Penalidades; Felipe Barreto de Melo, Consultor Jurídico; Frederico Tadeu da Silva, controlador de controle interno e ouvidoria; Lourdes de Costa Remor, Secretária de Comissão Intergestores Bipartite; Irã Jamur Pedro Zanin, gerente de contabilidade; Marcus de Aguiar Imbrósio, gerente de administração financeira. E ainda do Tribunal de Contas: Márcia Roberta Graciosa, Coordenadoria de Pesquisa e Inteligência do TCE; Nilson Zanatto, Diretor de Informações do TCE.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhores Deputados, informo que simplesmente coloquei, simplesmente não, mas coloquei esse ofício, esse requerimento no processo para que vossas excelências tenham conhecimento daqueles que pretendo ouvir. São todos os servidores que participaram do processo licitatório. A Márcia Pauli, quando deu uma entrevista para a TV, disse que dezesseis pessoas participaram desse processo do começo ao fim, dezesseis pessoas. Essa lista completa o número de dezesseis pessoas, exceto aquelas que nós já ouvimos, razão pela qual eu faço esse comunicado, dando-me o direito de ouvi-las ou não, caso necessário, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quero comunicar ainda que nessa mesma lista consta o Carlos Roberto da Costa Júnior, Wagner Tadeu Martins Queiroz e José Florêncio da Rocha. Por que estou citando-os em separado? Porque os nomes já foram aprovados em requerimento anterior.

Eu gostaria de propor a aprovação dos nomes e a definição das datas posteriormente, tendo em vista essa extensa lista de nomes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De acordo, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Coloco em discussão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós vamos abrir depois uma discussão a respeito dessas datas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Em votação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Gostaria de deixar para depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A discussão?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para a gente firmar a data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, a proposta é de colocar em discussão é posteriormente de a gente definir as datas, tendo em vista a extensão da lista.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então de acordo, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Coloco em discussão, novamente.

(Pausa.)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.



Requerimento de autoria do Deputado Milton Hobus para a convocação das seguintes testemunhas: senhor André Motta Ribeiro, Secretário Adjunto, que responde de forma cumulativa pelo cargo de Secretário de Estado da Saúde, e o senhor Onofre Joaquim Rodrigues Neto, CEO fundador da empresa Exxomed.

Quero colocar em discussão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Permite-me uma observação, com relação ao requerimento do Deputado Milton Hobus, pelo fato novo que aconteceu.

Senhores Deputados, quem está nos acompanhando em casa, na data de ontem a assessoria me informou a localização do Processo nº 36.251/20, no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos do governo do Estado de Santa Catarina.

Vou entregar uma cópia desse documento para que vossas excelências possam acompanhar.

(O documento foi entregue aos senhores Deputados.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nesse ínterim, ainda quero comunicar a presença do Deputado João Amin e a presença do Deputado Felipe Estevão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para que vocês possam acompanhar o teor desse documento, porque eu entendo que, a partir deste documento, a CPI ganha um contorno de um fato não novo, porém um fato extraordinário que precisa da atenção especial da Comissão.

Esse documento, é um documento... o termo de intenções que firmam entre si o Estado de Santa Catarina e a Intelbras S/A, Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, para a importação emergencial de respiradores.

Esse documento foi solicitado pelo Deputado Milton Hobus para ofício ao governo do Estado. O ofício foi expedido, mas como o documento é público a assessoria teve acesso. Fomos procurar e acabamos encontrando o documento dentro da página do governo do Estado, tanto que ele é totalmente certificado, vocês podem ver ao lado ali as certificações.

O que chama atenção nesse documento? Esse documento foi firmado no dia 24 de março, portanto, dois dias antes da abertura do processo de licitação que é objeto dessa investigação, o contrato firmado com Veigamed. Então, no dia 24 de março o governo do Estado, com a assinatura do Governador, Carlos Moisés, do Secretário, Helton Zeferino, firmou um protocolo de intenções com a Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, Intelbras, para o fornecimento de cem respiradores. Vou repetir, no dia 24 de março, com a assinatura do Governador do Estado, com a assinatura do Secretário, Helton, firmou-se esse protocolo de intenções para a compra dos respiradores.

Eu queria chamar atenção de vocês na página 14 do documento. Na página 14 do documento, no verso, vocês vão encontrar a Comunicação Interna nº 1.001/2020, na data de 28/03/2020, ou seja, dois dias depois da abertura da licitação, objeto desse processo, e dois dias antes do pagamento antecipado que o governo do Estado fez para a Veigamed - o governo do Estado fez o pagamento para a Veigamed dia 2 de abril. Então, no dia 28, a comunicação 1.001/2020 está assinada pela Márcia Regina Pauli e pelo André Motta Ribeiro - o André Motta Ribeiro, que é o Secretário Adjunto do Estado. Então, por esse documento a gente tem noção de que o Governador, no dia 24, sabia do protocolo de intenções, ele e o Secretário sabiam do protocolo de intenções. E, no dia 28, quando dentro da Secretaria já se falava em compras de EPIs pela Veigamed, a Márcia Regina Pauli já tinha conhecimento desse protocolo de intenções.



Eu convido os senhores para a gente ir para a página 19. Na página 19 do processo, verifica-se que esses cem respiradores custariam R\$ 7 milhões e 26 mil, vou repetir, senhores Deputados, R\$ 7 milhões e 26 mil. Sim, dobrado daria R\$ 14 milhões e alguma coisa, e o governo pagou R\$ 33 milhões, pagou o dobro.

Então o governo, no dia 28, já tinha conhecimento que ele podia comprar cem [respiradores] por R\$ 7 milhões e ele insistiu na compra com a Veigamed. Tudo isso teve a participação direta do Governador do Estado, porque o Governador do Estado, repito, tinha conhecimento do protocolo de intenções, ele assinou dia 24 de março. Senhores, esse documento é um documento público, recebeu parecer da Procuradoria, opina a Procuradoria pela regular licitação, etc., etc., etc.

O que aconteceu depois? Os senhores vão poder acompanhar por esse documento. Foi autorizado o empenho, foi autorizada a ordem de compra, foi autorizado todo o procedimento, e a compra não foi realizada, eles optaram por comprar da Veigamed pelo dobro do preço. Aqui, nesse processo, encontra-se a participação do José Florêncio da Rocha, na página 45, que é do Fundo Estadual de Saúde, que é o sujeito que autorizou o pagamento dos R\$ 33 milhões, página 45 do documento. O senhor José Florêncio da Rocha, ordenador, autorizou a compra dos cem equipamentos por R\$ 6 milhões e alguma coisa mais os impostos. Então, ao mesmo tempo que o senhor José Florêncio, que é um dos coordenadores primário, estava dando ordem para comprar, no dia 2 de abril, cem [respiradores] por R\$ 7 milhões, o governo estava fazendo o depósito de R\$ 33 milhões por duzentos [respiradores] para a Veigamed.

O que acontece, senhores Deputados? Essa compra não aconteceu, ela não se concluiu. Mas eu queria que vocês vissem um documento na página 52 e na página 50. Na página 50, a gente tem um comunicado da Leila Danielevicz no dia 2 de abril, no mesmo dia que fizeram o depósito de R\$ 33 milhões ela estava comunicando a Intelbras que ela estava fazendo a liquidação dessa compra. Na página 52, no dia 1º de abril, novamente, a gente tem a participação do Governador, Carlos Moisés, e do Helton Zeferino de Souza na compra desses equipamentos, 1º de abril, Dia da Mentira, né? Dali, não aconteceu mais nada, ou seja, Deputado Milton Hobus, Deputado João Amin... só quero concluir, Deputado. O que acontece? Dali a compra não se concretizou. Esse documento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para conclusão, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, mas eu acho extremamente importante, Deputado.

Este documento coloca a CPI num outro caminho, porque este documento não consta, pelo que sei, nem na investigação da Gaeco, pelo que sei, nem do Tribunal de Contas, e julgo ele extremamente grave.

Para concluir, como o Secretário Adjunto está participando... hoje o Secretário atual, Motta, participou desse procedimento, eu reputo, extremamente, urgente a ouvida dessa pessoa, por isso eu faço essas explicações.

Muito obrigado, senhores Deputados.

O documento está à disposição de vossas excelências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ainda para discutir o requerimento, o autor do requerimento, Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, senhores Deputados, os que estão remotamente conosco também e todos os presentes.



Gostaria de dar as boas-vindas ao Deputado Kennedy Nunes. Seja bem-vindo. Deputado Kennedy, que está aqui na missão de substituir o Deputado Marcos Vieira que hoje preside a Comissão Especial, o volume de trabalhos lá é muito grande, e pediu para ser substituído aqui na CPI, embora continue colaborando com a CPI.

Inclusive, esses documentos que nós tivemos acesso no dia de ontem e que originou esse requerimento, que eu passei a vossa excelência, da oitiva do Secretário André Motta Ribeiro e também do representante da empresa chinesa que fabrica os equipamentos... e que ontem culminou por votação unânime, quase que unânime da Assembleia, apenas com três abstenções, no pedido de afastamento do Secretário.

Eu fiz esse requerimento, senhor Presidente, e eu queria pedir aqui aos membros da CPI, em função da gravidade dos fatos dos documentos que nós apresentamos ontem... a necessidade de nós ouvirmos essas duas pessoas, Deputado João Amin, Deputado Felipe Estevão, o mais breve possível.

E assim, a gente tem uma investigação feita pelo Ministério Público, pela Polícia e, como o Relator nos passou, ainda não tivemos acesso a esses depoimentos. Eu não me sinto confortável de ouvir pessoas, que foram importantes nesse processo, aqui na CPI, sem nós olharmos o que eles falaram para a Polícia. Inclusive teve depoimentos, mais que um depoimento... teve depoimento espontâneo que mudou o depoimento do Secretário Helton e nós não temos conhecimento disso. Então eu acredito que seria bom para todos nós quando eles estivessem aqui - para que nós pudéssemos ouvi-los - que nós já tivéssemos visto esses documentos e, daí, sim, a nossa CPI ser mais proativa e tentar tirar mais informações do que talvez até o próprio Ministério Público e a Polícia já o fizeram.

Eu pediria, senhor Presidente - só quero fazer um relato sobre esse caso da Intelbras, porque tem algumas informações aqui que não coincidem com o que o Relator falou e eu quero esclarecer -, que a gente pudesse votar a possibilidade de inverter os depoimentos e na próxima terça-feira poder ouvir esses dois atores que, a meu ver, são muito importantes neste momento porque trazem um fato novo. Então eu pediria que vossa excelência colocasse em discussão e em votação depois.

Sobre esse episódio da Intelbras, eu trouxe também esse assunto, eu levantei esse assunto... e, aqui, Deputado Ivan Naatz, estes documentos comprovam o que eu falei lá no início, de que todos sabiam que Santa Catarina tinha empresas com *expertise* para fazer importação, que poderiam trazer os equipamentos muito mais baratos, prestando um serviço somente para o Estado, como a Intelbras se propôs a fazer, sem auferir lucros nenhum. E os documentos que foram apresentados aqui, Deputado Ivan Naatz, só comprovam isso, mas tem um fato, que não foi dito aqui por vossa excelência. Essa compra não se encerrou, não, os respiradores vão chegar. O que a servidora falou aqui no documento, que só poderia pagar a Intelbras quando os equipamentos fossem entregues.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Página 58.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É.

Isso ela disse. Correto, é o que a lei determina. Então, isso foi no mesmo período da compra da Veigamed. Então para a Intelbras, que é uma empresa idônea, que estava trazendo por menos da metade do preço os equipamentos, e o equipamento correto que é o CV70, que a empresa diz que esses são os ventiladores corretos para a UTI, não aquele outro, o 510S, o Shangrila, que são equipamentos para transporte, não são para UTI. Então, aqui no processo da Intelbras - como a empresa chinesa estava pedindo 30% de adiantamento - o governo disse que não poderia dar o adiantamento, mas fez o contrato com a Intelbras. E o Governador assina um documento no dia 1º de abril, esse documento foi pedido pela Intelbras, Deputado Kennedy, dizendo que ele assume, assim que chegar



os equipamentos aqui, de comprar da Intelbras pelo custo com dispensa de licitação e que pagaria, então, totalmente.

Então para a Intelbras, o protocolo foi correto - segundo a Lei nº 4.320, a lei federal, que diz que não se pode pagar nada antecipado -, mas para a empresa *fake*, a Veigamed, que não tem *expertise*, que usou, né, talvez foi usada como laranja, porque foram outros que importaram e tudo mais, pagou-se antecipadamente os R\$ 33 milhões. Quer dizer, dois pesos e duas medidas para um negócio que a Intelbras... isso dito pelo seu Presidente, porque eu conversei, ele disse: Não, nós poderíamos trazer os duzentos, só que eu não tinha condição de pagar tudo antecipado, né? Se o Estado tivesse feito, eu traria os duzentos, custaria a metade.

Então, os ventiladores da Intelbras vão chegar para o Estado e o governo vai pagar menos da metade do preço. Então só essa informação que vossa excelência não tinha passado: não foi cancelado o processo. O processo da Intelbras está vigente e os ventiladores vão chegar. Era esse adendo que eu queria passar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado, Deputado Milton Hobus, foi perfeito, é exatamente isso que aconteceu. Eu só trouxe até vossas excelências este documento, porque ele para aqui, né? Ele para aqui, mas a informação de que tenho é que o governo vai comprar ou a empresa vai trazer. Eu só relato até o ponto que a gente tem aqui no processo, ele parou dia 18 de – aqui, o trâmite inteiro – de abril.

Obrigado, Deputado Milton Hobus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ainda para discutir o requerimento, Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Senhor Presidente, senhores Deputados, público que nos assiste, eu vejo que todas essas informações são muito importantes para esclarecer esse caso. Agora, no meio, numa discussão do requerimento pedir para mudar um... ou no meu caso, da minha sugestão, dois... eu nunca vi isso na minha vida aqui como Deputado... cinco anos ou seis anos.

Eu fiz um requerimento, ele foi muito questionado, de acareação. O Deputado Laércio também protocolou esse requerimento, com muito custo, nós aprovamos; depois eu tive que fazer um requerimento para agendar tanto os depoimentos e a acareação, que tem que ser depois dos depoimentos; e agora o Deputado Milton Hobus traz, na discussão do nosso item c da ordem do dia, requerimentos importantes, mas que podem colocar algo que já foi discutido duas vezes, já foi aprovado duas vezes.

Eu abri mão do agendamento dessa próxima quinta-feira para fazer tudo numa semana. Então eu acredito que as nossas reuniões têm uma serventia, as informações, acordos também têm serventias. No caso de informações, de dar importância, eu acredito que é o seguinte: o trabalho dos nove Deputados e o trabalho da força-tarefa, que compreende Ministério Público, Tribunal de Contas e Polícia Civil... é o seguinte, só aqui temos nove enxadas, cada enxadada vai ser uma ou mais minhocas. As enxadas do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Polícia, eu não vou falar que são só três, porque são várias outras enxadas, também vão achar, cada enxadada uma minhoca. Então, assim, não vamos mexer no que já está combinado, o Presidente já agendou, terça-feira que vem são os três depoimentos – o Helton, o Douglas e Márcia – e na quinta-feira é a acareação, isso já é fato consumado, não se muda.

A gente pode discutir esse requerimento de hoje e outros muitos que ainda vão surgir, mas assim, nós já fizemos três reuniões para ocorrer isso que já está agendado para semana que vem. E eu não posso permitir que se jogue o nosso tempo e o tempo de quem nos acompanha fora, já é fato consumado, e eu não posso admitir... até porque o Regimento dá essa prerrogativa ao Presidente, não é só o Relator que pode propor



agendamentos, propor requerimentos, são os nove Deputados. O Deputado Valdir Cobalchini e o Deputado Moacir Sopelsa foram muito felizes na última reunião. Então peço que essa organização seja conjunta e o que é combinado valha, assim como, o Regimento valha também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, não por uma vez, mas duas vezes, né, foi...

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: “É, agora vai ser três.”)

A terceira vez ali.

Eu entendo o pedido do eminente Deputado Milton Hobus e pergunto a vossa excelência, se existe óbice da parte do senhor de fazer uma inversão de terça para quinta, justamente para poder facilitar a vida da própria assessoria no que diz respeito a intimação dos depoentes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Na nossa última discussão sobre esse assunto, que eu achei que seria a última, não é a última, mas tudo bem, eu abri mão, dando a oportunidade de quinta-feira que vem ficar à disposição...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – À disposição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...da CPI. A sugestão inicial era quinta-feira fazermos dois depoimentos e na terça fazermos um depoimento e a acareação. Eu abri mão de ser na quinta-feira que vem, então, está aberto quinta-feira que vem para ser preenchido, não tem que atrasar nada, não tem que mudar nenhum planejamento macro, né? E na terça-feira que vem continua a Márcia, o Helton e o Douglas e na quinta a acareação. Eu já discuti isso duas vezes, estou discutindo pela terceira vez, não tem problema, a gente está aqui para discutir quantas vezes for necessário, mas acordo e votação... se toda hora for voltado atrás, porque apareceu uma minhoca diferente na enxadada, a CPI não vai terminar, porque cada enxadada, se Deus quiser, vai aparecer uma, duas, cinco, vinte minhocas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Acredito que bem mais, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Deputado, permite-me, só auxílio. Eu recebi a informação da assessoria de que nós teremos na segunda-feira os áudios dos depoimentos, na segunda. A assessoria me informou agora de que a gente pode ter já os áudios na segunda-feira. Então eu acredito que podemos manter, sim, na terça, como quer o Deputado João Amin, e ouvir os outros dois na quinta, como consenuamos na vez anterior.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, só para colocar. Se nós vamos ter acesso aos autos dos depoimentos na segunda, sem nenhum óbice.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sem óbice.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não vamos atrapalhar aqui o andamento, mas talvez pedir, então, para que a gente possa agendar para quinta esses dois depoimentos, pela importância e pelos fatos novos, que eu acho que nós temos que... não deixar eles... a CPI, ela é dinâmica, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sem problema, a gente só tem hora para começar, Deputado, na quinta-feira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – A CPI, ela é dinâmica e vão aparecer fatos que nós vamos ter que consensar entre nós, talvez mudanças de rumo no meio delas, porque o nosso objetivo é trazer todos os esclarecimentos que possam elucidar, né?



(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Consulto a assessoria se tem condições de deixar pronto para quinta-feira... a acareação.

Além dos dois nomes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente, a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Porque as atas têm que estar prontas de terça para quinta para a gente conseguir fazer a acareação na quinta-feira.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhores e senhoras, bom dia.

Eu estou entrando agora aqui, como já disse o Presidente e o Deputado Milton Hobus, como o ofício não foi lido ainda no Plenário, a partir de terça-feira, como membro integrante... hoje só na substituição por conta dessa questão regimental do Deputado Marcos Vieira.

Eu entendo que o processo da CPI, como disse o Deputado Ivan Naatz e o Deputado Milton Hobus, ele não pode ser estático, até porque nós temos algumas coisas que surgem ao longo do tempo, esse fato aqui... Eu fico imaginando, Deputado Ivan, quem está em casa, a minha preocupação é sempre com quem está em casa acompanhando, que muitas vezes não entende os processos aqui. Quem está em casa acompanhando fica pensando o seguinte: Nossa, o Deputado Ivan e o Deputado Milton trouxeram uma informação que o Governador autorizou o pagamento da Intelbras de cem respiradores por R\$ 7 milhões, e que foi pago no dia depois os R\$ 33 milhões. Daí eu fico pensando que o cidadão que está acompanhando, pensa assim: Então prova-se que o Governador não tem nenhuma coisa na compra, porque ele aprovou e tem assinatura da Intelbras. Que, daí, o senhor disse que não foi comprado, e vem o Deputado Milton e diz: Não, está para chegar, a hora que chegar, entrega. Imagina isso na cabeça do cidadão, dentro de tantas questões. Então essas dúvidas que surgem ao longo do processo, a gente precisa estar aqui esclarecendo e essa realmente é a forma da CPI.

Como eu entrei agora e, até então, eu acompanhei só pela Internet e pelas transmissões, não na integralidade, mas alguns momentos. Eu sinceramente pensava que os membros da CPI já tinham tido acesso na íntegra do processo dos depoimentos, das versões dos depoimentos, porque uma... do Helton Zeferino, por exemplo, tem duas versões, tem uma onde ele foi chamado e outra... eu pensei que vocês... eu até hoje conversei com o coordenador, dizendo assim: Escuta, eu quero saber, porque eu preciso me inteirar. Porque chamar alguém aqui para falar algo, tem que ser no mínimo confrontante, o depoimento tem que ser confrontante. E eu para perguntar algo aqui, eu preciso ter acesso... porque o camarada pode vir aqui falar algo e só depois, quando ele não estiver mais aqui, é que eu [vou] descobrir que lá no MP ele falou diferente. A confrontação é necessária, é você ler... por quê? Porque imagina, se um Secretário da Saúde vai num dia dar um depoimento, depois ele vai e muda, tu imaginas ele chegar aqui na cadeira da CPI.

Então eu entendo que nós precisamos ter primeiramente - até, Deputado João Amin, para fazer a própria acareação - acesso a esses depoimentos, é importante saber o que um falou e o que o outro... por quê? Porque, até então, nós só temos as falas da imprensa, e eu aqui falo como jornalista também, que sou. E o que o jornalista faz? O jornalista vai atrás de uma informação e tem que pegar um depoimento de duas horas, reduzir em quatro linhas ou cinco linhas, entre aspas, e colocar a fala da pessoa. Mas nós



precisamos ir... e, daí, vou lá... o meu professor de Filosofia, o Piva: Nós precisamos ir além da doxa, superar a doxa, sair da opinião pública e ver. Eu me lembro do meu professor de filosofia que pegava um ovo e dizia: Vocês têm que ver além do ovo, tem que dizer que isso aqui é um ovo que sai da galinha, formado de casca, membro, tem uma membrana depois da casca, a gema, o ovo, se for galado, tem gala, se não for galado, não dá pinto. Acho que nós temos que ir mais além disso, a gente não pode ficar em cima de matérias e de posições da imprensa, porque a imprensa também não teve condição de ter o acesso e se teve, teve que resumir em uma matéria.

Então, é necessário o acesso aos depoimentos, Presidente, para que nós possamos... eu pelo menos vou fazer isso, vou assistir, pegar pipoca, vou assistir, por quê? Porque assistindo a fala de um, a fala de outro, a gente, opa, falou aqui, falou aqui... aí, essa dúvida, Deputado Fabiano, que fica no depoimento do Ministério Público, do Gaeco, lá, a gente pode esclarecer na acareação, na vinda aqui.

Então eu estou entrando agora, né? Nós precisamos ter as ações do Ministério Público, do Gaeco, do Tribunal de Contas, da Polícia Civil, do Tribunal de Justiça. Nós precisamos ter isso como uma base de dados para a gente ir lá, mergulhar, saber o que tem lá e tirar as dúvidas aqui, porque aqui é um julgamento político também, que não é o de lá, nós temos que julgar politicamente.

Então, assim, Presidente, por mais que a gente tenha acesso, agora eu soube que houve o pedido, a negativa, como esclareceu o relator da Desembargadora, e agora chega à nossa reunião, dizendo que segunda-feira nós vamos ter acesso. Eu ainda acho muito apertado, porque primeiro a gente não está... poxa, poderia liberar hoje, que daí a gente passava o final de semana, em vez de assistir Netflix, vai assistir os depoimentos, para quê? Para terça-feira, quando chegarem aqui os... e na quinta-feira, quando for a acareação a gente já saber. Agora ficamos muito atrelados a pouco, ao pouco mergulho nessas informações quando a gente não tem acesso a tudo isso que é importantíssimo.

Então a minha preocupação, e permita-me aqui colocar, é ter tempo para ter acesso, para que as oitivas aqui não fiquem só mais uma e, sim, sejam aquelas de tiradas de dúvidas, que podem aparecer lá no processo.

É isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados, discutindo com a assessoria, hoje nós votamos a ata, não da terceira reunião, mas da segunda reunião por uma questão bem simples. Essa é a ata da segunda reunião, pois ainda não está pronta a ata da terceira reunião. Creio eu que fazer o confrontamento durante uma acareação sem o registro dos dados anteriores ali... porque nós acabaríamos fazendo a acareação de quinta-feira sem o registro da reunião de terça.

É uma questão de tecnicidade só, Deputado João.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, tecnicidade não, Deputado Lima. O Senhor me desculpe, a gente está no meio de uma discussão de um requerimento proposto pelo Deputado Milton Hobus, que nem foi aprovado ainda...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Deputado João Amin, se vossa excelência puder falar mais próximo do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mais próximo do microfone, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Obrigado, não estou ouvindo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Nós estamos no meio de um requerimento proposto pelo Deputado Milton Hobus que nem foi aprovado ainda. Agora coloca-se uma condicionante para acareação acontecer, de uma ata... discutindo pela



terceira vez, no meio de uma discussão - repito, de um requerimento que nem foi aprovado ainda -, o sobrestamento de algo que já foi discutido duas vezes, consensado por unanimidade, com algumas contrariedades, verdade, mas nas votações, unanimidade.

Daqui a pouco, além do documento da Polícia, além da ata, vai precisar saber se tinha pipoca no final de semana na casa dos Deputados ou não e, aí, também, ela vai ser uma condicionante... se a Netflix, estava funcionando o sinal ou não.

(Manifestação fora do microfone ininteligível.)

Ah... então, ah... então... aí, fica difícil, né, gente.

Pela terceira vez está sendo discutido algo que já foi aprovado duas vezes por unanimidade.

É, sim! É, sim, Milton. É, sim, Ivan.

(Os Deputados Milton Hobus e Ivan Naatz falam fora do microfone.)

Falem no microfone, se tiver discordância. É, sim!

Eu não sei qual é a dificuldade para toda hora que eu proponho alguma coisa aqui, que nem o documento do Coaf estavam querendo autorizar, eu consegui, tive que ir atrás de uma decisão do STF. Tudo o que eu proponho... eu estou atrapalhando? Eu estou atrapalhando a CPI? Se quiserem eu me retiro, eu coloco o Zé Milton, coloco outro Deputado do bloco que pode... Agora, tudo que eu proponho aqui se gera dificuldade.

É o que, Ivan? É o que, Milton? O que vocês falam aí, sem o microfone estar ligado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pelo amor de Deus, né? Tem gente que chegou agora aqui e está querendo... sabe?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É que a gente respeita quando um está falando, Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só peço respeito, Deputado João...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É um absurdo. Eu ainda estou com a palavra, né? É um absurdo, duas vezes...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...eu só respeito por vossa excelência tratar comigo que estou chegando aqui, querendo dizer alguma coisa. Então, por favor!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Quando que eu faltei com o respeito?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não falte o respeito!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu estou com a palavra ainda *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Para cima de mim, não! Por favor!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu estou com a palavra ainda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Kennedy, o Deputado João Amin está indo para a conclusão. Deputado João Amin...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Quem está faltando com respeito é quem está interrompendo a minha fala. Eu não interrompi a de ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para conclusão, Deputado João Amin.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu não interrompi a de ninguém, Deputado Kennedy. O senhor tem que falar, mas tem duas orelhas, tem que ouvir também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Vossa excelência falou que quem está entrando agora está querendo enrolar, eu não enrolei!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Você tem uma boca e dois ouvidos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Kennedy, por gentileza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...uma boca e dois ouvidos, Deputado Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, senhor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, com a palavra para a conclusão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu estou com a palavra, Deputado Kennedy, quem está faltando com respeito, duas, três vezes é o senhor. Não comigo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então conclua o raciocínio do senhor, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...porque eu não estou nem aí... é com a população que não tem pipoca nem Netflix para ver a CPI e que prefere ver a CPI.

Então, o seguinte, se acordo e votações, toda hora... e é uma coisa pontual, né? Eu achei que o requerimento do Deputado Cobalchini (*ri*) iria ser mais polêmico, que está propondo, prudentemente, no momento certo, na hora, se necessário for o chamamento da autoridade máxima do Estado.

Agora, tudo o que eu proponho aqui tem *VAR*, tem que chamar o *VAR*, porque já foi votado duas vezes, até a menina da ata... não, se eu tiver um décimo do tempo que o Ivan Naatz tem para falar as coisas, eu posso falar ainda por muito tempo, mas eu já vou concluir. Tudo o que eu proponho aqui tem questionamento, tudo o que eu proponho aqui tem que botar para depois. Uma ata agora é um impedimento? Quem é que vai olhar a ata para se basear nas perguntas que vai fazer ao Douglas, ao Helton e à Márcia? E na própria acareação? É só anotar os pontos mais importantes.

Então, assim, ó, eu não falto com respeito com ninguém, quando eu estou com a palavra, eu estou com a palavra. Estou sendo interrompido aqui diversas vezes, com microfone ligado e desligado. Tenho uma boca e duas orelhas, tá? Agora, se for para cada hora... eu também acredito que tenha que ser dinâmica e ágil a CPI... estavam querendo impedir requerimento verbal aqui, isso é impedir a agilidade da CPI, isso é impedir! Então, tudo o que já foi votado, acordo supera até o Regimento, mas é Regimento e acordado, tem que ser dada a continuidade, até para a gente poder passar para a população algo responsável, com dinâmica de trabalho, tá?

Eu pretendo... e até o momento eu não faltei o respeito com ninguém, até o momento eu não faltei o respeito com ninguém, não interrompi a fala de ninguém aqui nesta reunião hoje, tá? Só que eu não tenho que ficar discutindo por três vezes o mesmo assunto! Tem alguém que acha mais importante? É a opinião de alguém, nós somos nove aqui, nós somos nove, não é um nem dois, somos nove!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, compreendo e como eu disse anteriormente já sei que duas vezes foi discutido aqui...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Senhor Presidente, quando puder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...e por isso que a gente colocou em discussão. E o que nós estamos fazendo, Deputado João Amin, é realmente isso, discutindo, arranjando uma melhor forma de dar uma mecânica de trabalho melhor ao andamento.

Deputado Moacir Sopelsa, o senhor pediu a palavra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Exatamente, senhor Presidente, se puder me conceder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Muito obrigado, senhor Presidente.

Bom dia, senhor [Presidente], Relator e todos os Deputados.

Eu não sei mais qual é o requerimento mais importante, os depoimentos mais importantes de nós ouvirmos, são tantas as questões que chegam, né, as denúncias que vêm, que todas elas, na minha opinião, precisam ser esclarecidas.

Nós já transferimos a ouvida do ex-Secretário Borba, do ex-Secretário Douglas e da Márcia, e acho que nós devemos manter a ouvida deles na terça-feira como está previsto. Se nós transferirmos isso mais uma vez, nós também deixamos a imagem de que parece que não temos segurança naquilo que estamos fazendo. Claro, que estamos entendendo que um depoimento é mais importante do que o outro, mas eu repito, eu já tenho dúvidas de qual é o depoimento mais importante. Mas já está praticamente decidido, nós já transferimos uma vez, vamos fazer a ouvida como está prevista, todo mundo está esperando isso. Está amplamente divulgado que na próxima terça-feira será ouvido essas três testemunhas ou esses três envolvidos, não sei como é que vamos chamar, e, após, se faça a ouvida, sim, do Secretário atual na época, o ex-Secretário. Parece-me uma coisa justa, né, que o Deputado João Amin tem também a sua razão de fazer com que essas três pessoas possam ser ouvidas na próxima terça-feira.

Essa é a minha opinião, senhor Presidente e senhor Relator. Não tirando de forma alguma o direito de apresentar a mudança, mas me parece que nós seremos mais sensatos se continuarmos da forma que está estabelecido.

Era isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, eu apresentei o requerimento e não tinha nenhum objetivo de criar qualquer polêmica aqui ou atravessar qualquer situação acordada.

Eu disse na minha explicação... primeiro, nós temos que botar em votação esse requerimento, se vai ser aprovado ou não. Mas eu disse que eu não me sentiria confortável em interrogar aqui pessoas que estão sendo chamadas sem ter conhecimento do que eles falaram nas instâncias investigativas, até para a gente poder confrontar. Acho que isso é uma lógica. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]*

Depois, o Ivan Naatz trouxe a informação que nós vamos ter na segunda-feira o acesso às informações, o.k., vamos entrar noite adentro e vamos nos atualizar. Não tem problema ouvir os três e programar esses aqui para depois. Eu acho que o consenso aqui dos nove Deputados tem que fazer, desde que nós tenhamos as informações dos depoimentos deles, senão eu não vou nem vir à reunião de terça-feira, se eu não tiver tido os depoimentos para ouvir essas pessoas, porque elas são importantíssimas no processo.



Eu não vou aceitar participar sem eu saber o que eles falaram lá no Ministério Público, porque ainda a gente não sabe, e ninguém sabe. Só isso. Se tivermos acesso, o.k., Deputado João, mantém-se para terça, não muda nada, está tudo o.k., para mim não é problema nenhum. Eu só apresentei esse requerimento porque é um fato muito importante. Eu acho que a gente não deve postergar tanto para ouvir esses dois que nós estamos colocando aqui também, se for aprovado, pelos fatos relatados de ontem, porque eles vão elucidar muita coisa, que vai facilitar o nosso trabalho [daqui] para frente. Assim eu penso.

Então, não é nenhum objetivo de atravessar acordo ou fazer... mas eu acho que nós temos direito, cada um de nós, nove membros aqui, Deputado João, de debatermos pontos de vista e consensarmos o que nós vamos fazer, afinal de contas, eu acho que isso aqui é uma Casa de líderes com contraditório de ideias, mas que não é um local, um ringue de briga, né? Nós temos aqui que consensar o nosso trabalho para que a gente possa dar resposta à sociedade.

Então, bem tranquilo, senhor Presidente, fica à disposição para colocar em votação o meu requerimento, e, depois, vossa excelência e o Relator propõem data de oitiva e vamos colocar em votação também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhores, eu tenho uma sugestão antes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só um minuto, Deputado Ivan Naatz. Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência está com a palavra.

(O Deputado Fabiano da Luz declina da palavra.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho uma sugestão então: nós tínhamos pré-agendado para o dia 2 de junho de 2020, às 17h, o André Motta Ribeiro, que é o Secretário de Estado da Saúde agora, a Leila, o Paulo Eli e o doutor Fernando Barreto. A gente transfere, tira esses do dia 2, passa para uma data para frente e coloca no dia 2 os que o Deputado Milton Hobus pretende ouvir, se o senhor estiver de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Na terça?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na terça. Deputado João?

(O senhor Relator dirige-se aos Deputados João Amin e Milton Hobus que concordam com a sugestão.)

(Alguns Deputados e assessores manifestam-se fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ele já está no dia 2.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, fica firmado dia 2 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu acrescento o Onofre Joaquim Rodrigues.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O.k. Está o.k. então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Senhores Deputados, primeiro quero perguntar se o Deputado Sopelsa está me ouvindo? Tudo certo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Estou te ouvindo, sim. Tudo certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Então, estou satisfeito.



Eu tenho aqui ouvido os debates, as discussões ali dos documentos e percebido, às vezes, um pouco de euforia, de atropelos aqui em algumas decisões.

Eu acredito que a CPI tem que ser mais ou menos como assar uma carne, né? Se você for fazer um churrasco e querer assar em vinte minutos, você vai queimar, sapecar e por dentro vai estar cru, e, se deixar duas horas no fogo, a carne vai ficar seca. Ela tem um ponto. A CPI também tem que ter um ponto, ela precisa ter um momento certo para todas as coisas. E eu acho que nós aqui, como representantes da sociedade, como os adultos que somos e responsáveis pelo que estamos fazendo, podemos resolver muita coisa no diálogo.

Nós estamos recebendo uma série de documentação, acredito que esses depoimentos, que estão colocados aí, são extremamente importantes para nós; concordo com o Deputado Kennedy que a gente precisa estar muito bem preparado para ouvir essas pessoas, porque é através do depoimento deles que, não só nós, mas a sociedade vai fazer muito julgamento do que aconteceu até agora nessas compras que foram realizadas, basicamente, na questão dos respiradores, que é o nosso foco desta CPI; concordo que a gente ter primeiro o acesso a esses depoimentos... eles vão ser importantes para - baseado nos documentos que nós temos, no que a gente já leu, já conheceu e nos depoimentos que eles fizeram - nós termos embasamento para fazer certos contrapontos ou para numa acareação poder ter algumas estratégias de perguntas para fazer a essas pessoas aqui e para que a gente consiga num tempo correto, certo trazer um resultado efetivo da CPI, apontar um caminho desta CPI, para que lá fora não fique a piada prevalecendo de que no final tudo vira em pizza. Nós não queremos que isso aqui se transforme numa pizza, até porque, as evidências, as provas, tudo que até agora nós já recebemos provam que tem coisa errada, né? Mas aonde essa coisa errada vai chegar é o caminho que nós vamos apontar.

Então, que a gente tenha essa serenidade de podermos sentar, conversar, dialogar, ver qual é o melhor caminho, quem é melhor ouvir primeiro, que documentos ainda faltam para a gente montar alguma coisa que seja realmente séria.

Até agora, dos dois pedidos de CPI, que eu tenho ouvido de advogados, tem muita fragilidade, talvez porque foram feitos a toque de caixa, e não com toda fundamentação como deveriam. Então, que a CPI tenha um resultado positivo. E, para isso, senhores, vamos sentar, conversar, dialogar, buscar um caminho, um entendimento e a estratégia correta. Se é um que se ouve antes ou depois, é a nossa decisão, baseada em fatos, que vai determinar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Só tecer aqui um comentário.

Eu sempre me preocupo muito com a população. Eu acho que talvez – eu estou acompanhando as redes sociais da Alesc – a maior audiência, desde que eu entrei aqui, é a da CPI. Não vi anteriormente audiência tão grande, porque os olhos do catarinense estão voltados para esta CPI. O povo quer resposta! Eu vou à padaria e eles perguntam: e aí, a CPI? Eu estou acompanhando. Eu tô vendo.



Então, claro, eu sempre, desde o início, pedi que não fosse um palanque de *like*, deixei esse singelo conselho e eu vejo todos se comprometendo, trabalhando os requerimentos. E nós... o menos é mais, senhor Presidente, o menos é mais. É uma sistemática simples. O povo quer entender, né? Como diz o Deputado Kennedy, o governo é malandro, foi incompetência, foi corrupção? É uma sistemática simples, tem três personagens centrais: o Governador; o senhor Secretário da Casa Civil, que era praticamente o governador, enquanto o senhor Moisés fazia cerveja artesanal; e o Secretário Helton. O que o povo quer entender de forma simples, andando dos pescadores aos empresários: Quem foi o autor? Qual foi a sistemática? É corrupção ou eles são tremendamente incompetentes?

Então, se a CPI termina semana que vem na acareação ou ela vai terminar daqui sessenta dias que é o prazo, que a gente tenha resultados efetivos. Olha, a CPI - como bem disse o Deputado Fabiano - não terminou em pizza. Ela apurou, foi o fulano, o sicrano, o objetivo era esse. Então, eu acredito que nós... são R\$ 33 milhões pagos adiantados, a gente teve acesso à boa parte do material, eles se contradizem, um joga, desculpe a expressão, mas merda na cara do outro. O Helton está dizendo que foi a Casa Civil, o Douglas já está dizendo que é o Helton. Quem é culpado? O Moisés está escondidinho na moita achando que a demissão do Douglas de repente... Então, assim, é uma sistemática simples!

Eu acredito que, claro, o conselho do Deputado Milton é muito sábio, se a gente tiver essas informações e nos sentirmos seguro... Agora, também delibere, Presidente. Claro que nós vamos divergir, é normal, o João Amin tem o gênio dele, a forma de se expressar, outro... vamos divergir talvez em algum ponto, mas nós convergimos que queremos um resultado efetivo. Então, delibere, Presidente, com autoridade também, não deixa pipocar muito porque fica bagunçado e o povo vai ver fragilidade em nós.

Eu acho que todos nós temos competência para fazer um trabalho sério nesta CPI e chegar a um resultado efetivo e eu vou ter orgulho, tenho certeza. Você é um amigo particular, conheço a seriedade do seu caráter e conheço o grupo de Parlamentares que aqui que estão dedicados e que vão a fundo nessa história. Que eu vou ter o orgulho de dizer: olha, a CPI não terminou em pizza, apuramos os seguintes fatos...

Então, o menos é mais. Prossiga com firmeza, né, não deixe esses assuntos pipocarem muito, porque mostram a fragilidade do nosso grupo. Nós estamos focados. Vamos divergir, é normal, mas temos um objetivo central, que é chegar a uma resposta para a população. Se o senhor julgar que é importante fazer quinta, faça, que assim seja; se achar que é pertinente fazermos semana que vem, também faça, não se intimide.

Então, deixo essa palavra de encorajamento e também um alerta, que o nosso principal objetivo é dar uma resposta à população catarinense, é chegarmos aos culpados, se foi corrupção, se foi incompetência. Nós precisamos apurar esses fatos, levar essa resposta à população. Eu tenho certeza que no final, eu sou um grande otimista, vai dar tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados, eu não estou entendendo essa de pedir calma e alguma coisa. A gente está fazendo aquilo que é regimental, cada Deputado tem o seu direito de usar da palavra. O João usou, o Deputado Fabiano usou, o Deputado Kennedy usou. O que a gente está fazendo aqui é aquilo que está no Regimento, a gente está discutindo um requerimento. Óbvio, o Deputado Milton Hobus apresentou o parecer dele, o ponto de vista dele, o Deputado João Amin apresentou o dele. Não tem nada de calma ou de outra coisa. O que eu estou tentando fazer é ser o mais democrático possível e estender a palavra com o uso não limitado de tempo para todos os Deputados.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, senhor Presidente, diz um texto bíblico...

(O senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ... texto bíblico diz: Casa dividida, não subsiste.

Como, às vezes, as divergências extrapolam certo ponto, eu tenho medo que isso fique um pouco, desculpem a expressão, bagunça e, aí, mostra fragilidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tem que cuidar o que falamos para fora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ... para nossa população. Justamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós, da CPI, temos que cuidar o que falamos para fora.

O Relator tem os limites do processo, do processo. Eu sou responsável por fazer o relatório. Quero construir o relatório a várias mãos, por isso, tudo o que a gente fizer aqui vai ser consensuado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu só pediria ao Presidente que a gente pudesse iniciar o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, é justamente isso que eu estou tentando fazer, só que como eu dei oportunidade para todos falarem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós estamos cuidando do processo, está tudo certinho, não tem problema nenhum, está tudo certinho. O que a gente tem que cuidar é o que falamos para fora, porque, às vezes, não precisa falar para fora. Nós falamos aqui entre a gente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação o requerimento do Deputado Milton Hobus.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Peço à assessoria que encaminhe a primeira testemunha convocada para a oitiva, doutor Carlos Roberto, assessor jurídico da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

(Pausa.)

(O senhor Carlos Roberto Costa Júnior adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.)

Senhor Carlos Eduardo, muito bom-dia.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Carlos Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Carlos Alberto *(sic)*. *(Ri.)*

O senhor consegue falar um pouquinho, já pelo uso da máscara, falar um pouquinho mais próximo do microfone, senão vai se sufocar com ela. *(Risos.)*

Pode tirar a máscara.



(O senhor Carlos Roberto Costa Júnior retira a máscara.)

Senhor Carlos Alberto *(sic)*, o senhor sabe por que foi convidado para participar desta nossa reunião, desta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Carlos Alberto *(sic)*, o senhor sabe que o senhor está compromissado a usar da verdade aqui, somente a verdade, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Tenho ciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tem ciência disso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor Carlos Alberto *(sic)*. O senhor está acompanhado de advogado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Carlos Alberto *(sic)*, o senhor também tem o direito de permanecer calado, se assim for a vontade do senhor, diante de qualquer pergunta que lhe seja feita, porém o senhor tem que expressar a sua vontade de ficar calado [dizendo]: prefiro permanecer calado. Porque o silêncio não é indicativo de resposta alguma.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então, entendido.

Para o registro das nossas taquígrafas é necessário que o senhor fale o seu nome completo, a sua profissão, o seu endereço completo - onde o senhor mora - e a data de nascimento do senhor.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Bom, é Carlos Roberto Costa Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É... servidor público estadual, atualmente exercendo a função de assessor jurídico da área de compras da Secretaria de Estado da Saúde. Nascido em 27 de junho de 79, e residente e domiciliado à rua Souza Dutra, 826, apartamento 204, bairro Estreito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Ivan Naatz, Relator da CPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia, doutor, obrigado por ter vindo à CPI.

Falo que o senhor está aqui na condição de testemunha...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...na intenção de colaborar com o processo.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é assessor jurídico da Secretaria da Saúde?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso, da Superintendência de Gestão Administrativa, que é encarregada das aquisições para a Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é comissionado ou é de carreira?



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – A minha função é de analista. Eu entrei ao Estado, na Secretaria em 2010, e... sempre trabalhei na área de compras da Secretaria. Em 2018, a convite do doutor Acélio Casagrande, a gente assumiu a função de assessor jurídico dessa área de compras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é advogado há quanto tempo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Desde 2006.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E quem colocou, quem nomeou o senhor para esse posto de assessor jurídico?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Assessor jurídico foi o doutor Acélio Casagrande, Secretário em 2018.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E de lá para cá o senhor continua como assessor jurídico?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso, exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Eu vou mostrar alguns documentos para o senhor e vou indagar.

O senhor participou do processo de licitação dos respiradores?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu fiz o parecer da dispensa de licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor fez três pareceres no processo, foi isso? Ou dois? Quantos pareceres o senhor fez?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu fiz um aprovando a dispensa e um segundo momento foi... em razão da notificação da contratada, em razão da não entrega dos... dos equipamentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem, então, eu vou ajudar o senhor.

Eu queria que colocassem o primeiro *slide* que preparei.

(O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

Bom, esse é o primeiro...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso é um despacho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A primeira participação do senhor é um despacho, certo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor consegue ler o que está escrito ali?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim. (Lê.) “Indagamos se não há outros orçamentos a fim de justificar o preço. Segundo informações, a SGA está centralizando as solicitações do orçamento, favor verificar.”

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo. Então, o senhor pegou a licitação e só tinha um orçamento?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só tinha um. Aí, o senhor pediu para fazer mais orçamentos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É que... pelo valor da contratação, é... e a orientação que se tem das cortes de contas é que se faça uma pesquisa de valor de mercado a fim de justificar o valor da contratação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo. Então, o senhor pediu outros orçamentos, certo? Vamos... o senhor disse o seguinte: “Segundo



informações a SGA está centralizando as solicitações” O que significa isso? As solicitações, o que o senhor quis dizer com isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É que em razão da pandemia, é... ficou definido que a SGA centralizaria todas as aquisições da Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – SGA é?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Superintendência de Gestão Administrativa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E quem era responsável?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É a... Márcia Geremias Pauli.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pauli. Muito bem.

Eu queria mostrar para o senhor, depois que o senhor fez esse... antes do senhor fazer esse...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Despacho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... despacho, eu queria mostrar para o senhor o orçamento que estava no processo. (*Mostra imagem.*) Este é o orçamento que estava no processo. O senhor teve acesso a esse orçamento antes de despachar.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é advogado desde 2006.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu também sou advogado. O senhor considera isso aí uma proposta?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não entendi, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor considera esse documento um orçamento, uma proposta?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – A Secretaria ela recebe várias propostas nesse padrão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor podia mostrar para mim onde é que está a assinatura da empresa, o CNPJ, o endereço?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Quando é enviado por *e-mail*, o padrão da Secretaria é desconsiderar a formalidade da assinatura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas R\$ 33 milhões em compras sem licitação, o senhor o desconsiderou assinatura, desconsiderou o CNPJ, desconsidero o endereço. O senhor considerou esse documento um documento válido?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Mas a proposta não é analisada por mim, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu perguntei para o senhor: o senhor é o procurador jurídico, qual é seu papel no processo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – A minha função é considerar a situação fática, se ela se enquadra dentro da legislação para justificar a dispensa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, então o senhor conhece os fundamentos da legislação federal, a 13.979, o senhor conhece a Instrução Normativa 6 de 2020, o senhor conhece o Parecer da AGU 37, de 2019... esse da AGU, não tenho o número exato aqui.

(*A assessoria informa que é 2011.*)

...2011, o senhor conhece todas essas portarias?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que regulamentam?



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o senhor mesmo conhecendo essa portaria, conhecendo a lei, entendeu que esse documento era um orçamento?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Entendo que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas se o senhor olhar bem esse documento, ele não tem CNPJ, não tem endereço, não tem data, não tem quem assina. E tem outra coisa, lá em cima tem um nome, o senhor consegue ler o primeiro nome que assina?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Tem dois nomes, tem o da Márcia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, o primeiro nome em cima.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Veigamed.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Da Veigamed, no nome de quem? Lá ó. *(Mostra imagem.)* Senhor Rafael...? Consegue ler lá?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse é o documento que está...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, não estou conseguindo ler.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que está... ali está um pouco... porque é escaneado. O Rafael Wekerlin que diz que é o responsável, né?

(A assessoria melhora a apresentação do slide.)

Isso, olha lá. Ótimo!

Ele diz que ele é o responsável. Rafael, ele diz que é o responsável por essa empresa Brazilian International Business.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Depois, mais abaixo outra pessoa assina. Vamos colocar para baixo. *(Mostra imagem.)* Olha lá: Pedro Nascimento.

O senhor não achou estranho que uma pessoa estava fazendo um documento e outra estava assinando, tinha dois nomes no mesmo documento, não tinha CPF?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, a minha atribuição não é analisar proposta, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas é revisar os documentos, né, doutor?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim, com certeza são documentos, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque o senhor tem obrigação de dizer: Ó, isso não está certo. Como o senhor disse, faltam orçamentos. O senhor disse isso, né?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim, faltam orçamentos. Eu senti a necessidade de que se fosse juntado uma pesquisa de preços ou até uma declaração do setor que estava concentrando o recebimento desses orçamentos, no sentido: Olha, tentamos, mas não foi possível obter mais orçamentos. Eu sentia ausência dessa fundamentação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem, eu entendi que o senhor entendeu que isso aí é um orçamento, é isso?



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. Vamos mostrar então para o senhor os outros orçamentos que chegaram depois do senhor pedir novos orçamentos. (*Mostra na imagem.*) Esse aí é a continuidade daquele. Essa aí é a proposta que veio.

Vamos perguntar para o senhor, volta um pouquinho, antes ainda daquele lá. Olha só, não tem aceite, não tem data. A data de entrega e a data do contrato não combinam porque ali eles... deixa eu ver aqui certinho... (*O senhor Relator manuseia algumas anotações.*)

Os slides aqui. (*Mostra imagem.*)

Ali, naquele documento, se o senhor ver, o prazo de entrega era de 35 dias corridos, certo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está vendo ali?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 35 dias corridos e aqui diz que a compra era para remunerar antecipada, o senhor viu?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Vi que estava sendo solicitado pagamento antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Viu que era pagamento antecipado.

O senhor viu também que no contrato... havia... nesse também havia uma previsão de entrega dos equipamentos, o prazo de entrega dos equipamentos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Vi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual era o prazo de entrega?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Ele fracionou em duas... em, em dois cronogramas, né? Com duas datas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe a data da primeira entrega?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não me recordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que entre o contrato e a entrega tinham cinco dias só. O produto estava na China. O senhor não achou isso estranho?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu não sabia que o produto era da China ou importado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não olhou isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Então, o senhor não viu que tinham 35 dias, o senhor não viu que era da China, o senhor viu que era remunerado antecipado.

O senhor mandou juntar um novo orçamento. Vou mostrar para o senhor qual é o senhor o orçamento que chegou. (*Mostra imagem.*) Chegou este orçamento aí. Não tem assinatura, não tem CPF, não tem endereço, não tem nada da empresa, onde é que ela está, onde é que ela existe, nada! E chegou também um outro endereço, olha só. (*Mostra imagem.*) E chegou também um outro orçamento, vou botar o outro orçamento, da JE. Chegou esse também, não tem data, não tem endereço, a caixa é a mesma, não tem data de entrega, não tem assinatura, não tem CPF, não tem nada!

O senhor está vendo aquela fotografia ali embaixo. (*Mostra imagem.*)



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está vendo? Volta, o outro. O senhor está vendo essa fotografia?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor confirma que são as mesmas?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Aparentemente, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não. O senhor não... vou mostrar então as duas para o senhor. Olha lá. (*Mostra imagem.*) Esses são os orçamentos que o senhor solicitou. Tu não viste nada de estranho nisso? O senhor não notou nada?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Deputado, a Secretaria de Estado da Saúde, ela lida com 3.500 editais/ano; gera 6.554 instrumentos contratuais/ano. Se nós não confiarmos na área que... nos tá remetendo os processos para análise, é... fica inviável trabalhar com apenas dois assessores jurídicos ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, um confia no outro?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Um confia no outro?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, se eu quiser ficar rico posso trabalhar com a Secretaria da Saúde, né? Um vai confiar no outro.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, o senhor não pertence à Secretaria de Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, mas se eu quiser vender produtos, né, porque todo mundo confia.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É... isso passou pelo crivo da área que estava centralizando as aquisições...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem que é?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – ... ela tava avaliando o orçamento, tava avaliando a... a fidelidade do documento e, bem como, é... fazendo análise do crivo de orçamento e de... e de valores praticados no mercado à época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor notou que tinha sido extraído documentos do processo, que o processo começava... tinham dezoito folhas faltando no processo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Percebi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que o senhor fez quando faltaram essas folhas?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso, isso, passa a ser um... um procedimento que eu já recomendei que não acontecesse, mas que não é incomum acontecer nos processos da Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sumiram?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – E... aí... é... a responsabilidade é de quem fez o desentranhamento das peças.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. Eu queria mostrar para o senhor a primeira folha do processo, a primeira. (*Mostra imagem.*) Essa, aí, é a primeira folha do processo.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Já tem o valor ali. Preço unitário R\$ 165 mil, total R\$ 33 milhões, ventilador pulmonar. Dia 26/03. O preço já



estava pré-estabelecido, R\$ 33 milhões, o preço por unidade, R\$ 165 mil, também estava pré-estabelecido por esse documento, é o que abre.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como é que abre uma licitação com menor preço, com preço já pré-estabelecido?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É... não foi uma licitação, foi uma dispensa, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é, mas a modalidade...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É... mas a requisição social que acompanha ela não é feito pela assessoria jurídica nem pela... foi pela...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é responsável de fiscalizar. Eu sou advogado, eu trabalho para as empresas. Quando vem documento para mim, analiso para ver se não tem alguma ilegalidade. Vem um contrato: Isso aqui não dá para fazer, isso aqui está errado, isso aqui a lei diz que não é para fazer, isso aqui tem que mudar. O senhor sabe que tinha que fazer isso aí, não sabe?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, essa parte de requisição não compete à assessoria jurídica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não achou estranho que a primeira folha já tem o valor, já tinha documento, já tinha tudo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Mas é obrigado a mencionar valor. Agora, se o valor é exato com a aquisição que foi originada... é responsabilidade de quem confeccionou a requisição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Vamos voltar lá. O senhor deu parecer... para os colegas Deputados aqui acompanhar e quem está em casa também, por favor, mais uma lauda. (*Mostra imagem.*) Este é o parecer do senhor. E vamos voltar ali.

O senhor disse que aceitou o orçamento porque o senhor se baseou numa notícia de jornal, do Correio do Estado.

Qual foi o procedimento que o senhor adotou para saber se esse preço estava dentro do mercado? Porque a lei o senhor disse que conhece, a lei manda procurar, o senhor sabe, que a lei manda procurar sítio especializado, que a lei manda fazer cotação de preços...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Ou pesquisa com fornecedores, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... pesquisa de fornecedor ou *site* especializado.

O que o senhor fez para dizer que aquele preço estava de acordo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Essa parte do parecer... quando chegou nesse momento, eu já tava inclinado a deferir a... o prosseguimento da dispensa. Eu considerei que a situação de urgência/emergência e a aquisição do equipamento vital para o combate à pandemia estavam justificados.

Essa menção a essa notícia que está, é... escrita no parecer foi no momento de tentar contextualizar o que que tava sendo... o que tava passando pela... pelos setores de aquisição da Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu sempre depois da pessoa falar, eu procuro... para deixar bem certo isso, bem claro...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... porque o senhor sabe que está sob testemunho.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, a única forma que o senhor fez para checar o preço, foi a notícia do Correio do Estado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, a única forma que eu encontrei de justificar o valor foi fazendo aquela diligência do despacho que o senhor já mencionou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se eu disser para o senhor que nessa reportagem o preço de R\$ 680 mil é dividido em vários equipamentos o que deixa o preço mais barato que o Estado estava comprando?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não leu então a matéria na íntegra? Só pegou a...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu li a matéria, mas não tenho esse conhecimento que... ela era fracionada...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que esse preço era mais equipamentos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso. Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não viu?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, eu vou mostrar para o senhor o cronograma. Lá no orçamento tem o cronograma.

Cronograma: cem unidades no dia 5/4 e 7/4; e cem unidades no dia 30/4. O senhor viu o cronograma?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não achou estranho que em três dias eles iam entregar, iam trazer da China?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, não compete a mim analisar o cronograma, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É? Compete a quem?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – À área que elaborou a requisição...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – ... que fez a especificação técnica e tava centralizando a obtenção de orçamentos com ela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Superintendência?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A ela que competia saber se o equipamento podia chegar?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Ela que estava centralizando essas... essas demandas rela... relacionadas à Covid, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com relação ao pagamento antecipado, tem instrução normativa, tem a 06, tem a lei, tem a instrução... O senhor não tomou nenhuma... não fez nenhuma referência com relação ao pagamento antecipado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – O pagamento antecipado que foi mencionado na proposta, diante do cenário de crise que a Secretaria passou nos últimos anos, infelizmente, caindo em descrédito com o próprio fornecedor, é... o



pagamento antecipado ele se tornou uma rotina, é... no envio de orçamentos pra Secretaria. E isso a gente desconsidera. O prazo de pagamento nosso é trinta dias a partir da entrega.

É... se o senhor me permite, em 16 de março, a assessoria jurídica, ela elaborou um parecer sugerindo uma instrução normativa que fosse adotada pela Secretaria para disciplinar as aquisições relacionadas à Covid. O que a SEA, é... adotou muito bem sob o nome de chamamento público. E... tanto é que foi tão aprimorada pela Secretaria de Estado da Administração que... preferiu-se que... que ela conduzisse os... os procedimentos. Mas nesse... nesse parecer, ao final, ele menciona que era necessário, que diante da situação que já se desenhava, que fosse consultado o Tribunal de Contas e o Ministério Público sob a possibilidade de adotar o pagamento antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse é o parecer que o senhor apresentou?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É o Parecer 398/20. Foi encaminhado para a SGA no dia 16 de março. Então... a decretação de emergência foi no dia 12, no dia 16 a gente já previa que isso seria solicitado, né?

E... em vários outros momentos, no grupo de WhatsApp... teve outro parecer que referendou é... só que foi feito pela minha colega, é... consta no PSES 31.378/20, do dia 1º de abril, também vedando o pagamento antecipado.

É... então de forma antecipada a gente se antecipou sugerindo que não fosse adotado o pagamento antecipado enquanto não houvesse pronunciamento desses órgãos de fiscalização e controle.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso externo, não na licitação?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não entendi?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Em outros procedimentos, não no externo... não na licitação?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, nós fize... é... o 31.378 foi para um caso específico nesse... nesse processo. Agora, o parecer do dia 16 ele foi a título de genérico mesmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Genérico. Então, neste processo não tinha nenhuma observação? Mas o senhor sabia que tinha que ter um procedimento para pagamento antecipado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim. No parecer ele menciona que tem que constar em edital e a exigência de garantia para fazer o... o pagamento antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor conhece este documento aqui? (*Mostra documento.*)

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Controladoria-Geral do Estado criou um *checklist* para compra de produtos da Covid.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Ela não criou, ela pegou da Controladoria-Geral da União.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É... ela pegou aquela lei esmiuçou e tal...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso, exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou mostrar uns quadradinhos para depois eu passar para os meus colegas. Para a gente conversar com



senhor sobre seu relacionamento com o Secretário, sobre seu relacionamento com a Casa Civil.

Eu espero que meus colegas...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Mas eu só peço que o senhor mencione a data desse documento também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, esse documento estava datado de abril de 2020.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – E quando que foi a compra do respirador?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi dia 1º de abril.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, eu fiz o parecer dia 29 de março.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Este aqui?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Num domingo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, 29 de março.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vamos lá. Então, ele foi feito depois, dois dias depois.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. Eu queria mostrar para o senhor os quadradinhos ali. (*Mostra imagem.*) O doze. (*Lê.*): “Excepcionalmente, o pagamento foi realizado de forma antecipada, devidamente fundamentada no processo, constando informações detalhadas dos benefícios e riscos antecipado.”

Tinha conhecimento?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tinha conhecimento também do treze? Na hipótese de ter ocorrido antecipação de pagamento, conforme excepcionalidade criada no passo dois, constata no processo de garantia a cláusula de ressarcimento e outros órgãos.

No pagamento antecipado...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Orientação?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O outro, o 22. (*Lê.*): “A contratação possui prévia autorização da GGG.” A GGG é o quê?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Grupo Gestor do Governo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para comprar acima de R\$ 650 mil.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É... pra esse caso não se aplica, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por quê? Por causa...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Da dispensa em relação à Covid também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como é que funcionava isso aí? Podia pegar, fazer compras sem licitação? Tinha um cre... Tinha uma regra pré-estabelecida ou não?



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, com a decretação de emergência ficou dispensada pra... o envio ao Grupo Gestor de Governo pra aprovação da despesa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, senhor, dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados. (*Pausa.*)

Deputado João Amin, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Senhor presidente, peço a palavra também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está inscrito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Senhor Carlos Roberto, durante o processo - independentemente de data, março ou abril, já estamos em maio, isso foi em fevereiro, antes da pandemia - o senhor sofreu alguma pressão para tomar alguma atitude relacionada a alguma compra por parte da Secretaria da Saúde?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, Deputado. Os dois Secretários com quem eu trabalhei tanto o senhor Acélio Casagrande como o doutor Helton, sempre deixaram... a assessoria livre pra atuar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Alguma agilidade?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Agilidade, sim, principalmente em relação à Covid,  ... nós estávamos sensíveis à demanda que... pra atender à população.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tinham conhecimento técnico dos equipamentos que estavam sendo comprados pela Secretaria?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não,  ... até de forma recente, eu descobri que... os técnicos eles nomeiam como respirador e ventilador, até então, para mim, eram coisas distintas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pra uso de UTL...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Estão ouvindo?

(*Os Deputados gesticulam que sim.*)

Eu fico espantado, como todos nós devemos estar, pela estrutura que tem a Secretaria de Estado da Saúde, tem um orçamento bilionário, e os processos não cumprem nenhuma formalidade.

Eu acredito que nem o menor Município de Santa Catarina conseguiria fazer um processo de dispensa de licitação que o momento permite; não faria um procedimento assim tão amador como foi feito nesse caso da compra de R\$ 33 milhões. Não são R\$ 3 mil.

Quanto tempo o senhor teve para preparar o parecer para dispensa dessa licitação, doutor Carlos Roberto?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Bom, Deputado, bom dia.

 ... a diferença de R\$ 33 milhões ou pra R\$ 1,00, R\$ 0,01, a Secretaria ela lida da mesma forma, com a mesma seriedade.

O parecer, ele foi construído na minha residência nesse dia,  ... estávamos sensíveis que a situação demandava urgência, que... era um... um equipamento já citado e que todos têm conhecimento de suma importância para o atendimento ao enfrentamento da Covid. É... a situação, o cenário que estava se vivendo e as poucas vezes que eu estive



na Defesa Civil presenciando era um verdadeiro canibalismo comercial. É... os Estados, como anunciou o... Ministro Mandetta, estavam... é... de certa forma procurando os fornecedores desses equipamentos... é... se comprometendo a pagar multa de eventual contrato que haviam com outros Estados para garantir o seu abastecimento. Alia-se a isso ao fato da China e Estados Unidos estar numa disputa comercial e que os Estados Unidos passaram confiscar os equipamentos independente do país em que se encontravam. Então... a necessidade de urgência sensibilizou toda parte da atividade-meio da Secretaria pra adquirir tão logo possível esses insumos tão essenciais para a vida do catarinense.

É... em que pese o senhor ter mencionado que o... o procedimento ele foi amador, é... eu discordo do senhor, porque considerando o que determina a Lei 13.979 – e, aí, eu peço licença pra apresentar uma breve cronologia do que que tá saindo de ato legislativo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Doutor, no final, o senhor vai ter oportunidade de apresentar, será lhe estendida a palavra. Nesse primeiro momento, somente responder as perguntas, somente.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Perfeito.

Não, o parecer é... a assessoria jurídica ela, atualmente ela está com parecer de número 830, somente no ano de 2020, feito por dois assessores, é... a demanda cresceu muito em razão da pandemia do Covid e o parecer ele foi lavrado em três horas, certo? É... considerando que o processo ele foi criado no dia 26 de março, o parecer ele foi elaborado no mesmo dia, no dia 29 de março. Quando a situação demanda urgência, isso ocorre muito com procedimento de ordem judicial, a celeridade que nós buscamos da efetivação da entrega do... bem ou do serviço, a... a prestação do paciente do SUS, a gente dá como prioridade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Essa questão já foi formulada pelo Relator, mas eu confesso que não entendi muito bem a sua resposta, acho que não deixou muito claro. Então, eu gostaria mais uma vez de solicitar, sem vosso parecer, há a manifestação acerca da legalidade do pagamento antecipado sem o recebimento dos respiradores.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Perfeito. O pagamento antecipado a assessoria jurídica nunca recomendou. Ela recomendou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas neste parecer?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Neste parecer nós não fomos submetidos, é... ou chamados a no... nos manifestarmos em relação ao pagamento antecipado. Ele transcorreu... tanto é que a minuta da dispensa que é o documento que finaliza todo o procedimento de licitação e é submetido pra assessoria jurídica, ele não menciona em nenhum momento a forma de pagamento.

Então, se convencionou que quando não mencionasse a forma de pagamento ela fica com a forma que é a de praxe: trinta dias após o recebimento. Inclusive, a ordem de fornecimento, juntada após o parecer, após o empenho da despesa, ela vem com prazo de pagamento em trinta dias. Não menciona pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Considero importante este esclarecimento.

O senhor notou que os dois orçamentos, as propostas comerciais, juntados por parte da empresa JE Comércio de São Paulo e MMJS de Cuiabá, sem maiores informações, sem assinatura, sem identificação de seus CNPJs, e em valores superiores ao apresentado pela Veigamed... Seria apenas para dar aparência de legalidade à escolha?



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Deputado, eu não posso julgar com que intenção foi juntado os orçamentos. Eu confio na área que me demandou o serviço e que enviou os orçamentos dentro do processo. A análise...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Na abertura são havia uma empresa; depois, surgiram as outras quando o processo já estava concluído.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – A justificativa que me apresentaram   que o volume de orçamentos que eles estavam recebendo no e-mail da SGA que estava centralizando o recebimento de... desses documentos, era um volume tão grande que eles não estavam conseguindo filtrar  ... com... com... com precisão todos os orçamentos e que, por isso, teve alguma deficiência na instrução do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor confirma que a minuta de dispensa de licitação já trazia a Veigamed como vencedora previamente?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – As minutas de... de licitação, quando são encaminhadas pra assessoria jurídica, elas já indicam o fornecedor, os dados dele, valores e condições de pagamento ou de execução do contrato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Então, prestem bem atenção que já havia vencedor quando surgiram as outras duas propostas.

Eu fico satisfeito com esses questionamentos e com as respostas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Carlos Roberto, o senhor poderia nos explicar como funcionou esse processo de contratação dos respiradores? Se houve deflagração do processo de dispensa ou se foi firmado o contrato?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – O contrato ele foi substituído conforme a Lei 8.666 permite. Ele foi substituído por outro termo que se chama Ordem de Fornecimento, t ?  ... É um... É um permissivo legal. Então, o contrato ele foi substituído por essa ordem de fornecimento.

O senhor quer saber como   que   o fluxo da... da... dos procedimentos de dispensa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Nós temos hoje, vigente na Secretaria, dois procedimentos para as dispensas de licitação. Via de regra, o procedimento mais convencional ele indica, quando a demanda parte da área requisitante, parte para a Superint ndencia de Gestão Administrativa. Quando chega na... ele já parte com a justificativa da contratação, a requisita  o, conforme t  apontada ali...  ... e... e demais orçamentos se por acaso a... a área requisitante já estiver em mãos.  ... a Superint ndencia de Gestão Administrativa encaminha para a Diretoria de Planejamento de Gestão de Compra, ela verifica se há aquisição por meio de procedimento licitatório ou se há algum contrato vigente que possa atender essa necessidade de quem está requisitando. Se não tiver nenhum desses instrumentos,  , ela encaminha pra Diretoria de Licitações e Contratos. Verificando que há urgência e necessidade da aquisição, ela abre uma cotação com núcleo pertinente...  ... elabora um mini edital de... de licitação, como foi, ocorreu o caso com a SEA no chamamento público, e... aguarda a manifestação dos fornecedores enviarem os orçamentos e propostas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Dentro de todo esse mecanismo, doutor, de toda essa sistemática não foi criado um alerta, porque é um processo que até os mais leigos não conseguem entender. Um pagamento adiantado de



R\$ 33 milhões para uma empresa *fake*, fantasma que, se pesquisar no Google, é uma casa de massagem. E me causou estranheza nessa... não houve ninguém, um alerta, não teve um funcionário que pode dar algum alerta, algum conselho nesse sentido?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Deputado, o alerta foi... a assessoria procurou, como eu mencionei no dia 16 de março, já se manifestar que não recomendava pagamento antecipado. Aí, é uma decisão do gestor é... não seguir a orientação do jurídico... bem como, consultar os órgãos de controle sobre a possibilidade de adotar o pagamento antecipado. E o... e a questão do pagamento ele passa é... ele não tramita pelas áreas em que tramitara a aquisição, como... Diretoria de Planejamento de Compra, Diretoria de Licitações e Contratos, Assessoria Jurídica. Ele não passa por esses setores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Além do processo dos respiradores, teve outros processos que culminaram em pagamento antecipado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu desconheço. Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não sabe se existem outros processos usando essa mesma linha de pagamentos antecipados?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu desconheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tem noção de que tudo que o senhor responde aqui, legalmente o senhor pode...?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Tem essa consciência?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tem conhecimento de um projeto de lei que veio aqui para esta Casa para autorizar o pagamento antecipado pela SES?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu tive ciência de que seria uma medida provisória, a princípio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor confirma que tem ciência que foi encaminhado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, não confirmo que... tenho a... a ciência de que foi encaminhado para Assembleia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Uma resposta vaga, doutor. Sim ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não tinha...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não sabe que houve um projeto de lei vindo do governo...?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – O projeto de lei, não. Eu fiquei... o comentário que teve com o consultor jurídico da Pasta é que tava se estudando uma medida provisória pra... pra permitir o pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tem consciência de que a SES faria um pagamento antecipado para contratação de insumos e EPIs na ordem de R\$ 75 milhões?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Tem um valor parecido de R\$ 77 milhões... é... era... uma empresa, ela faria a importação para a Secretaria desses insumos. A assessoria se manifestou pela impossibilidade mediante a dispensa.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Na sua avaliação, quem são os responsáveis pelo processo de contratação da SES?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Os atores da...?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim, os responsáveis.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – A SGA ela...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Quem tem a caneta poderosa lá dentro?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – A caneta poderosa a... a Superintendência de Gestão Administrativa ela centralizou todo... todo o ciclo de compras se fechou nela. Desde a requisição, análise do orçamento, análise da proposta, a homologação do resultado e, agora, se noticia o pagamento em si, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Veja bem, acabou que foi um processo nebuloso ao extremo, onde tem fumaça tem fogo, e não é só um questionamento nosso, mas de toda a população catarinense. Quem é o responsável por esse pagamento antecipado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – O pagamento é quem assina a despesa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Seria?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Seria o Secretário e a Superintendente de Gestão Administrativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Casa Civil?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, a Casa Civil, pelo que eu sei, não está inserida no processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O Secretário Adjunto, que é o atual Secretário da Saúde, o senhor André, estava ciente do processo com a repercussão de pagamentos antecipados?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não tem nenhuma informação se ele sabia...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas ele como Adjunto participava ativamente?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É, aí, eu vou entrar na hipótese nas... no campo das hipóteses não... não é confortável e nem recomendado que eu me manifeste.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tinha conhecimento sobre as condições de pagamentos antecipados dos respiradores ou outros equipamentos, insumos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não. Eu sei, eu tenho consciência que era solicitado na proposta, mas como eu frisei anteriormente, essa... menção na proposta das empresas a gente desconsidera. A gente, até então, não acatava a possibilidade de pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor assinou algum pedido de parecer sobre esse processo de contratação?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Dos respiradores eu assi... eu fiz o parecer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor assinou?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor fez o parecer?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem.

O senhor tinha consciência de que a proposta da Veigamed era 50% de entrada, e não o pagamento integral?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho conhecimento. O que consta no processo também não... não há menção em relação a isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não fez nenhum questionamento do tipo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, até porque... é... na minha concepção, não seria realizado pagamento antecipado. Não teria porque eu questionar sobre o que estava mencionado na proposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito bem. Eu me considero satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Milton Hobus, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Quando eu puder, Deputado Sargento Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está inscrito, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Carlos Roberto, bom dia, seja bem-vindo.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Bom dia, doutor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor afirmou aqui que houve o desentranhamento das folhas do processo, são dezoito folhas. Quem fez o desentranhamento?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Eu não posso precisar quem fez, mas consta o CPF de quem o fez ali, né? Eu não tenho os dados de quem... realizou o desentranhamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas o que seria o normal num processo licitatório? Fazer o desentranhamento de folhas? Quem é que poderia fazer, que teria condições técnicas para fazer isso.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Só quem pode desentranhar é o setor que está com a carga do processo, né?

Provavelmente, pela tramitação do processo, esse desentranhamento ocorreu com quem criou o processo, quem autuou que foi a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então, o senhor não sabe quem fez o desentranhamento das folhas?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não sei. Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor tem conhecimento de uma minuta de contrato que iniciou na Secretaria de Estado da Saúde no dia 24/03 com a empresa Intelbras, para que ela comprasse respiradores para o Estado de Santa Catarina?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor não foi chamado para dar parecer jurídico nisso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Porque tem um protocolo de intenções, depois tem um contrato, depois tem uma ordem de compra, e, o senhor, como consultor jurídico, não sabe disso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, eu trabalho com outra colega, Deputado, se ela analisou o processo, não posso confirmar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas o senhor não sabe que o Estado de Santa Catarina já, antes do processo da compra da Veigamed, tinha um protocolo de intenções de um contrato para trazer os mesmos respiradores com o custo menos da metade do preço da Veigamed? O senhor não sabe disso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, eu tenho a ci... eu tenho a ciência que o Governador ele mencionou em coletiva que estaria com a Intelbras fazendo a importação de... de equipamentos, mas eu nem tinha ciência que era relacionado a respiradores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Nesse processo aqui da Intelbras, que são cem respiradores, tem um parecer, dizendo que não podia pagar antecipado e que se pagaria na entrega dos respiradores, inclusive, o Governador assinou uma autorização para a Intelbras.

O senhor tem conhecimento disso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não tem conhecimento.

Porque esse processo da Intelbras é anterior ao caso da Veigamed e é menos da metade do preço da Veigamed. Então o Governador sabia desse processo, porque ele assinou da Intelbras, e o Governador sabia também do processo da Veigamed?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho como confirmar, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O Secretário Helton sabia?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Bom, é bem provável.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Ele tem que assinar, né?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O Secretário Adjunto sabia?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não tenho como confirmar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor não tem conhecimento que o Secretário Adjunto, André Motta, no dia 26/3, assinou uma Comunicação Interna nº 950 pedindo a compra de ventiladores da empresa Brazilian Trading Importadora e Exportadora Eireli - EPP, de Joinville?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não me recordo, Deputado. É relacionado ao processo 37.070?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Esse processo ele precede o processo da Veigamed, porque essa empresa disse que não iria fornecer os equipamentos, porque alguém ligou pedindo 3 milhões de propina. E aquele documento que o senhor viu lá, do seu Ralph, colocado na cotação no e-mail da Veigamed, era justamente os dados dessa empresa de Joinville que estavam no e-mail da Veigamed. Eles esqueceram de tirar o nome. Esse documento passou pelo senhor. O senhor não notou nada disso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Não, não. [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: Bruna Maria Scalco]



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O assessor jurídico ele tem por missão, proteger os ordenadores de eventuais crimes em processos de compra que estão sendo feitos e aqui nós notamos vários crimes. O senhor nenhum momento alertou os seus superiores que eles estavam cometendo um crime?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Deputado, na minha visão, o procedimento de aquisição ele cumpriu os trâmites legais e os requisitos exigidos na Lei 13.979. A questão do pagamento antecipado, eu não... eu não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Mas como que o senhor dá um parecer sobre algo que o senhor não tem o processo completo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Mas no que o senhor está se referindo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O senhor deu o parecer... da compra da Veigamed. O senhor deu o parecer para que o processo seguisse normalmente conforme o setor...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ... administrativo de compras e tal, fazendo pra que, lá ao final, o Secretário pudesse assinar.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então, o senhor deu um parecer sem o conhecimento do processo todo, pelo que o senhor está nos dizendo aqui. Porque o senhor não sabe...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Mas qual é a parte que eu não tive conhecimento, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - A parte que o senhor não teve conhecimento é da forma como foi direcionada a compra e... ã... da questão dos pagamentos que, contra a lei... eu acho interessante que aqui nesse processo da Intelbras...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ... o parecer é bem claro: Não pode fazer o pagamento antecipado. O pagamento será feito mediante a entrega dos bens com o documento assinado pelo Governador.

Por que no processo da Veigamed não se fez a mesma coisa?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu não fui provocado quanto à forma de pagamento, se seria antecipada ou convencional.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então, o senhor deu o parecer sem conhecer todo o processo da compra?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu conhecia o processo, mas como eu frisei... é... o... a solicitação de proposta de pagamento antecipado, isso é comum na Secretaria, e a gente sempre desconsidera: não, o pagamento vai ser o que nós determinarmos. É trinta dias após o recebimento da mercadoria.

Então, se eu não fui provocado se poderia ser feito pagamento antecipado ou não, se a ordem de fornecimento, que é um documento que substitui o contrato, indica que o pagamento será trinta dias após o recebimento do bem, é... eu entendo que o ciclo... é, e fica caracterizado que foi... é, intenção do gestor, e aí cabe indagar a ele porque que ele preferiu adotar uma modalidade de pagamento não prevista, naquele momento, é... eu entendo que a situação de pagamento antecipada não era permitida pra aquele caso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Hobus, se [o senhor] me permite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Pois não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É... eu ia até pedir um aparte ao senhor ali.

A pergunta que foi feita pelo Deputado Milton Hobus... eu vou ajudar o senhor aqui. Pelo registro dos nossos taquígrafos, a gente pode ali levantar o depoimento em relação à pergunta que foi feita anteriormente pelo Relator. O senhor respondeu a mesma pergunta que foi feita anteriormente ali, mas com a seguinte resposta: Por que aconteceu... todos os fatos acabaram conduzindo à compra? O senhor respondeu: por o gestor não seguir a orientação do jurídico. Essa foi a pergunta dele. Quem é o gestor e quem é o jurídico? São as minhas perguntas agora.

O senhor... eu ia até interromper o senhor, ia deixar a minha pergunta pro final (dirigindo-se ao Deputado Milton Hobus).

Algo ilícito aconteceu pelo gestor não seguir a orientação do jurídico. Quem era o gestor? O nome do gestor? A pessoa do gestor? Quem era o gestor que não seguiu a orientação do jurídico e quais foram essas orientações? Porque de alguma forma, o senhor respondeu, houve orientações do jurídico para o gestor. Ele não quis te ouvir, ele declinou. Quais foram essas orien... o jurídico no caso seria o senhor?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR – Nesse processo dos respiradores, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - E quais foram as orientações que o gestor não ouviu do senhor? Essa é a minha pergunta.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não realizar o pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor orientou ele a não fazer o pagamento antecipado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Especificamente nesse processo, não tem manifestação minha nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Mas já declarou?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Desde o dia 16 de março, a assessoria se manifesta no sentido de que não é permitido o pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim, mas o senhor orientou ele a não fazê-lo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu nem imaginava que ele cogitava fazer o pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Não, mas o senhor disse: "Não. O gestor não seguiu..." O senhor foi... tá... explícito, "O gestor não seguiu a orientação do jurídico". Eu sou o jurídico. Quer dizer que eu dei uma orientação a ele.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Nesse processo, Deputado, eu não me manifestei em relação ao pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Desculpa interromper o senhor, Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Tá bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Doutor Carlos, bom dia.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Bom dia, Deputado.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Vocês chegaram a fazer uma reunião da equipe, da organização do Grupo Gestor da crise, que teriam que fazer dispensa de licitações, que haveriam compras em que se mantivesse uma regularidade, uma seriedade? Houve uma reunião do grupo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Houveram algumas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Oi?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim, houveram algumas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Quem que coordenou a reunião?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Era a superintendente de gestão administrativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - E ficou muito claro a seriedade do que era a pandemia, a necessidade de fazerem compras? Foi alertado sobre os cuidados com as compras que deveriam ser feitas e tudo mais?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Então, todos vocês estavam conscientes de que teriam que ter um olho muito claro nas compras que seriam feitas, já que era uma dispensa de licitação?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É, inclusive, quanto à transparência, a assessoria, tão logo saiu a alteração da Lei 13.979, recomendou que se seguisse a publicidade conforme a lei estava sugerindo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Vocês chegaram a dar parecer contrário a algumas compras?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não me recordo, Deputado. Agora... alguns pareceres foram emitidos no sentido de orientar como fazer as aquisições.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Bom, conforme já foi comentado aqui, eu venho de um Município pequeno, né, [onde] tinha dois Procuradores: um de confiança, meio louco, mas bom Procurador, e uma Procuradora de carreira. Em todas as compras que eram feitas pela Prefeitura, a minha opinião, sugestão ou palavra valia muito menos que a de um Procurador no momento de uma compra. Nada se fazia sem um parecer, sem uma opinião dos Procuradores para dizer: "Olha, por aqui não dá, tem que mudar" Mesmo tendo um advogado no setor de compras. Era um confronto ali jurídico para ver: Isso aqui dá problema ou não dá. Isso é feito em praticamente todas as Prefeituras, pequeninhas, grandes, e, mesmo assim, acontece muito enrosco com o Ministério Público, com o Tribunal de Contas... há um debate sobre isso. Imagine o tamanho da Secretaria da Saúde, as compras que estavam feitas, e vocês estavam só em dois Procuradores dando os pareceres.

Não chama a atenção essa falta de um controle mais efetivo em cada compra, ainda mais numa de um valor como esse? De um olho mais afinado, refinado, nessa compra?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É... Deputado, após, essas primeiras aquisições, houve determinação do senhor Secretário de Estado pra que os pareceres fossem submetidos ao consultor jurídico da Pasta que possui uma função de Procurador-Geral do Estado, e, aí, ele começou a avalizar e assinar conosco os pareceres também, tá? Então... é... houve, sim, essa participação posterior por um cargo de Estado efetivamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Bom, a gente... pelos documentos aqui provam que a Veigamed não estava autorizada a vender respiradores, e a gente sabe que em qualquer licitação, para uma pequena obra, a empresa tem que ter



acervo. Tem que ter l ... tanto feito disso, tanto daquilo ou já tem que ter tido vendas daquela área, tal. Ninguém pesquisou ali a empresa ou as empresas para ver se realmente elas estavam com um acervo, elas tinham uns equipamentos para venda, elas tinham capacidade de efetuar a entrega dos equipamentos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - é, esse... esse crivo, como o senhor está sugerindo, ele deve ser feito pela área que está solicitando o serviço e está analisando o recebimento das propostas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Vocês não precisavam dar parecer nenhum sobre um *checklist* de...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - ... se estava sendo cumprido ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não, não, não. O *checklist* que nós adotamos é o que a lei informa, n , que são...  ... a dificuldade, aliás, de, de, dos instrumentos jurídicos que têm surgido nessa crise... são grandes. A cada semana, pelo menos, saem duas novas alterações legislativas sobre o assunto, é... na maioria flexibilizando, e... pro senhor ter ideia, a gente pode contratar, mediante justificativa, com empresa penalizada, inidônea,  ... negativada perante ao Fisco. Então, a flexibilização ela tá dificultando. Ela facilita a aquisição, mas ela dificulta o controle e... pela assessoria a gente analisou se os requisitos da Lei 13.979 estavam sendo cumpridos. Minimamente foram cumpridos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Quem pediu agilidade no parecer dessa compra?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - A agilidade partia do próprio Secretário e da própria superintendente de gestão administrativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - O Secretário da Saúde que pediu agilidade nesse parecer?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso. Não...  ... não somente em relação a esse, mas a todos os outros relacionados ao enfrentamento da Covid.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Então, eles que pediam... definitivamente era...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - ...a pessoa que pedia agilidade era o Secretário da Saúde.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - ...e a superintendente, a Márcia?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - é... a frase que era reforçada para nós: " , não pode faltar equipamento pra atender a população e... insumos pros nossos profissionais atenderem   população." E isso que era ressaltado e... e foram criados grupos de WhatsApp pra: olha, o processo saiu de tal setor, vai chegar em ti até o final do dia. Favor dar uma prioridade de tramitação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - As pessoas que efetivamente efetuavam os decretos de dispensa de licitação, de autorização de compras eram servidores de carreira, comissionados ou   uma mistura?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - A maioria são servidores da Casa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - São servidores de carreira?



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Sopelsa, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Muito bem, Presidente.

Bom dia, mais uma vez, bom dia senhor Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - É... boa parte daquilo que eu queria perguntar, o Deputado Milton Hobus insistiu muito, mas eu quero insistir também. O assessor jurídico é a pessoa que dá segurança na análise do processo de compra - no caso, essa compra dos respiradores - ao gestor, que é o Secretário, no caso o ex-Secretário da Saúde. O que, de fato, a assessoria jurídica analisou nesse processo?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Nós analisamos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - O senhor não sabia que iam pagar antecipado? O senhor não sabia que a empresa tinha cadastro para receber esse recurso antecipado e poder cumprir? Se a empresa tinha condições de fornecer esses equipamentos? Se ela tinha especialidade nisso? A assessoria jurídica não analisa nada disso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Ela analisa a situação fática apresentada diante da urgência e emergência e a justificativa da contratação... se ela se enquadra pra ser considerada uma dispensa. É... situações como análise de orçamento, análise de equipamento, capacidade do fornecedor atender o contrato, isso é feito pela área que está centralizando as aquisições. Então... então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - A assessoria...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - ... o setor jurídico ele se enquadra no aspecto legal da situação, se preencheu os requisitos legais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Em qual... o senhor pode repetir? O assessor jurídico se enquadra onde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor Carlos Roberto, eu gostaria que o senhor falasse um pouquinho mais próximo ao microfone, até porque ele está de forma remota...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ... eu já trabalhei dessa forma algumas vezes, é muito difícil ouvir mesmo.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Então, Deputado, a assessoria jurídica ela... ela pega a situação de fato que está sendo apresentada pra ela e... e enquadra, vê se a situação se enquadra dentro dos requisitos legais é... pra ser considerada uma dispensa, se ela preenche os requisitos para que possa gerar a contratação.

A análise de orçamento, equipamento, a qualificação em si do fornecedor pra atender o contrato isso é feito pela área que está centralizando a aquisição em si, e não a assessoria jurídica pra... pra atender esses aspectos como o senhor mencionou, né, de qualificação do fornecedor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Quer dizer, eu faço uma proposta, não tem o cadastro, não tem, não tem segurança nenhuma que eu vou



entregar esses equipamentos, eu vou receber antecipado e a assessoria jurídica não analisa o
isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - A solicitação do pagamento antecipado não foi submetida à assessoria jurídica, sobre a possibilidade de pagamento antecipado nesse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Quer dizer, isso foi uma decisão de quem? O senhor pode dizer?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso aí é uma decisão de gestão, de gestor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Gestor, no caso, o Secretário da Saúde?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - É... eu queria perguntar ao senhor: depois do decreto de calamidade, todas as compras da Secretaria da Saúde não importam o valor? Elas são feitas sem a participação do Grupo Gestor? Não tem mais...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Relacionado ao enfrentamento da Covid, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Sim?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Todas?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Tá.

É... eu acho que é importante que fique claro, né, de todas as perguntas que eu vi e as respostas que foram feitas, é... eu passei duas vezes pela Secretaria de Estado da Agricultura como Secretário. Antes de homologar qualquer uma das compras que eram feitas ou licitações que eram feitas, ou com dispensa de licitação, eu não homologava nenhuma sem ter o parecer jurídico do assessor jurídico, que era quem me dava segurança de uma análise de um processo seguro.

Eu não vejo nenhuma segurança nesse processo de antecipar R\$ 33 milhões para uma empresa que por enquanto ainda se tem dúvida se ela existe. Como que essas compras foram viabilizadas, como que esses orçamentos chegaram? A assessoria jurídica não analisou os orçamentos, não teve orçamentos que pudessem... apenas propostas por e-mail, mas nessas propostas elas estavam completas, diziam o que a empresa era? O senhor tinha essa possibilidade de analisar ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não, essa atribuição não compete à assessoria jurídica, Deputado, analisar a proposta e orçamento. A área que demanda o serviço, que demanda a aquisição, ela sabe melhor do que ninguém o que ela quer, o que ela pode avaliar.

Então, a minuta da dispensa ela já foi apresentada, e é o comum que seja apresentada, com a indicação do vencedor e do futuro contratado, valor, condições de fornecimento e condições de pagamento. Nessa minuta, se o senhor verificar, não há qualquer menção à possibilidade de pagamento antecipado. Também... os outros requisitos legais estavam, no meu entendimento, cumpridos ali, os requisitos que determina o artigo 4º da Lei 13.979.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Bom, bom dia, doutor Carlos Roberto Costa Júnior.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Alguma vez a gente já conversou pessoalmente? Não.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Ah... eu fico pensando aqui... eu tenho o costume de fazer anotações de algumas falas, de algumas frases...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Deputado Kennedy, quem está em casa gostaria de ouvir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Ah!

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Tá bem baixo mesmo".)

Então, peço para que o pessoal lá do som possa colocar um pouquinho mais de [volume].

Eu fico... com tudo isso que eu ouvi da vossa pessoa e dos colegas aqui, Deputado Milton, é... pelo que eu vejo, a Secretaria da Saúde está com um pepino maior do que só esse. Vossa excelência falou que tem 6.554 processos por ano...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Instrumentos contratuais...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Instrumentos contratuais...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... que vocês fazem e apenas dois jurídicos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Exato, pra área de compras, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E, além dessa fragilidade que eu vejo numa Secretaria tão importante, o que eu vejo, pela sua fala... Eu só queria perguntar uma coisa: o senhor falou da compra de EPIs de R\$ 77 milhões - o Deputado Felipe Estevão falou 75, falou 77 - e esse vocês deram um parecer pra que não houvesse, é isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso, sugerimos que não... ocorresse o prosseguimento, né.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Por quê?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Deputado, é... Me lembrando vagamente. É... eu achei o quantitativo... é... é... não tinha um amparo pra ser solicitado o quantitativo ou não tava justificado corretamente, e a outra preocupação era terceirizar a atividade fim da... da licitação. É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Esse mesmo cuidado não teve no respirador?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É porque são situações diferentes, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Por quê?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Porque essa nós estamos contratando uma empresa é... pra nos fornecer o equipamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Hum, hum.



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - O outro, de EPI, a situação era nós autorizarmos uma empresa a adquirir no mercado externo e trazer para nós com o preço que ela negociasse...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas não, não foi a mesma coisa? Essa empresa...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... a Veigamed, ia trazer da China, ou seja, ia importar um produto...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Mas até então não se sabia que ela iria importar, né, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Não, mas tem algumas coisas óbvias, né, porque... se o mundo todo estava atrás do respirador... o Brasil não estava produzindo respiradores, tem...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... algumas coisas, né, óbvias. Por isso que eu fiz essa pergunta. Por que no EPI vocês disseram não, porque... vejam bem, Deputados, eles disseram não porque nós vamos contratar uma empresa pra trazer produtos de fora e, daí, isso nós não podemos, como o senhor falou, terceirizar a...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Atividade licitatória.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... a atividade licitatória.

Na Veigamed foi a mesma situação, foi terceirizado, e o pior ainda, que foi terceirizado – e bem relatado pelo nosso Relator – de prazos assim quase que inconcebíveis, né? Vossa excelência falou, inclusive, em canibalismo comercial, o mundo todo estava atrás de respiradores e EPIs e, daí, vem uma empresa e faz esse tipo de proposta de entregar em dois dias uma parte do material.

Eu não vou condenar o senhor, até porque, não é o meu papel. Falando sobre essa questão que outros Deputados já falaram aqui que o jurídico da empresa tem que dar sustentação... o Deputado Fabiano falou, o Deputado Sopelsa, que já foi Secretário, falou, que a empresa... e o Deputado Milton Hobus, até como empresário também fala que o jurídico tem que dar sustentação.

Marquei também a frase que vossa excelência falou que muitos dos administradores não seguem o procedimento ou a dica do jurídico, mas neste caso... e aquilo que eu digo, Presidente, da importância de a gente ter acesso a todas as outras, porque a gente fica só com uma versão, né, a versão hoje. Eu... como o senhor se comprometeu em falar a verdade, eu tenho que acreditar que vossa excelência está falando a verdade.

Neste caso, a sua fala dizendo que ficou no fato determinado e que vossa excelência disse que deu, que tinha um parecer, do dia 16 de março, dizendo que ao final menciona que era necessário que fosse consultado o Tribunal de Contas e o Ministério Público e também que teve um outro documento dizendo que não era possível e também não eram feitas os pagamentos antecipados, somente trinta dias depois.

Acreditar na sua palavra só coloca, Deputado Milton, aquilo que a gente tem... já os documentos. Houve uma malandragem do gestor, malandragem do gestor pra não passar as informações corretas pra área jurídica pra fazer aquilo que eles queriam, que era a contratação da empresa. Isso é o que eu fico diante do que o senhor fala. Quando o



senhor diz que não foi perguntado, não foi (*ininteligível*) no processo que era pagamento antecipado, e o senhor diz que no EPI vocês falaram, me dá essa sustentação.

Agora, deixe eu lhe perguntar: vossa excelência falou que tem o CPF de quem desmembrou esse processo aqui já mostrado pelo Deputado Milton Hobus... que foi desentranhado – acho que essa é a palavra...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso, correto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... quem desentranha o processo.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Correto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O.k. Se quem... se há um procedimento, eu, no meu simples gabinete de Deputado, eu tenho um programa que todo processo eu tenho lá, e também, quem tira e coloca... e eu como... a parte tecnológica diz que é o Deus do programa, você determina até onde o assessor pode ter acesso ou não, né, você vai determinando fases. Todos os que fazem alguma movimentação no processo fica lá com um *login* e a senha dele, tem a digital eletrônica dele.

Pois bem. Então, este processo, e os cinco mil e poucos por ano, o senhor, na sua tela de computador, o senhor tem como acessar e ter todo esse procedimento do... do... de todo o processo virtualmente? Está lá, por exemplo, "escaneado" lá, o senhor pode ver todo o processo ou ele é limitado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Existe essa função no sistema do Estado, mas não foi o caso desse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Por quê?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - (*Pausa.*) É... o sigilo... num procedimento de aquisição já de fase externa não é recomendável, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Por quê?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Porque tem que ser dada a publicidade de todos os atos que estão ocorrendo dentro do processo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E por que há a necessidade de ter a publicização desses dados e não estar neste processo o processo inteiro digitalmente?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Ah, isso aí é uma... uma função que o sistema... eu também gostaria de entender, Deputado. Por que é feito o desentranhamento dessa forma e a peça não consta... a peça desentranhada ela some do processo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor falou: "É normal sumir parte dos processos."

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não, é normal haver desentranhamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Não, não. O senhor falou exatamente essas palavras: "É normal..."

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Então, eu me equivoquei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O.k. "É normal sumir parte dos processos." Logo depois o senhor fala: "Já avisei que não pode acontecer isso. A requisição não foi feita pelo jurídico." Então, eu tendo a entender dentro dessa sua fala — e, daí, por isso a minha preocupação...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Certo.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... das outras compras, porque se o jurídico diz que já avisou que não pode acontecer isso... o que   acontecer isso? É desentranhar partes de processo.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - A  vossa excelência diz pra mim que os processos, em alguns casos, não são colocados todos l ... a questão, quando exige a publicidade. Concorde?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não, não foi... não foi exatamente isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Então, por favor, diga o que foi.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - é... ocorre equívocos de juntada do processo, de peças... É... por exemplo, um parecer jurídico que era relacionado à análise de uma determinada situação ele foi juntado indevidamente no processo que não se refere a isso. Pode ocorrer. É feito o desentranhamento. A minha orientação pras áreas que atuam no setor de compras, já que eu não atuo sobre toda a Secretaria  : "Não desentranha. Deixa a peça como está, mesmo de forma equivocada, e aí lança um termo de informação que agora tu vai juntar a peça correta no processo."   isso. É... eventualmente, eles desentranham, não sei por qual razão, algumas peças do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES -   normal isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Foi verificado várias vezes, não sei precisar o número.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E... o que d ... essas vezes que foi verificado, o que resultou isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não tenho conhecimento do que resultou, se gerou uma sindicância, um procedimento administrativo, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Então, nós poderíamos dizer que o processo, o sistema da Secretaria da Saúde é extremamente vulnerável?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Se o senhor está se referindo ao Sistema de Gestão de Documento com essa permissão de liberar o desentranhamento, eu acredito que, sim. Eu entendo que não   recomendável que isso aconteça. Agora, o procedimento de compra da Secretaria, pelo volume de aquisições que, conforme já foi citado, nós geramos, eu entendo que é um procedimento seguro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Por que o senhor disse que depois, quando foi mostrado pelo Relator a matéria que vossa excelência se colocou como a base pra dar a sustent  o do seu parecer, que foi um jornal do Mato Grosso do Sul, e aqui já colocado, que vossa excelência não tinha conhecimento que aquele valor era diferente... É parecido com aquela vez quando veio o Secretário aqui daquela comparação que eu fiz entre Goiás e Santa Catarina, e que o Secretário de Defesa Civil disse: "Não misture alhos com bugalhos." e depois eu provei, conversei, inclusive, com o Governador Caiado, que os 10 milhões eram somente a estrutura, mas depois, com os valores de insumos, leito, pessoal, até destinação do lixo, era menos da metade do que o valor l  do tal hospital de campanha.   só pra imaginar essa questão.

O senhor disse que: "Nesse momento, eu já estava inclinado a dar o parecer favorável para essa dispensa de compra de 200 respiradores por 33 milhões". Por que o senhor já estava inclinado pra dar...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - A... a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... o parecer favorável?



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Perdão.

A notícia ela surge, ela foi inserida no parecer já quase no final, faltando dois ou três parágrafos. Todo o desenvolvimento do parecer já tava na construção de deferir a dispensa. Eu entendi que a urgência, a emergência, a aquisição se fazia e era justificável pra aquele momento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor não olhou, por exemplo, aquele documento que o Relator colocou que tinha nomes de empresas e interessados diferentes?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - É normal vocês darem pareceres de documentos só de uma lauda como foi, inclusive, com fotos iguais de duas empresas iguais?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É... a... análise, como eu mencionei, eu fico muito seguro com as áreas que me antecedem, que encaminham...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas especificamente dessa que o senhor teve o parecer...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu con...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - ... de duas propostas com as fotos de Internet iguais.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu confiei e confio na área que tá me demandando documento. Se ela testou, se ela juntou no processo e ela entende que ele satisfaz os requisitos pra justificar aquisição, eu vou confiar na área que tá me mandando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O senhor não tá querendo livrar a sua responsabilidade?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Em que sentido?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - De ter prevaricado nessa questão de não ter olhado melhor o...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu entendo que não, eu entendo que não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E para encerrar, senhor Presidente, a minha participação, o senhor falou que teve a participação do... a consulta do Tribunal de Contas e do MP. Eu só fiquei meio em dúvida disso daí, porque o senhor falou no dia 16 de março.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - É... o Secretário da Casa Civil, o Secretário Helton, e o próprio Governador diziam a todo momento que o Ministério Público e o Tribunal de Contas estavam juntos nisso daí. Eu não sei se é porque tem tanto indicado do Tribunal de Contas no governo, como surgiu um vídeo aí, mas eu não saberia dizer, mas depois dessa fala do Governador, quando estourou o processo, o próprio Ministério Público e o Tribunal de Contas, em nota, disseram que em momento algum foram consultados.

Eu só queria saber o seguinte: nessa sua fala de 16 de março que o senhor fala que lançou o chamamento público e, ao final, menciona que era necessário que fosse consultado o TCE e MP, foi antes desta nota do MP e do TCE ou foi depois?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não me recordo, Deputado. Salvo engano, essa nota do MP e do Tribunal de Contas foi já em abril é... perto do mês de maio, acredito. Então, é... o que se comentava é que haviam grupos de WhatsApp em que estavam participando eventualmente Promotor de Justiça ou Tribunal de Contas, mas



não indicavam quem eram os nomes, né. Mas, assim, participação de forma decisória no processo, não teve.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas está no chamamento do dia 16? Está lá no processo? O senhor me falou o número, eu acabei não, não...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - O parecer jurídico é o 398/20...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas o senhor falou que no dia 16 de março lançou um chamamento público e, ao final, menciona que era necessário que fosse consultado o TCE e o MP.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não, não foi... eu acho que o senhor interpretou errado. Eu sugeri que fosse submetido ao Secretário de Estado, o Secretário Helton, que... uma... minuta de instrução normativa pra disciplinar as aquisições relacionadas à Covid.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Isso no dia 16 de março?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - No dia 16 de março. Ao final desse parecer, é... eu já prevendo que a solicitação de pagamento antecipado por parte dos fornecedores seria recorrente, eu sugeri que fosse consultado tanto o MP como o TCE sobre a possibilidade de adotar o pagamento antecipado e sugerindo que aquele... enquanto não houvesse pronunciamento desses órgãos, que não se realizasse pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Então, não chegou a ser um... um documento, foi só uma...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Não, foi um parecer enviado para a Superintendência de Gestão Administrativa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - E, a partir dali, então, a Superintendência não fez o que o senhor deu no parecer, é isso?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu não sei se ela deu destino ao gabinete do Secretário ou se ela... adotou ou não as recomendações do parecer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor me permite?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor tem a cópia desse documento?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Em mãos, eu não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor colaboraria mandando esse documento que o senhor diz que fez, pra CPI?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Isso é muito importante...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Você tem? Pra dispensar a requisição.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Posso enviar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então o senhor se compromete a enviar esse documento?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Sim, na data de hoje ainda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito obrigado.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu acho que isso é muito importante porque foi feito o alerta e o setor simplesmente ignorou, incluindo um alerta que envolve outros dois Poderes que também estão investigando.

Senhor Presidente, por mim deu.

Obrigado, senhor Carlos.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Por nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor Carlos Roberto.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Pois não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - *(Pausa)* É... eu vou insistir em retornar o assunto, porém, eu quero fazer uma pergunta: o senhor advoga há quantos anos?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Desde 2006... quatorze anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Há quatorze anos.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Quantos anos na função atual que o senhor ocupa?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Função atual, dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Há dois anos.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor considera competente e experiente para a função?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Entendo que sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Eu tenho aqui *(ininteligível)*, e como eu disse, eu não gostaria de retornar duas vezes, dois questionamentos, em torno da mesma pergunta que foi feita.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Contudo, é uma pergunta diferente.

Aqui está o relatório de licitação e as laudas que foram retiradas dele, de 02 a 18. Isso aqui não é mistério pra gente, isso aqui não é um problema, até porque pra "logar" é preciso a inserção do Cadastro de Pessoa Física da pessoa que está "logando" ali, né, isso não é um mistério.

Houve uma declaração do senhor, anteriormente, quando respondeu a pergunta do Relator. É a seguinte frase: "Não é incomum que isso aconteça na Secretaria." Isso não é incomum que haja o desentranhamento, a retirada. Para que ocorra essa retirada... ninguém vai retirar essas peças daqui de dentro aqui por um... né... é... sei lá, uma voz fala ao ouvido dela. Alguém que determina que assim o faça ou de própria intenção. Quem tem aqui o *login*, quem tem o CPF dele registrado ali, de própria intenção, retirasse, sem receber, a determinação do seu responsável, daquele que está à frente na sua cadeia hierárquica, lá dentro ou o próprio parecer do senhor, ou de um próprio Secretário. E esse desentranhamento, essa retirada, o senhor sabe que constitui em algo criminoso. Ou não?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Se existe essa funcionalidade no sistema, é por alguma razão. Provavelmente foi pra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - De forma que ninguém saiba e sem justificativa?



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É, essa aí é uma situação que tem que ser avaliada com quem desenvolveu o sistema e quem é o detentor do sistema, né. Por que permite essa tal funcionalidade sem justificativa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Justamente por isso. É uma fragilidade no sistema. E, no meu entendimento, não deveria nem ter essa possibilidade de alguém entrar lá dentro desentranhar ou acrescentar algo...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Concorde com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ... que se fosse fazer alguma mudança.

(Pausa.)

O senhor conhece de quem é esse CPF aqui?

(O senhor Presidente entrega o documento ao depoente que o analisa e o devolve.)

Muito obrigado.

O senhor também alegou que a culpa seria dos setores anteriores que enviaram pro senhor as duas solicitações... as duas propostas idênticas, da MMJS e da JE Comércio.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Do setor que estava centralizando as aquisições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Que estava centralizando... eles lhe repassaram...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - As informações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - As informações...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - ... e os documentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ... os quais o senhor teria a obrigação de... a partir daquele momento que lhes foram entregue... qual seria o trabalho do senhor?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu... verificar se a minha diligência sugerida no despacho foi cumprida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Hum...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É... eu entendo que a atribuição deles de analisarem o orçamento e os documentos é... conf... é... seria restrita à área que ele... à atuação deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Qual seria esse setor? Quem seriam essas pessoas? Porque o senhor deve conhecê-las pessoalmente, inclusive. Quem que seria? Quem que se...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu sei que o setor que estava centralizando as aquisições era a Superintendência de Gestão Administrativa. Agora, quem... ou o detentor do CPF, eu desconheço. Há uma equipe que compõe o apoio da Superintendência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - E quais são os dados que o senhor analisa, uma vez que eles lhe são entregues? Já que o senhor responsabilizou que a culpa seria deles? Quais são os dados que o senhor analisa uma vez que eles lhe são entregues?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Ó...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deve ter um protocolo de...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Tem, tem. Até então a gente adotava... não existia *checklist*, né? O que nós adotávamos era o que a lei indica. Então,



ela indica declaração do objeto, a fundamentação simplificada da contratação, descrição resumida da solução apresentada, os requisitos da contratação, critério de medição e pagamento, estimativa dos preços obtidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Chegamos lá, nos critérios de? O penúltimo item que o senhor alegou.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - De medição e pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - De medição e pagamento. Nele não consta o pagamento antecipado, não faz menção nenhuma ao pagamento antecipado?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - A minuta de dispensa não menciona isso. Só no orçamento da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - A grande verdade é que... óbvio, né, é... encerro minhas perguntas aqui com essa última pergunta que eu vou fazer agora. É que devido a minha origem humilde, tá, é... eu sei que aqui as... eu estou acostumado num mundo onde as pessoas falam 70, 30, 40 milhões, mas eu chamo R\$ 33 milhões de uma fortuna...

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ... que mudaria a vida de muitas pessoas. Uma fortuna! R\$ 33 milhões pra mim é uma fortuna!

Aqui o senhor atribui o fracasso, porque essa compra foi um fracasso, e um fracasso cheio de menores fracassos em volta ainda, mas a cereja do bolo seria o fracasso da compra mesmo. A que o senhor atribui: Essa compra fracassou por isso.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - A compra, com certeza, o fracasso dela é em razão da não entrega, senão não estaríamos aqui discutindo. Se tivesse havido a entrega, estaríamos discutindo o preço. É... a outra questão é o prejuízo que o Estado está sofrendo, que foi em razão do pagamento antecipado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor concorda que se hoje nós tivéssemos duzentos catarinenses precisando desses respiradores, eles estariam mortos agora?

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Eu desconheço como está a realidade das nossas unidades hospitalares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Hipoteticamente falando. Se eles precisassem agora deles.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Mas da mesma forma, hipoteticamente, se eles tivessem chego estaríamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Mas não chegaram.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - É, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - A grande verdade é essa.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Assim como se estimava que até 6 de abril haveria uma pandemia, a nível catarinense, de seis mil mortos. Então... o cenário de terror que estava se vivenciando era grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Meu falecido pai, né, ele falava que as crianças e os néscios tinham o direito de errar; homens, não. Houve erro na compra desses respiradores. Houve erro.

Senhor Carlos Roberto, agradeço ao senhor aqui e, agora, o senhor tinha pedido anteriormente, a oportunidade de falar. E se o senhor tem algo que possa acrescentar ou somar ao depoimento que o senhor deu até agora aqui, o senhor pode ficar à vontade.



O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Bom, senhor Presidente, eu gostaria então de um contato para poder enviar esse parecer que foi solicitado, n .

(O senhor Deputado Ivan Naatz manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

T  o.k.

 ... a outra situação... aí, eu peço um pouco de paciência dos senhores,   em razão de apresentar uma breve cronologia de ato legislativo que tem sa do em razão da pandemia.

O consenso que se tem entre os doutrinadores do direito administrativo, e, aí, eu cito o professor Marçal Justen Filho e Jacoby Fernandes, o consenso é que os institutos do direito administrativo até então vigentes eles não se aplicam mais. Estamos numa situação totalmente nova e inesperada, tanto que reflete na própria atuação do legislador em praticamente toda semana transformar o nosso ordenamento jurídico num periódico, que sai atualizações legislativas de toda sorte. E aí eu cito que a própria Anvisa, através da Resolução da Diretoria Colegiada 348, de 18 de março, a 356, do dia 23 de março, elas flexibilizam e até dispensam em algumas situações, o registro dos equipamentos e outros materiais relacionados ao Covid na... no portal da Anvisa, n ?

 ... não posso deixar de falar que a Lei 13.979, que   de 06 de fevereiro de 2020,   uma lei federal que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência que já se aproximava ao Brasil. E aí vem uma série de sucessões de alterações, como a Medida Provisória 926, de 20 de março, e aí quando a gente baseia a nossa aquisição com base nos requisitos que ela indica... É a Medida Provisória 951, também, 15 de abril, e aí... *(pausa)* outra Medida Provisória, a 961, que permite o pagamento antecipado mediante garantia - essa medida provisória   de 06 de maio. A Emenda Constitucional 106... essa aí ela flexibiliza, inclusive, que eu possa contratar empresa com pendência junto ao INSS. E assim, por aí afora, vários atos normativos publicados pelo legislador, n , às vezes referendado uma Medida Provisória do Poder Executivo,  ... v o inovando no ordenamento jurídico brasileiro o que de, certa forma, transmite, inclusive, insegurança pros operadores, né? Eu fico imaginando a cabeça do gestor em lidar com toda essa... esse arcabouço jurídico pra um momento tão crítico que ninguém estava preparado para atuar.

Então, essas são as minhas considerações. Fico   disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Esta Casa agradece, t , a participação e a presença do senhor.

Gostaria de pedir à assessoria que o conduzisse e informasse o e-mail já, porque ele se comprometeu a remeter um documento...

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Uma instrução normativa de 16 de março.")

Uma instrução normativa ali.

Solicito   assessoria que acompanhe o depoente.

O SR. CARLOS ROBERTO COSTA JÚNIOR - Licença.

(O depoente Carlos Roberto Costa Júnior deixa o recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Eu vou dar cinco minutos de intervalo para esta Comissão.



(O senhor Presidente suspende a reunião pelo tempo de cinco minutos.)

Senhores Deputados, dando continuidade aos trabalhos, peço à assessoria que conduza a este ambiente a próxima pessoa a ser ouvida.

(O depoente Carlos Charlie Campos Maia adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.)

Por gentileza, o nome completo do senhor.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Carlos Charlie Campos Maia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Carlos, se aproxime um pouquinho mais do microfone.

Senhor Carlos, o senhor sabe por que foi convidado para esta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito na tarde de hoje?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Acredito que, sim, porque eu sou o diretor de licitações e contratos da Secretaria de Estado da Saúde, e, possivelmente, por cau... por conta do episódio... do processo de compra de duzentos respiradores pulmonares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Justamente isso. Só falar um pouquinho mais perto ou aproxima o microfone do senhor. Pode puxá-lo até o senhor.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – O.k. Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Carlos, o senhor tem o direito de permanecer calado, caso assim o senhor deseje fazer, mas é preciso que o senhor expresse isso, tá? O silêncio não é indicativo de resposta, então, o senhor pode falar: Eu prefiro permanecer calado, e, assim, não responder a pergunta.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Gostaria de dizer também para o senhor que o senhor está compromissado a dizer a verdade, nada mais que a verdade no âmbito desta Comissão.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá? Sob pena de falso testemunho.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Carlos, o senhor está acompanhado de advogado?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Que o senhor dissesse o nome completo do senhor; na sequência, dissesse a sua profissão e onde o senhor trabalha, o seu endereço completo e a sua data de nascimento.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Meu nome completo é Carlos Charlie Campos Maia. Eu sou bombeiro militar da reserva remunerada, estou em cargo comissionado há cerca de um ano na Secretaria de Estado da Saúde como diretor de licitações e contratos. É... a minha data de nascimento é 08/04/1968 e meu endereço é Rua Professora Otília Cruz, 415, bairro Jardim Atlântico, Florianópolis, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado.

Com a palavra o Relator, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia, senhor Carlos, obrigado por ter vindo aqui.

O senhor disse que está há um ano, um ano e pouco, como diretor?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Como diretor, exato.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor foi nomeado por quem? Veio à Secretaria por convite de quem?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu fui convidado pelo Secretário Helton, que também é bombeiro militar. Ele me conhecia porque eu trabalhei alguns anos com licitações no Corpo de Bombeiros. Ele conhecia o meu trabalho, a minha experiência e por isso... Eu... eu não apareci na Secretaria simplesmente por amizade, mas pelo meu histórico profissional.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De licitações?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor sabe que o Ministério Público de Santa Catarina está fazendo uma investigação da compra dos respiradores?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim, já prestei depoimento no Ministério Público.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe que o Ministério Público de Santa Catarina trata o senhor como investigado?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim, sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem conhecimento que o senhor é investigado?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Perf... Sim, perfeitamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Qual era o seu papel na Secretaria da Saúde, nas compras, especificamente, licitações? Qual era o papel do senhor?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Todo o processo licitatório ele passa pela diretoria a qual estou à frente. Todo o processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todas as licitações?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Todas as licitações passam por ali, independentemente de qual unidade hospitalar, de qualquer superintendência, todos os processos passam por ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o senhor identificar irregularidades, qual é o procedimento que o senhor tem que fazer?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu vou comunicar a minha superintendência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem que é?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Na época, era a superintendente Márcia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor sabe que esse problema dos respiradores está rodando, o senhor falou que o senhor é investigado, já prestou depoimento. O senhor conversou com a Márcia, diretamente, com relação a essa compra específica desses respiradores – depois vou mostrar alguns documentos para o senhor aqui – sobre a possibilidade de pagar antecipadamente, sobre a licitação não estar correta, sobre alguma co... O que o senhor conversou com a sua superintendente com relação a essa licitação específica que o senhor gostaria de dizer aqui para a CPI?



O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu gostaria de traçar um panorama para que os senhores pudessem entender o que estava acontecendo.

O nosso volume de trabalho na Secretaria... bom, é até interessante que os senhores saibam dessa informação: quando eu trabalhei no Corpo de Bombeiros, na época, o Orçamento do Corpo de Bombeiros era cerca de R\$ 17 milhões para atender a toda corporação. Quando chegamos na Secretaria, o volume de trabalho é gigantesco, porque o Orçamento é de R\$ 3 bilhões.

O volume de trabalho... eu nunca trabalhei tanto na minha vida, eu sou Coronel do Corpo de Bombeiros, e como diretor, como... trabalhando em Diretoria de Licitações no Bombeiro eu nunca trabalhei tanto fora... como trabalhei na Secretaria da Saúde. O nosso volume de trabalho já era enorme. Quantidade de todos os tipos de processos licitatórios. O que que aconteceu? Começou o Covid... a pandemia, Covid-19. O que que aconteceu? Havia uma previsão, uma expectativa, de que a curva dos acometidos pela Covid-19 estaria crescendo assustadoramente. O que que aconteceu? O Secretário Helton reuniu-se com os superintendentes, uma delas, a Márcia, eles... é... tavam... tinha uma previsão de que em abril deste ano iria morrer cerca de 6 mil pessoas em Santa Catarina. O Secretário e a superintendente Márcia eles sabi... eles estavam apavorados, simplesmente estavam superassustados, porque se dizia, corria-se nos corredores da Secretaria, que iria morrer gente nas calçadas, em frente às unidades hospitalares... O governo estava extremamente preocupado com isso.

O que que aconteceu? O nosso volume de trabalho ele cresceu assustadoramente, porque começaram a vir várias dispensas de licitação para compra de... luvas, de máscaras, especialmente EPIs, Equipamentos de Proteção Individual, para atender. E, além disso, como se não bastasse a compra deles, o aumento, o consumo desses materiais de consumo, que são materiais descartáveis, eles aumentaram gigantescamente nas unidades hospitalares. Por quê? Porque todos os profissionais agora queriam usar. Todos queriam luva, todos queriam máscara, todos queriam gorro, todos queriam jalecos de proteção.

O que que aconteceu? Nós fazíamos, nós fazemos, na Secretaria, na minha diretoria, edital de cotação de preço. O que que é isso? Esse edital ele é publicado, nós colocamos na Internet, as empresas interessadas em fornecer determinado objeto, seja a luva, seja a máscara ou qualquer outro que a Secretaria necessite, elas cotam, nós fazemos uma grade de preço, só que isso leva-se alguns dias.

Aí... o Secretário percebeu que estava havendo um *delay* e a urgência era extrema. Percebeu-se que eram necessários, além de EPIs, também equipamentos, como por exemplo, os duzentos respiradores, e outros, mais do que esse. Esse foi um processo apenas, com duzentos respiradores.

Nesse meio tempo, aconteceu que o Secretário... é... e vários superintendentes, o Secretário Adjunto também, eles se mudaram. Eles saíram da Secretaria e passaram a trabalhar, a operar junto à Defesa Civil, onde eles montaram o que se chama de Coes, Centro de Operações de Emergências em Saúde. E, praticamente, nós não os víamos mais. Não via a Márcia, não via o Secretário, com raras exceções, quando a Márcia chamava eu e outros diretores que fazem parte da Superintendência, e lá ela dizia: olha, nós temos que alinhar nossas compras, alinhar um planejamento, alinhar a recepção no centro de distribuição, no nosso almoxarifado. *[Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]*

Em pouquíssimas vezes foi que eu tive contato com ela. E o que que aconteceu? O Coes decidiu que nós não faríamos mais cotação de preço, porque aconteceu que o mercado, ele se tornou um mercado extremamente tóxico, extremamente canibalista, por



quê? Porque as empresas elas se recusavam a cotar, as empresas começaram a dizer assim: Olha, meu preço é pra 24 horas, e se vocês não comprarem comigo eu vou vender pra outro. E aí começou, o, o, o valor das, dos objetos começaram a crescer assustadoramente. Qualquer um que os senhores imaginarem, isso aconteceu.

E aí então o... possivelmente o Secretário com... assessorado com os superintendentes, decidiram então, que o Coes lá na Defesa Civil iria obter os orçamentos, montar os processos, encaminhar para nós, para que nós fizéssemos dispensa de licitação. E assim aconteceu. O Processo 37.070, foi um deles, dos respiradores, então, ã...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tudo bem, depois eu vou... já compreendi, até aí tá tudo certo.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — ...tá, mas eu vou... eu quero chegar na sua pergunta...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois o senhor vai ter a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Coronel, ao final a gente sempre abre a possibilidade de fazer uma explicação, uma explanação geral mesmo, daquilo que possa colaborar com a CPI, tá? Se não a gente perde o *time* das perguntas aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu já compreendi até aí, já entendi a situação de calamidade, gente correndo, tá ótimo...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Queria responder a sua pergunta...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas muito bem.

É o seguinte, o senhor participou, nessa pandemia, de compra, oferecendo, gente, gente, gente, tinha gente envolvida? Pessoas? Era por *e-mail*? Era pessoal? Quem queria vender pro Estado chegava em quem?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Isso não chegava pra nós, o Coes centralizou essas compras, na minha, a minha diretoria não fazia contato algum com a empresas, exceto quando nós fazemos as cotações de preço, as empresas cotam e aí nós temos uma empresa vencedora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, o Coes é que decidiu tudo isso aí?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem compõe o Coes?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — A pessoa responsável, a pessoa principal era o próprio Secretário. Ele se assessorou do Secretário Adjunto e dos seus superintendentes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Superintendentes. A Casa Civil participava?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não sabe ou...?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não sei, eu não tinha contato com eles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

Então o senhor conheceu o Fábio de Ambrósio?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não sei quem é essa pessoa.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Samuel de Brito Rodavalho?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não conheço essa pessoa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pedro Nascimento Araújo?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não conheço essa pessoa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Leandro de Barros, de Biguaçu?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não conheço essa pessoa. Esse nome...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tem certeza?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Absoluta. Esse nome, quando o senhor citou agora, não, é porque eu, eu li na mídia esse nome aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor sabe que o Leandro já foi superintendente da saúde, trabalhou?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Desconheço, na minha época não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo.

Por que o Ministério Público está investigando o senhor? O senhor sabe? Assim ó: por que o Ministério Público tá me investigando se eu não participei de nada?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Simplesmente pela função que eu desempenho, por eu ser um diretor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tinha função então, de impedir qualquer irregularidade?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Se eu constatasse algo grave, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito Bem.

Vocês conversavam pelo WhatsApp?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Em alguns momentos sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sobre compras?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

A Márcia simplesmente ela mandava pra mim o WhatsApp dizendo: olha, é... questões burocráticas, como por exemplo, lembro de um *e-mail* onde, depois do caso, dos duzentos respiradores, ela pediu pra que eu fizesse a notificação à empresa pelo atraso na entrega deles. Esse, essa, essa, esse era o tom das nossas conversas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

Nós mostramos hoje pra CPI, um termo, um protocolo de intenções que o Estado firmou com a Intelbras no dia 24/03, portanto antes da compra, certo?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor, eu tenho aqui no relatório, que o senhor despachou a primeira vez nesse processo no dia 26/03, ou seja, no mesmo dia em que saiu a licitação. O senhor teve conhecimento na íntegra desse protocolo?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu não vou dizer na íntegra, mas uma boa parte desse processo sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem conhecimento?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, eu tenho conhecimento.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Da proposta, do oferecimento...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Da condição de preço?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tudo isso o senhor tem conhecimento?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

A dispensa de licitação aconteceu no dia 26/03, certo?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — São que eu vou mostrar pro senhor o *slide*. Por favor...

(O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)

De uma conversa de WhatsApp que a polícia tirou do celular da Márcia Pauli.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — São um minutinho.

A licitação começou dia 26, vou mostrar para o senhor. Não sei se o senhor vai conseguir ver ali, o celular da Márcia Pauli.

É aquela conversa por telefone.

Essa daí (*mostra imagem*), essa conversa aí, se eu não me engano... tem outra? *(Pausa.)*

São tem essa? Essa é a transcrição da conversa.

A polícia transcreveu a conversa, certo? Olha são, a polícia transcreveu a conversa - volta l  para os Deputados verem, quem está em casa principalmente -, a conversa está ali, certo? Entre a Márcia Pauli e uma pessoa.

Volta.

Ali está a transcrição do que eles conversavam, eles já conversavam sobre a compra dos respiradores. Queria que o senhor observasse a data, dia 22 de março.

Então, nós temos uma conversa da Márcia Pauli...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Conversando com o eventual vendedor de respiradores antes do dia 26 que abriu licitação. O documento diz que ela conversava com ele no dia 22 de março.

Eu quero saber do senhor, antes do dia 26, v c s trataram de compra dos respiradores?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não. Simplesmente a Márcia nos disse que nós ir mos comprar respiradores, agora, qualquer conversa dela não sei, desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, essa informação   uma espécie de informação privilegiada? Sei l ...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não entendi por que que o senhor t  dizendo privilegiada...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, se eu tenho uma... eu sou o diretor, eu posso comprar 100 milhões de equipamentos. Aí alguém sopra pra mim:  , nós vamos comprar 100 milhões de equipamentos. Aí eu tenho uma informação privilegiada. O senhor compreende isso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não, não concordo com o senhor.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, eu não quero saber se o senhor concorda comigo, eu quero saber se o senhor compreende.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu discordo do seu pensamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, eu quero saber se o senhor compreende o que eu tô falando, compreende?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu sei que nós iríamos comprar respiradores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, eu vou repetir então, para que o senhor compreenda melhor, o senhor é Coronel da reserva, deveria compreender melhor as coisas, né?

Mas, assim, eu sou o diretor, sou o superintendente, eu sou o cara que posso comprar, eu tenho dinheiro para pagar...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não sou eu que pago...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Aí... Não, não tô dizendo que foi o senhor que pagou. Tô falando que aí alguém me sopra no ouvido no dia 22 que no dia 26 eu vou abrir uma compra de respiradores, etc., etc. Eu quero saber do senhor, essa informação de que a Márcia tava tratando no celular compra de respiradores, o senhor participou?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sabia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não sabia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor sabe se outra pessoa da Secretaria sabia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem certeza?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Absoluta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não vai encontrar imagem do senhor, WhatsApp, conversa?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Estou bem tranquilo quanto a isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem, então, o senhor não acompanhou.

O governo do Estado culpou a Márcia Pauli - pode tirar a imagem - o governo do Estado culpou a Márcia Pauli por todo esse processo, foi o primeiro. Márcia Pauli foi para televisão, deu depoimento, o Secretário falou na TV que ela era a responsável, que tinha que tirar ela, chegaram a dizer que ela estava sendo preservada, né?

(O senhor Presidente, Deputado Estadual Sargento Lima manifesta-se fora do microfone: "Preservada.")

Que estavam cuidando dela, né? E aí ela saiu. O senhor culpa... o senhor considera que foi ela a culpada de tudo isso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — De forma alguma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem foi?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Quem estava acima dela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem que era?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — O Secretário e o Adjunto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Adjunto também, que é o atual Secretário?



O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Por quê? Eu não sei o que eles conversavam. Eles estavam no Coes, na Defesa Civil, nós ainda estávamos no mesmo prédio. Eu não participei de praticamente nenhuma reunião com o Secretário l  na Defesa Civil, exceto uma, já próximo do final do... quando ele pede a exoneração, não me lembro exatamente por qu . Ah, era pra tratar sobre leitos... contratação de leitos em hospitais privados, era um outro assunto. E foi algo muito rápido também.

O que que aconteceu? Pelo que eu observei, a Márcia era uma superintendente, pessoa esforçada, trabalhadora. Ela saiu da Secretaria e foi para o Coes. Ela estava trabalhando 17, 18 horas por dia, de segunda a sexta, feriado. Eu lembro do feriado de 21 de abril, a Márcia não sossegava e não sossegava nós, porque ela tava dizendo: olha, precisamos comprar isso, precisamos comprar luva, t  acabando luva, é, o centro de distribuição almoxarifado t  dizendo que vai acabar, vai faltar nas unidades, por favor, vocês acelerem aí a compra, agilizem o processo.

E o que que aconteceu, eu observei o seguinte, nas poucas vezes que eu tive oportunidade de falar com a Márcia, a Márcia, pegaram ela e utilizaram ela, além de ser superintendente, que é um cargo prestigiado, colocaram a Márcia, porque superintendente de gestão administrativa, não pegaram outros porque eram médicos de outras superintendências, e pegaram ela, no meio de um monte de homem uma mulher, pegaram ela, existem superintendências com outras mulheres, mas pegaram ela por causa da gestão administrativa, e transformaram ela numa secret ria executiva, a ponto de, numa das reuniões que a Márcia convidou os três diretores da nossa superintendência que... É... planejamento e de compras,  ... logística e a minha diretoria de... de... de licitações e compras, nós estávamos conversando e de repente entra o Secretário Adjunto numa reunião. Ele abre a porta, sem pedir licença pra ninguém, com arrogância, ele simplesmente vai lá — e eu sei que eu tô..., falando isso, eu t  sujeito a ser exonerado porque ele é o Secretário e eu sei disso, mas eu estou falando o que eu presenciei, eu sei que isso está sendo transmitido e não tenho medo algum —, ele simplesmente invadiu a nossa reunião, não pediu licença pra ninguém e disse: Márcia, olha, eu preciso falar com fulano — não sei quem que era — olha, providencie uma reunião. E a Márcia não soube dizer não, não soube dizer não! Ela simplesmente ficou chocada, acho que constrangida porque tava na frente dos seus três diretores, e ela não falou nada e ele virou as costas e foi embora.

Aí eu já vi que... coitada. Desculpem, pela situação que eu vi, ela foi usada como um boi de...  ... um boi de piranha. É um bode expiatório.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por quem?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Ah... não sei. Aí não poss... não sei, não sei, eu só sei que ela estava exausta, ela estava esgotada e ela não sabia mais dizer não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Olha, eu quero agradecer o depoimento do senhor porque isso ajuda muito a gente aqui.

Eu quero saber o seguinte, o senhor disse que ela estava sendo usada de boi de piranha etc., etc. O senhor já disse também que   do Secretário Adjunto, atual agora Secretário, e do ex-Secretário, mais alguém? Algum outro Secretário do Estado? Alguém do *staff* do governo?

Nesse Coes aqui, participavam várias Secretarias, o senhor sentiu que ela estava sendo pressionada e eles pressionados por outros Secretários?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não posso dizer, isso eu não presenciei, s  falei o que eu presenciei.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor, eu tenho um despacho do senhor ali, eu tenho um *slide*. Mostrar *slide* 22. (*Mostra imagem.*)

Que é o despacho do Diretor, dizendo o seguinte: “Diante do volume e da forma...”

O senhor disse o seguinte no despacho, no dia 30/03...

(*A assessoria da CPI tenta localizar o slide.*)

Bom eu vou dizer o seguinte, enquanto eles localizam ali.

No dia 30/03, está aqui no processo, o senhor mandou... o senhor deu um despacho no processo, mandando, expedir a OF e o pedido de assinatura... a OF, vou repetir, no dia 30/03 o senhor mandou expedir a OF, pedindo a assinatura da superintendente Márcia, o senhor fez essa ordem. O que que é a OF? Eu acho que é ordem financeira para pagamento...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não é isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas... por isso, que eu vou perguntar para o senhor, o que que é a OF?

E diante do volume e da forma antecipada, do pagamento antecipado, dos problemas que tinham na licitação, os orçamentos, que eu vou mostrar para o senhor depois, o senhor não acha que é o Secretário que tinha que dar essa ordem de pagamento e não a Márcia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Porque todo o processo ele segue esse rito.

OF é ordem de fornecimento. É autorização para que o fornecedor possa entregar o objeto que está sendo comprado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, o senhor deu ordem para ela entregar, estava tudo concluído?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, eu não dei ordem para ele entregar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor disse pra ela dar?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não foi isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, o que que o senhor despachou aqui?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — É... eu simplesmente determinei que a minha equipe providenciasse a ordem de fornecimento, o que é isso? Foi feito a dispensa de licitação, uma vez aprovada a dispensa - já tinha passado por parecer jurídico, foi aprovada -, eu determinei que a ordem de fornecimento fosse encaminhada para a superintendente pra que ela assinasse. Só que eu cometi um... um equívoco na hora, porque dezenas estava... nós estávamos trabalhando com dezenas e dezenas de processos diariamente. Na verdade, não deveria ter sido para a Márcia, deveria ter sido para o Secretário...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — ...tanto é que o foi, tanto é que o foi, por quê? A Márcia ela assinava ordem de fornecimento até o valor, até abaixo de cinco milhões...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Essa, essa...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA —... acima, acima de cinco milhões é o Secretário. No afã de fazer o processo acelerar, eu acabei de, é... no meu despacho, equivocadamente eu coloquei Márcia, mas na verdade era para o Secretário, tanto é que realmente ele foi. A minha equipe entendeu que o despacho, ele não tem mais como



apagar ele é eletrônico, a minha equipe já percebeu meu equívoco e fizeram, pediam assinatura eletronicamente para o Secretário, o que aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, esse despacho que o senhor deu ali para Márcia, eu notei que foi equivocado porque foi acima do valor...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Foi equivocado então?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Foi equivocado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, ele foi para o Secretário?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Foi para o Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então, no fim, quem decidiu foi o Secretário?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Quem assinou foi o Secretário?")

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem assinou foi o Secretário?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Ele assinou tanto a dispensa de licitação, no corpo da dispensa está dizendo assim que, é... algo nesse sentido, não vou saber exatamente a redação, mas que diz assim: "essa aquisição será efetivada mediante ordem de fornecimento". O que aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

Sobre o pagamento antecipado. Foi feita a compra antecipada, não era uma coisa normal na Secretaria, né?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não é normal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor já tinha feito compra antecipada antes?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Se eu não me engano, algu... teve outras dispensas de licitação, como a de equipamentos de proteção individual, luva...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, não, estou falando antes da epidemia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não, não, não, antes da epidemia não, no momento não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor nunca tinha feito compra antecipada?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas daí tinha uma ordem para pagamento antecipado, qual foi procedimento do senhor?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Simplesmente nós encaminhamos, o meu setor a minha diretoria não se responsabiliza por pagamento, nós encaminhamos para o Cofes, aliás, a Cofes que é a Coordenação do Fundo Estadual de Saúde, tem um profissional, um servidor que ele tá no mesmo nível de um superintendente, o nome não é esse, o título não é esse, ele é coordenador, mas tá no mesmo nível e ele é quem tomou as providências pro pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor diz que tem experiência em licitação, o senhor conhece a Lei de Licitações, conhece as instruções normativas, conhece a 02.20 do governo do Estado?



O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não me lembro de cabeça, eu teria que ver.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Posso mostrar para o senhor. São as instruções que regem as compras do governo, a 06/2020.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem conhecimento dela?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, vagamente, teria que lembrá-la.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem conhecimento da Instrução Normativa 37 da União, que regulamenta os pagamentos antecipados?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não tem conhecimento?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, sim, recentemente eu tomei conhecimento dela por conta da CGE, a Controladoria-Geral do Estado que se manifestou com relação a isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor conhece esse *checklist* aqui?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, ele chegou bem depois de todo, bem depois a CGE nos encaminhou esse *checklist*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, mas o advogado que antecedeu o senhor aqui, o assessor jurídico, ele disse pra gente, e ele vai trazer pra CPI um documento que ele fez, ou ele fez ou o grupo, né?

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Dia 16 de março.")

Dia 16 de março foi feito um documento regulamentando todas essas questões. O senhor recebeu esse documento?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, por WhatsApp.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por WhatsApp?

O senhor lembra o que tinha nesses documentos? Se tinha instrução para compra antecipada?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Me lembro, mas não tínhamos quase tempo pra ler mensagens longas, não tínhamos tempo. E se fosse algo tão importante ele ter... provavelmente ele iria encaminhar pra mim. Tinha um grupo de SGA, Superintendência de Gestão Administrativa, todos os diretores e gerentes. Nós tínhamos duas opções, ou nós paramos pra ler documentos ou nós fazemos os processos andar, e como não rece...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então vocês não lia os documentos que...?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Os documentos de todos os processos que me chegaram, esses eu li, documentos esparsos se não tivesse um endereçamento pessoal para mim, eu não me esforcei porque não tinha nem tempo pra isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pode mostrar aqueles orçamentos ali.

(O Relator se dirige à assessoria para mostrar a imagem.)

Só para o senhor ajudar a gente aqui, né?



Primeiro o da Veigamed. Essa aí é a proposta que acabou sendo adotada pelo governo (*mostra imagem*) e o governo pagou antecipadamente, essa proposta, o senhor tem conhecimento dela?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, estava no processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não notou que ela não tinha CNPJ, não tinha endereço, não tinha... assinada por duas pessoas, o senhor não notou isso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — O que que eu posso dizer pro senhor... essa foi uma decisão de gestão do Secretário. Como eu lhes disse, os orçamentos foram obtidos no Coes. O Coes pegou e tramitou esse orçamento para alguém da SGA, uma assessora. Esse processo ele foi para DPGC. Antes de vir para minha diretoria, ele passa pelo crivo da Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras. Quando... uma vez que passou por essa primeira diretoria, eles fazem o filtro inicial, eles fazem o início do processo. Depois que isso aconteceu o processo vem. Se os senhores acompanharem na tramitação do processo os senhores vão ver que em momento algum foi tramitado direto. O processo não nasceu na minha diretoria, ele veio de fora. Eu vislumbrei que tinha apenas um orçamento e eu sabia que o... o parecer jurídico, a assessoria jurídica iria se manifestar. Esse é o nosso... o fiel da balança, tanto é que determinei pra que fosse feita... confeccionada a minuta da dispensa de licitação. A minuta foi feita e a minuta é encaminhada para o parecer jurídico. Se senhor observarem na tramitação do processo o próprio assessor jurídico, a pessoa que depois aqui me antecedeu, ele disse que havia necessidade de outros orçamentos, o que foi que eu fiz? Eu peguei e devolvi o processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — (*Relator manifesta-se fora do microfone: Esse é um orçamento ou os dois orçamentos? Ininteligível*)

Desculpe.

Esses são os orçamentos, pode voltar lá. Dá pra ver melhor aí? Tá aqui no processo, se o senhor quiser ver melhor, posso mostrar para o senhor.

O senhor vê também que tem a mesma foto, o mesmo endereço, mesma fonte, não tem CPF, não tem data, não tem assinatura, não tem nada, o senhor notou isso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor notou.

Muito bem.

E daí?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Daí que, ainda mais eu sendo militar, eu recebi ordens pra que eu fizesse a dispensa de licitação. A minha diretoria realiza a dispensa, realiza um documento, esse documento seguiu avante, seguiu à frente, foi analisado por um assessor jurídico, quando ele me dá o aval de que eu posso seguir com documento, eu tramitei para os meus... para o meu superior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o seu superior é o Secretário?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Nesse caso a assinatura foi dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor alertou o Secretário? Olha isso aí não tá certo, esse documento não tá certo, esse pagamento não tá certo.

Eu preciso que o senhor nos ajude.

O senhor alertou o Secretário? Não disse: olha isso aí não tá certo, esse documento não tem CNPJ, eu sou um militar, eu tenho uma carreira... sabe? Não vão me complicar com isso aí, o senhor chegou a fazer essa...?



O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Quando o Secretário ele e o seu, a sua assessoria decidem, resolvem eles mesmos captarem os orçamentos, não competia a mim questionar isso. Eles mandaram, eu não sei o que foi que eles acordaram. Eu não sei o que foi que eles falaram. Eu não sei com quem eles falaram, como eles acordaram isso. Eu não sei o que foi que eles decidiram. Veio para mim o processo, nós executamos o processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

Tô terminando já.

O prazo, o senhor observou que era muito apertado entre o dia 26, que é o início da licitação, e o pagamento dia 1º, a entrega dia 4, o equipamento na China, o senhor não notou nada disso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não. Só pra se ter uma ideia, é... os processos nós tínhamos... montamos, os senhores podem verificar com as autoridades policiais, quando fizeram as apreensões dos nossos celulares, que foi criado um grupo chamado 24 horas, os senhores vão observar lá. Que que é esse grupo 24 horas? A Márcia pediu, a Márcia superintendente pediu, pra que nós criássemos esse grupo porque não só esse processo, outros processos também foram feitos extrema... com uma velocidade extrema, por quê? Aí, então, o que que acontecia? Alguém começava o processo, como por exemplo, aquele da DPGC, começa lá, eles disseram: ó, já montamos o processo, estão inseridos os documentos, passava pra mim, pro meu setor, o meu setor, meu setor fazia a parte dele e já mandava uma mensagem pro setor seguinte e esse por sua vez pro outro, pro outro, pro outro... pra que não houvesse interrupção. Por isso eles andaram rapidamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Era um caminho fértil pra corrupção, roubalheira, um negócio assim.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Essa afirmação está sendo do senhor, não minha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas, a conclusão que o senhor tá falando aqui é um caminho fértil...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não, eu não posso pactuar com esse seu pensamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se não fosse assim teria impedido a compra, o pagamento antecipado, teria verificado que não era.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não fui eu quem autorizou o pagamento antecipado. Eu não tenho nada com isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tinha obrigação de alertar, Coronel.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu não tenho na... a decisão não foi minha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tinha obrigação de alertar.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, é o senhor, é o senhor, é o senhor quem está dizendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. Vamos lá, vamos ver.

Muito bem. O Secretário Helton, em uma fala da Márcia, ela disse que o Secretário Helton, teria intervindo diretamente com a Veigamed para baixar o preço dos respiradores, que eles eram 190, abaixaram para 165 cada um. O senhor tem conhecimento dessa conversa?



O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois que esse rolo todo aconteceu, acabou, deu rolo, saiu no Intercept a confusão toda, o senhor conversou com o Secretário Helton, ele ainda era Secretário, sobre isso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Com a Márcia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não conversou com ninguém?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Saiu escândalo, nada?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, apenas ficamos sabendo via mídias sociais, porque ela estava lá no Coes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado, senhor. Obrigado pela participação do senhor, foi muito importante.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — De nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Bom dia, boa tarde, né, eu não almocei ainda eu falo bom dia, mas eu já sei que é uma e meia.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Carlos, bom dia.

O senhor ouviu falar sobre pedido de propina nas licitações ocorridas na Secretaria de Saúde?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, em momento algum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Porque um empresário de Joinville afirmou que pediram pra ele R\$ 3 milhões em propina...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Desconheço totalmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor imagina de quem partiu esse pedido de propina?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não. Não imagino.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor tem um relacionamento íntimo com o ex-Secretário Helton?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não íntimo, simplesmente profissional, até porque sou bem mais antigo do que ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas conhece ele há bastante tempo?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Conheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O Secretário Helton, ele foi chamado pela polícia pra dar um depoimento no domingo, logo depois da sua exoneração a pedido. Ele deu o depoimento e, na terça-feira, depois que a Márcia buscou estabelecer a sua versão, ele voltou espontaneamente na polícia para mudar seu depoimento. Nesse depoimento ele fez quatro afirmações muito graves, desde o pedido de pagamento de 40 milhões para empresa que gere o Samu, até EPs, participação de outro Secretário para hospital de campanha, isso, todas as afirmações ao Douglas Borba.

O senhor sofreu alguma pressão do Douglas Borba?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu conheço o Douglas Borba pelo... pelo jornais. Nunca conhe... nunca tive contato com ele.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É porque a sua função é uma função complicada, né? Os respiradores, óbvio, o volume, né, 33 milhões chamam bastante atenção, mas até em coisas menores, não tô dizendo que é pouco, é muito também.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por exemplo, vocês compraram máscaras que tem o valor de mercado de R\$ 3,00, R\$ 3,40, R\$ 3,70, por R\$ 16,00, R\$ 18,00.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É o canibalismo?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — É o canibalismo. O comércio aconteceu isso. Se nós não comprássemos, eles vendiam pro Rio, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pois é, mas esse canibalismo o ser humano que tá sendo comido é o dinheiro da pessoa, do cidadão catarinense que paga imposto, né?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Ou se fazia, ou se comprava nesse preço, o que o que todos os Estados fizeram praticamente, ou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É, mas (ri) o senhor acabou de citar os militares... até tenho que tomar cuidado para não ofender outros militares, porque eu conheço militar que é referência para o Brasil inteiro... O militar de Santa Catarina é referência para o Brasil inteiro, desde a banda da PM, até os seus soldados, Sargentos, aqui temos um Sargento, Coronel, Tenente-Coronel. Um erro não pode ser justificado ao outro, né? Por que um Estado faz errado a gente vai fazer errado?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu não sei... eu não entendi exatamente, mas o que eu gostaria de frisar é o seguinte, ou se pagava esse valor, ou não se comprava nada. Os preços é a lei da oferta e da procura. Simples assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O que que pode ter feito com que o Helton, que foi domingo contar uma história, terça-feira mudasse?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não tenho a menor ideia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu queria aqui, só deixar em ata o meu respeito e admiração pelos militares de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Bom dia, Coronel Carlos.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Obrigado por ter vindo.

Nós vimos aqui que, antes desse processo da Veigamed, havia sido feito uma tratativa que envolveu aí, claro que não foi o senhor, envolveu o Governador, envolveu Secretário, com Fiesc, com empresas catarinenses, que se colocaram à disposição pra trazer esses equipamentos e o senhor participou...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...nessa minuta de contrato, aqui, da Intelbras.

Segundo o depoimento da Intelbras, ela estava à disposição para trazer não só cem, como foi contratado aqui, ela poderia trazer mais. Só que as empresas na China



exigiam pagamento antecipado, e daí o governo disse que pra Intelbras não podia pagar antecipado. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, desconheço isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor não participou de nada disso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não participei, de nada, de todas essas tratativas eu estava...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas o senhor sabe desse documento aqui, que cem respiradores, que são os corretos segundo a empresa...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, sim, perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... que é o CGA 70, se não me engano, que é o correto pra UTL, que não é esse Shangrila... E que eles vão custar pro governo 7 milhões e uns quebradinhos, 100 respiradores, quer dizer 200 daria 14. O senhor sabia disso? Está aqui nesse documento...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... que o senhor... tem o nome do senhor...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não... não, não, perfeito, eu tenho conhecimento do processo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O que nos causa estranheza, e eu queria entender até que ponto o senhor sabe, porque aqui tem a assinatura do Governador e do Secretário Helton, como é que, qualquer cidadão de sã consciência sabendo que pode comprar por um, com segurança, porque é uma empresa idônea, que não quer ganhar em cima, que o Estado tem as melhores empresas com *expertise* de importação, tanto é que essa Veigamed se utilizou de empresas catarinenses pra fazer a importação, porque ela nem sabe fazer, como é que um vivaldino desse chega e passa por tanta gente? Você tem um negócio aqui que podia custar 14 e você se dispõe a pagar 33 em vez de 14?

O senhor consegue me... quando esse processo da Veigamed de 33, passou para tramitar pro senhor, o senhor... não passou isso pela cabeça:...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...poxa, a Intelbras poderia trazer isso, eu vi lá o contrato da Intelbras.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — O que nos foi repassado é que não havia capacidade da empresa Intelbras fornecer todos eles. Então, uma parte foi comprado em um lugar, outra parte em outra e assim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque aqui no processo, a Intelbras disse para o governo que ela não tinha suporte financeiro pra trazer tudo, que se o governo antecipasse 30% pra colocar lá pro exportador, ela poderia trazer tudo. Daí, tem um documento aqui que diz que para a Intelbras não se podia pagar antecipado, e, 3 dias depois, se pagou antecipado para um fantasma. Não lhe causa estranheza? Isso não passou pelo senhor?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas isso o senhor concorda que o governador do Estado e Secretário Helton sabiam disso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, os termos foram acordados por eles, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Foram acordados por eles.



Então eles sabiam que podiam pagar 14 milhões por 200 respiradores e optaram por pagar 33 pra esse fantasma. Diferença só de dias. Aliás, no dia primeiro de abril, o Governador assinou um termo aqui para a Intelbras, se comprometendo, quando os 100 respiradores chegassem a Santa Catarina ele reembolsaria a Intelbras e ficaria com os 100 respiradores. E no dia 2 de abril, alguém, lá dentro da Secretaria, o gestor no caso, o Secretário, autorizou a pagar 33 milhões...

O senhor como um militar, como se sente com isso? Porque eu percebo que o senhor é uma pessoa honesta. Dá pra ver que o senhor é uma pessoa honesta. Como o senhor se sente sendo comandado por pessoas que praticaram esses crimes e o senhor tendo que responder por isso, está aí na condição de investigado. Como o senhor se sente?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — É uma situação bem desconfortável, com certeza. Por causa de decisões equivocadas que foram tomadas lá em cima, não só eu, mas outros colegas, estamos sendo envolvidos em tudo isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Obrigado, senhor Presidente, tô satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

Antes eu quero consultar o Deputado Sopelsa, ele tinha se manifestado anteriormente ali durante a fala do Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tinha?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quero me inscrever, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Respondendo ao Deputado Sargento Lima, eu pergunto depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Boa tarde, senhor Carlos.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor falou que havia uma previsão com relação à epidemia, e que nesta previsão em abril nós teríamos seis mil pessoas mortas, inclusive, nas suas palavras, que teriam pessoas mortas nas ruas e nas calçadas dos hospitais. O senhor sabe da onde veio essa previsão?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não sei. Isso foi falado pra nós entre gerentes, entre diretores, não sei a fonte da onde foi extraída.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor não sabe, por exemplo, dar uma dica onde é que a gente poderia buscar esse dado que fez o governo fazer tanto atrapalhada.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor disse que quando o Coes mudou pra Secretaria de Defesa Civil, o senhor não via mais os seus chefes.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Praticamente não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quem eram?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Acima de mim, está a superintendente Márcia estava, e...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ela estaria também no Coes?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim. E acima dela estaria o Secretário Helton e o Secretário Adjunto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E vocês lá na Secretaria ficaram sem chefia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não, não sem chefia, é... tanto é que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Desses aí, eles não foram mais lá na Secretaria?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, não, eles não foram mais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor falou também que o Coes decidiu não fazer mais cotações de preço.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso daí o Coes estava acima do Grupo Gestor Econômico?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não, creio que não. Não está acima do grupo gestor, é... agora... o que foi acordado com o grupo gestor não posso... não sei, eu desconheço totalmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu concordo com o Deputado Milton Hobus, a gente percebe que o senhor é um cidadão do bem, o senhor vem aqui numa posição muito clara, eu... depois das suas afirmações aqui (ri), eu não sei se o senhor volta pra função, como senhor mesmo disse aqui.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim. Eu não estou preocupado com isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito.

E quero lhe agradecer, exatamente isso, mostra que o senhor está querendo ajudar a esclarecer os fatos. Mas o senhor fez duas afirmações. A primeira afirmação que o senhor fez é responsabilizando diretamente o ex-Secretário Helton e o Secretário atual agora, pessoas responsáveis por esta compra dos duzentos respiradores.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — São decisões que foram tomadas. Eu não posso afirmar que o Secretário Adjunto tomou a decisão, porque quem mandava, quem, quem comandava a Secretaria é o Secretário Helton, em última análise ele foi quem tomou a decisão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o senhor falou que esse Secretário Adjunto entrou numa reunião sem pedir licença e disse pra superintendente marcar uma reunião com alguém e que ela ficou sem ação, ou seja, ele também tinha força dentro da Secretaria.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim, sim. Ele possivelmente era um dos que estava assessorando o próprio Secretário Helton, e possivelmente precisava conversar com alguém, não sei quem que era e foi lá e pediu pra que essa superintendente Márcia fizesse contato com essa pessoa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor falou uma frase que me lembrou o ex-Comandante Adjunto, que na semana passada - quando deixou o comando da Polícia Militar - falou algo o forte e eu acho que é verdade, ele disse: Na caserna, sim é sim, não é não.

O senhor falou aqui, sou militar e recebo ordens, quando questionado por algum Parlamentar se o senhor não teria como alertar o erro que estava tendo nesse processo



fraudulento. O que aconteceu? O senhor estava na Secretaria e parece que agora o governo virou uma caserna.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu não entendi exatamente a tônica da sua pergunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu vou voltar a dizer.

O senhor é um bombeiro militar reformado, está numa função gratificada.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então, portanto, o senhor está numa condição de diretor de licitações e contratos da Secretaria de Saúde do Estado, que tem um montante de R\$ 3 bilhões o orçamento da Saúde. O senhor quando questionado por um dos nossos Parlamentares, não me lembro quem, o senhor afirmou que não deu nenhuma orientação de alarme sobre esse processo porque o senhor é militar e recebe ordens.

A minha pergunta é a seguinte: o governo, hoje, de Santa Catarina composto por muitos militares, aos quais eu, como disse o Deputado João Amin, respeito muito, o governo hoje de Santa Catarina está fazendo isso, como uma caserna, só cumpre ordens?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Prefiro não responder a sua pergunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por quê?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Vou me limitar à minha diretoria e minha função. Aí eu não vou entrar no campo do que eu acho como cidadão. Eu prefiro não me manifestar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k. É seu direito, mas a gente observa aqui, Deputados, que a o governo virou uma caserna, com todo respeito aos militares, e o pior de tudo, né, quando você tem a hierarquia e que daí, talvez... a sua manifestação... volto a dizer aqui, assino embaixo do que o Deputado Milton Hobus falou da sua pessoa, a gente vê que o senhor é um homem sério, eu vejo que o senhor é um homem sério, e mais que sério ainda, o senhor é corajoso quando se tem a verdade, porque o senhor disse: pegaram a menina e fizeram como boi de piranha e os responsáveis são o Secretário, que agora é ex-Secretário, e o Adjunto que agora é Adjunto(sic). E quando questionado se o senhor não poderia ter alertado, o senhor se preserva, como daquela formação, quem é militar nem se forma é forjado, né, Sargento Lima, a forja que vocês tiveram.

Isso me preocupa muito, Deputado Felipe Estevão, porque a gente observa que quem estava na Secretaria era um Coronel da reserva, esse Coronel Helton determinava as coisas de cima pra baixo, e talvez usava, Deputado Milton, a cautela, a hierarquia e disciplina usada na caserna para fazer os rolos e cale-se quem puder.

O Secretário, o atual também é militar ou não?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, não é militar.

Deixa eu ver se eu tinha mais algumas coisas aqui marcado. Eu acho que ela isso.

E me causou estranheza essa questão da mudança do Coes, ou seja, o Secretário, o Secretário Adjunto e a superintendente irem para a Secretaria de Defesa Civil e a partir dali definem que não seja mais feito cotação de preços. Eu gostaria muito de saber e talvez, Relator, seria importante a gente ir atrás deste... Eu entendo a sua situação, como o senhor fala do canibalismo comercial que é uma verdade, né, é o processo normal de oferta e procura, mas eu quero ir muito atrás de quem fez esse parecer que tocou o terror em quem tinha determinação, e disse agora em abril, Deputado João Amin, que teríamos



6 mil pessoas mortas pelas ruas. Eu acho que isso tem que aparecer, porque eu acho que isso é um negócio muito importante, por quê? Porque eu fui conversar com Secretário de Saúde de Joinville - assim que o ex-Secretário Helton viria em uma convocação nossa aqui, né, dois dias antes eu fui conversar com ele - e ele me mostrou um parecer de uma universidade, aliás, de três universidades, que dois dias depois de eu ter conversado com ele, nós tínhamos em Joinville 856 pessoas mortas, e nós tínhamos uma. Teria que morrer muita gente em um dia ou em 48 horas. Eu acho que isso é muito importante porque é o seguinte, por que que é importante Presidente? Porque a gente tem que ir buscar esses tais estudiosos que fizeram e tocaram o terror com esses pareceres e que colocaram não só os governos na berlinda, mas provocaram a subida dos preços dos produtos, fomentando esse canibalismo comercial.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então, Relator eu peço pra que o governo... possa ser requerido ao governo, qual é o parecer, a teoria... tomara que não seja, tomara que não seja igual o Governador decidiu fechar as academias porque recebeu um vídeo *fake* dizendo que na academia o vírus, através do cabelo da mulher, pode chegar a 40 metros, a 80 quilômetros por hora, um negócio impressionante.

Então, eu acho que isso tem que vir à tona, porque isso também faz parte da gente entender esse processo, como o senhor que é uma pessoa que a gente vê que é sério e que tá numa condição difícil, imagino o seu constrangimento, a sua história...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Imagino o senhor explicar em casa o constrangimento que vem aqui, mas nós não estamos querendo culpar ninguém. Nós só estamos querendo é achar quem determinou, e a sua presença hoje aqui foi muita clara, e eu quero lhe parabenizar pela sua coragem, e torcer pra que o senhor não seja exonerado de lá, porque se for, é porque o governo quer esconder mais coisas ainda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Obrigado, Presidente.

Eu só quero fazer, Deputados, um comentário.

É Coronel Carlos, né?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Coronel Carlos, eu quero lhe cumprimentar primeiro.

E ouvindo, senhor Presidente, senhor Relator e senhores Deputados, se nós ouvirmos e lembrarmos do depoimento do assessor jurídico da Secretaria da Saúde, da forma que saem os pareceres para que os contratos possam seguir, são muito poucas coisas analisadas, muito poucas, basta ver os pareceres em cima da compra dos 200 respiradores.

O Coronel Carlos coloca que eles obedecem muito ou olham muito o parecer jurídico do assessor jurídico da Secretaria. O senhor também diz, e eu quero aqui repetir aquilo que os Deputados anteriores disseram, o respeito que eu tenho pela Polícia Militar de Santa Catarina. Aliás, a Polícia Militar de Santa Catarina é um exemplo para o País. Mas, neste momento, neste momento, sem fazer julgamento, pelos dados que se tem até hoje, a Polícia Militar de Santa Catarina está ficando manchada, tá ficando manchada.



O senhor disse que obedece a hierarquia e eu tenho esse conhecimento e acho que é certo, agora eu quero lhe dizer uma coisa, com muita humildade, quando a gente tem conhecimento de que as coisas não estão sendo feitas corretamente, mesmo que seja contra os nossos superiores, nós precisamos nos manifestar. Nós precisamos nos manifestar! E aquele ditado de calar, consente, o senhor, que parece ser uma pessoa muito séria, o senhor não pode carregar.

Portanto, os esclarecimentos que o senhor tem possibilidade de oferecer pra esta CPI, eu lhe peço que o senhor ofereça.

Deputado Sargento Lima, era essa a minha interferência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, Deputado.

Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Senhor Presidente, Coronel Carlos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Valdir Cobalchini, só pra comunicar o senhor, que a câmera do senhor está invertida está na vertical.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A minha está aqui na horizontal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Agora sim, está chegando para a gente agora na vertical.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O.k.

Aqui ouvindo, ouvindo com muita atenção, é um negócio de altíssimo, pra não dizer de total risco. Como é que as pessoas perdem totalmente o controle, perdem a condição de pensar? Quando se analisa todos os elementos e se vê que a possibilidade de dar certo é muito pequena. Tendo outras possibilidades como essa, por exemplo, da Intelbras, ou de se aconselhar com a Fiesc, aqui em Santa Catarina que é um Estado de ponta da federação. Tem que se socorrer de uma empresa de fundo de quintal, do interior do Rio de Janeiro, por onde pairam já tantas e tantas dúvidas em relação a tudo que tem acontecido lá nos últimos anos. Santa Catarina é um Estado que nos orgulha a todos e a gente se constrange quando vê estampado na mídia nacional, nos programas de maior repercussão, dado, eu prefiro dizer, ao amadorismo tão grande, e o senhor é Coronel, chegou no topo da carreira e deve ter alguma coisa que lhe permita falar com o Coronel Helton que, aliás, é Tenente-Coronel. Tem que ter um momento pra alguém ter a tranquilidade de falar ao Governador que está na mesma patente sua: Governador, vamos parar com isso, vamos puxar o freio de arrumação.

O governo divulgou que o Ministério Público e o Tribunal de Contas fariam um acompanhamento de todas as requisições, estariam presencialmente para dar transparência, pra dar tranquilidade, tanto para os servidores, quanto pra sociedade, de que o que estaria sendo feito era estritamente no cumprimento da lei. Isso ocorreu Coronel?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Desculpe, por causa do *delay* na comunicação, entendi que a sua pergunta é se outros órgãos se prontificaram a estar conosco é... é... é essa a tônica da sua pergunta, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O próprio Governador anunciou que o Ministério Público e o Tribunal de Contas integrariam, estariam presencialmente acompanhando todas as aquisições. Pergunto: isso aconteceu, ou foram consultados esses órgãos?



O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Teve alguns momentos em que se tentou fazer reuniões. Eu lembro de uma reunião que eu participei do Coes, com a superintendente Márcia, foi feita uma videoconferência com vários  rg os: Ministério Público,  ... CGE e outros órgãos que não me recordo agora, Tribunal de Contas também, vários envolvidos. Se ficou no campo das ideias, efetivamente não se... aquilo não aconteceu.  ... os órgãos não vieram, não enviaram pessoas para nos auxiliar. Parecia-me que estava mais confortável ficar do lado de fora, observando o que estava acontecendo.

Não estou aqui emitindo juízo, dizendo que eles são culpados ou não porque o Secretário sabia dessa condi o, dessa situa o. Eu sei que na reunião que eles participaram conosco  ... falaram de nos apoiar, mas efetivamente não veio ninguém pra Secretaria para que estivesse conosco, analisando os nossos processos um a um. Isso não aconteceu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Se estivesse no tempo l  em que o senhor estava ainda na ativa, responsável pelas licita es, o senhor faria l  o que aconteceu hoje, aqui no Estado?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Desculpe, por causa da... da transmissão eu não entendi o início da sua pergunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Se o senhor pudesse decidir, voltando a um tempo l  da sua condi o de diretor de licita es l  do Corpo de Bombeiros Militar, o senhor faria um negócio como esse?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Eu prefiro me abster de responder a essa pergunta porque nós estaríamos tratando de um caso hipotético. Eu prefiro falar do concreto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Do concreto, do concreto... o senhor vê que foi um equívoco muito grande, que o erro praticado foi sem precedentes e que isto não pode ocorrer?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA — Concordo que houve um equívoco e concordo que não deve ocorrer,  ... ressalto, no entanto, que se talvez os órgãos de controle estivessem mais presentes, talvez isso não tivesse acontecido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — T , o.k., Coronel, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado Deputado Cobalchini.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bem, senhor Presidente.

Senhor Carlos, é bom t -lo aqui. Todo o Estado catarinense, são sete milhões de pessoas que querem esclarecimento de algo... talvez o maior escândalo que eu me lembro nos meus 30 anos de existência. Ainda jovem sei disso, mas 33 milhões pagos adiantados.

Senhor Carlos, o que me deixa até revoltado, profundamente triste, é que eu visito, por exemplo, a Casa Guido, em Cric  ma, e eu vi crianças com câncer e metástase, senhores Deputados, e aí: titio, me empurra aqui, com aquele soro subindo, aquele sorriso, e três dias depois estava morto.

Então, tratam-se de 33 milhões que se esvaíram de forma irresponsável. Como eu sempre digo aqui, ou   um amadorismo tremendo ou   corrup o. Isso judia a alma, o espírito, deixa a gente revoltado, e eu vim para esta CPI muito determinado a ter respostas: quem? Quem foi o autor dessa maldade, dessa malignidade com o povo catarinense? [*Transcri o: Camila Letícia de Moraes*]



E até vou divergir um pouquinho do Deputado Kennedy. O senhor era diretor de Licitação e Contratos da Secretaria da Saúde. Por mais que eu veja sinceridade, é óbvio que o senhor foi usado, desculpe a expressão, mas um Coronel ser laranja de um esquema fraudulento como esse, é triste ver isso, ainda mais tratando-se da briosa Polícia Militar do Estado, tão respeitada, e eu sei o amor, eu vejo na sua fala a sua firmeza, mas, inegavelmente, o senhor fez parte disso. Por mais que o senhor não teve benefício algum, mas o senhor foi usado, o senhor tem responsabilidade, foram 33 milhões que passaram, o senhor era diretor de Licitação. Então é triste.

Eu divirjo do Deputado Kennedy, o senhor tem obrigação, sim, tem responsabilidade de trazer esse assunto... Eu acho que o senhor quer esse esclarecimento, mas acho que toda a população quer e merece isso, um esclarecimento. São 33 milhões que se esvaíram, e até agora a Justiça recuperou 400 mil, 500 mil, e o senhor era diretor, fazia parte.

Então, o objetivo de estarmos aqui conversando é sabermos quem determinou. E pela sua... porque eu vi a sua conversa com os Deputados, esse Adjunto... até onde vai a influência dele, porque pelo que eu estou vendo ele tem influência, ele é um médico e o Coronel é quem determina, como bem falou o Deputado Kennedy, tem uma cadeia hierárquica, e eu convivi com o Moisés, sei como é que ele lidava, ele queria que fôssemos um "carimbódromo" aqui na Assembleia dele também. Mas um dia, mesmo se abstendo da amizade, porque ele disse: oh, tu queimou a ponte. Eu me abstive, disse não, espera aí, eu também tenho responsabilidade. E hoje estou aí gastando o que não tenho com advogados, porque fui suspenso do partido, mas disse não. Teve um preço, foi árduo, mas disse não.

Em nenhum momento o senhor olhou para esse absurdo, 33 milhões pagos adiantados para uma empresa *fake*? Se o senhor pesquisasse no Google veria que é uma casa de massagem, um cabaré. O senhor, sendo um Coronel, com todo o *know-how*, a sua história, o senhor não parou um minuto para questionar sobre isso? Não fez um questionamento, uma posição firme de um Coronel?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu já estava na Secretaria há cerca de nove meses. Dezenas e dezenas de processos, inclusive com processos de valores maiores foram comprados, de quarenta e poucos milhões...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, Coronel, não vou me ater a sua história. Os 33 milhões, esse fato, na compra dos respiradores, 33 milhões, o senhor não viu nada de estranho? Se o senhor se reserva, o senhor diz que não sabe, não sabe, blinda os seus superiores. Então a gente quer saber, o senhor, em nenhum momento... também não chamou a responsabilidade para si, nesse caso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Deputado, se o senhor não permitir que eu faça um panorama, eu não terei como responder a sua pergunta. Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor está criando um enredo, oito meses, aí fica vago, Coronel, por gentileza...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Se o senhor não permitir...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...a compra dos respiradores.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Então eu vou me omitir de responder se o senhor não me permitir, pra que o senhor possa entender a minha resposta, então vou me omitir de responder essa pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor está sob juramento, o senhor não pode se omitir. O senhor pode dizer que não sabe, pode dizer: não sei, não tenho conhecimento.



O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Então eu vou dizer que não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor não pode se omitir.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Então eu vou dizer que não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque se nós provarmos que o senhor tem conhecimento...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Se... se... se o senhor me permitir...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e o senhor disser que não tem, a gente pode...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Se... se o senhor me permitir...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor pode ser responsabilizado por falso testemunho.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Porque... porque a minha resposta, ela precisa ter uma... um... um pano de fundo pra que o senhor possa entendê-la.

Durante nove meses que eu trabalhei, dezenas e dezenas de processos passaram por nós. Todos eles processos sem problema algum, objetos entregues, equipamentos entregues, EPIs entregues. De repente começa a pandemia, vem um processo desse, menor do que outros que nós já havíamos adquirido. Não tinha suspeição alguma, porque o Secretário ele determinava várias, várias compras, ele assinou vários contratos, várias ordens de fornecimento. Jamais passaria pela minha cabeça que isso poderia ter... ter... ter acontecido esse equívoco. Parti do princípio da boa-fé, por isso ele seguiu avante.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, me perdoe, senhor Carlos, mas o senhor tem muita boa-fé, são 33 milhões. Nesse momento acho que tem a maior audiência o Estado catarinense, a gente é pressionado aqui, as perguntas que eu estou lhe fazendo é questionamento da nossa população de um modo geral, empresários, pessoas que estão... a população, o contribuinte catarinense, é dinheiro do contribuinte. E em nenhum momento o senhor, com a sua experiência, não fez um questionamento, não... Simplesmente o senhor assinou, seguiu diretrizes de cima e assinou, não fez nenhuma objeção.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu não assinei, apenas despachei para que fosse feita a dispensa de licitação. O processo foi concretizado e foi encaminhado para quem de direito para assinar a dispensa de licitação e a ordem de fornecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas o senhor... O Deputado Felipe me permite entrar nessa seara pontual que o Deputado Felipe aborda muito bem. O senhor não acha que poderia ter feito, por exemplo, um encaminhamento para frente com ressalva, recomendando a não contratação? Porque senão o senhor pode até passar como conivente com relação ao processo.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Quanto a isso eu não tenho o menor problema. Por quê? Porque nós temos um filtro chamado Assessoria Jurídica. Se quem entende do Direito, é mestre no Direito, devolve o processo pra minha diretoria dizendo que o processo pode seguir avante, eu não sou da área do Direito, eu sou da área da Administração, eu simplesmente peguei e encaminhei o processo para o meu superior.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Seu Carlos, o Secretário Adjunto, o atual Secretário de Saúde, o senhor André, estava ciente desses processos e com a repercussão desse pagamento antecipado?



O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu não posso afirmar com certeza, posso dizer que possivelmente sim, porque ele estava junto com o Secretário lá no Coes, na Defesa Civil, e acredito que todas as decisões, tanto do Secretário Helton, eram compartilhadas não só com os superintendentes, mas possivelmente também com o Secretário. Mas eu não, não posso afirmar isso porque eu não estava lá, não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor chegou a assinar algum pedido de parecer sobre esse processo de contratação?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – O que eu posso lhe responder é o seguinte: o trâmite, quando um processo adentra a minha diretoria, nós, em todos os processos, é o momento onde o processo vai à assessoria jurídica. O assessor se manifesta, não havendo restrição da parte do assessor, o processo segue avante.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tinha ciência que a proposta da Veigamed era de 50% de entrada e não do pagamento integral?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu não me recordo desse detalhe. Não me recordo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu vou até seguir aqui uma fala que esses dias o Deputado Ivan Naatz falou: o senhor deve rever, o senhor é desmemorizado demais, em parte não se lembra, não sabe...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Essa foi a única pergunta que eu disse que não me lembro, a única, de várias que eu já respondi a vários Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu me considero satisfeito, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pela ordem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só para dizer aqui, a gente foi falar muito sobre a caserna e tal, o pessoal da Polícia Militar pede para deixar bem claro que o Governador e o nosso convidado como testemunha aqui são dos bombeiros militares.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Corpo de Bombeiros Militar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Corpo de Bombeiros e não da Polícia Militar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Coronel, para finalizar, eu também tenho um histórico militar, graças a Deus.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Perfeito.

(Falas paralelas. Risos.)

Senhor, eu não me orgulho disso, mas derramei sangue e tive o meu sangue derramado no cumprimento da minha missão lá dentro. Quando eu coloquei o meu pé dentro desta Casa, eu tive que me dar conta rapidamente de que a minha função mudou.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Aquilo, por mais que tenha marcado a minha vida, me causado muito orgulho, não era mais o meu ofício.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu tenho certeza absoluta que uma dessas pessoas que, futuramente, estejam envolvidas em todo esse processo, jamais passou por um quartel, nem na rua dele, não botou o pé lá dentro. O verdadeiro responsável por esse imbróglio mesmo jamais passou sequer na rua de um



quartel e jamais mereceria honrar o brim azul ou o brim caqui. Essa é uma certeza absoluta que eu tenho.

Só para a gente desmistificar essa história de que um militar segue ordens, somente e nada mais faz. Ele faz, sim, ele toma decisões em questão de dois ou três segundos, que mais tarde o Juiz vai ter que levar seis meses para decidir se aquilo que ele decidiu foi certo ou não.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nós temos essa liberdade para decidir sobre isso.

A minha pergunta não é sobre valores, ou técnicas, ou, enfim... Na avaliação do senhor, quando o senhor tomou conhecimento da troca de equipamentos – os equipamentos acordados eram uns, os equipamentos que foram propostos para ser entregues eram outros, unidades fixas foram trocadas por unidades de terapia intensiva móveis, que ainda podem ser utilizadas, mas não são as adequadas ou as recomendadas para a atividade fixa. Ou seja, lá dentro do quarto do hospital você chega l , do lado do leito hospitalar, você colocar a unidade respiradora artificial e você colocar l  dentro.

Por que digo isso? Porque a capacidade, inclusive de carregar, a voltagem e tudo isso que envolve, transformadores, enfim, tudo isso que envolve para você colocar ela dentro de uma unidade de terapia móvel é diferente da fixa. E aquele cidadão que está ali acometido por uma síndrome respiratória aguda, ele também pode ser vitimado pela qualidade do equipamento.

Quando se compra esse tipo de material – isso a gente está vendo em todo o Brasil – vou comprar agora um respirador, são duas preocupações que o sujeito tem na hora de avaliar: a compra do material e o treinamento das pessoas que vão utilizar. Não adianta simplesmente ir lá na China ou na Noruega e jogar aquele material. Aí, sim, eu entro no campo da caserna, porque a gente sabe muito bem, cada vez que a gente comprava um equipamento, chegava um “Lucas” l  dentro do batalhão e falava assim: como   que a gente utiliza esse negócio aqui? Tem que ter alguém que fez o curso na empresa para treinar e ensinar as pessoas a operarem com ele.

Também não foi citado isso.... Essa parte de treinamento, que para mim seria essencial e técnica, não está aqui. Levando em consideração ainda que o André   médico de terapia intensiva, é a especialidade dele, se não me falha a memória, que na época era o Subsecretário, n ?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Secretário Adjunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Secretário Adjunto, adjunto ao Secretário.

Valores e a função do equipamento foram alterados. Não é o causar estranheza... Quando se... O senhor chegou a comentar ou a abordar esse assunto da troca, principalmente da função, da qualidade do tipo de equipamento, da alteração dele com o Helton ou com o Adriano? A gente tem que parar com essa dificuldade de citar nomes, falar o Secretário, para ficar algo subjetivo parado no a... Com o Helton, com o Adriano ou com a Márcia?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Adriano eu não sei quem é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O Adriano não, é o?...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sei do Helton, Secretário Helton e a superintendente Márcia, era com quem eu tratava. Especialmente com a Márcia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quando um dos dois comentou sobre isso?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – O que aconteceu é o seguinte: é... nós fizemos notificação à empresa, está nos autos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – A empresa fala a respeito da troca de equipamentos, que tinha problema em conseguir os equipamentos e tal. O Coes estava ciente disso. Como eles... foram eles que iniciaram todo o processo, eu não sei como eles lidaram com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a informação que o senhor repassou: olha, esse não é o equipamento que está descrito na...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim, estava lá no processo, estava lá no processo. Tanto é que mais tarde, não faz tanto tempo assim, a CGE, agora, poucos dias atrás, ela foi emitir um relatório que chegou às minhas mãos, e ela pediu pra que... determinou pra que nós fizéssemos uma terceira notificação à empresa, pedindo pra que ela revisasse os seus preços para baixo, em virtude da troca de equipamento, e pediu... E... eu fiz essa, essa notificação à empresa. A empresa faz várias alegações quanto a não poder fazer reequilíbrio e tal. Essa informação eu passei diretamente para a CGE. É um do... uma, uma das pessoas que serão ouvidas hoje é o Controlador-Geral, e até eu confirmei com ele antes de entrarmos aqui se ele recebeu a minha comunicação.

E a empresa, então... e eu questionei, nessa notificação eu questionei a empresa sobre os equipamentos, perguntei pra eles sobre por que que eles mudaram. Eu disse assim: qual é a diferença, por que vocês não... se tão mudando de equipamento, porque que vão...a questão do, dos valores. E a empresa alegou que, em vez de entregar o equipamento original, iria entregar um Shangrila com alguma especificação, não sei os números técnicos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, sim.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – ...depois de Shangrila alguma coisa. E ela diz que esses, inclusive, seriam equipamentos melhores e tal. Simplesmente peguei essa comunicação, encaminhei pra frente, o processo foi tramitado para o atual superintendente e à Controladoria Geral, que estão cientes.

Então, aí é uma questão de, agora, de gestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – De gestão desse que seria o Coes?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O Coes que era formado pela Márcia, pelo Helton e pelo Sub, pelo Adjunto?...

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Não, não, a Márcia era uma das integrantes. Os... os superintendentes todos estão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Na época o atual Secretário e o Adjunto, ele era Adjunto ao Helton?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim.

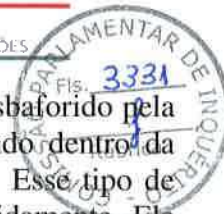
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Que é Adriano o nome dele, não é?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Não, é André.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – André?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – André Motta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – André Motta. Eu anotei errado aqui, mil perdões. André.



O senhor falou que numa determinada reunião ele também entrou esbaforido pela porta, cobrando atitudes de forma deselegante, como se estivesse entrando dentro da própria casa dele, enfim, e tratando as pessoas ali sem o devido respeito. Esse tipo de atitude denota alguém que tem pressa, ele quer que a coisa funcione rapidamente. Ele falou assim: olha, faça isso, chame o fulano aqui e resolva tal problema aqui o quanto antes possível.

Eu também acredito que ele não salte do travesseiro da casa dele e saia tendo esses arroubos, ele precisa receber uma determinação de alguém: olha, meu Adjunto, resolva isso. E quem estaria na cadeia de comando, não hierárquica, mas de comando ali seria o Secretário da Saúde, na época o Helton Zeferino, que, por sua vez, recebe diretamente, como seu chefe logo   sua frente na cadeia hierárquica de comando e de comandamento, o próprio Governador. Não existem mais paredes entre eles, uma subdivisão ali dentro, seria o Governador, o Secretário e depois o Adjunto ao Secretário.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ou o Governador não sabia de absolutamente nada, nem do processo, nem... foi guardado em segredo para ele a compra do respirador, o Helton e o André confabularam isso sozinhos e resolveram essa compra sozinhos, ou ele teria conhecimento disso.

Para concluir. Tirando esses dois nomes, o senhor acredita que, na construção dessa compra, qual foi o papel... Qual foi o papel da Márcia nessa compra? Tendo em vista que nós já sabemos que ali tem uma cadeia de comando, enfim, tudo isso. Por isso que eu gosto de parcelar a minha pergunta mesmo para que fique claro. O papel dos outros três nós já sabemos; o papel da Márcia, qual foi o papel dela nessa compra?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu não tratava com o Secretário. A Márcia era uma... uma mediadora entre o Secretário e os seus diretores, um dos quais eu. E ela simplesmente dizia para nós... que nós toc ssemos o processo e tal. Ela foi quem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com celeridade, com rapidez.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Sim, exatamente, com celeridade, com rapidez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu escutei diligentemente a opinião de todos os Deputados aqui, e s  para a gente poder concluir o assunto, não vai se achar nunca quem falou que nós estaríamos vivendo hoje o apocalipse zumbi. A cada quinze dias eles esticam a curva para de novo justificar mais uma compra, mais uma mortandade, enfim. Aí nós temos o Estado de São Paulo, em que está todo mundo morrendo, mas no Estado de Minas ninguém está morrendo, Santa Catarina também não, nós temos que afunilar algumas coisas ali, n ?

Há dois meses nós  ramos chamados de gado, olha l  o gado, o gado vai matar Santa Catarina, porque o gado está falando que essa curva não existe. O gado também apóia... que acabou de ser liberada agora a utilização de hidroxicloroquina. Os insanos, n , o pessoal da arminha? A gente carregou essa culpa, esse estigma macabro nas costas dois meses, apanhei dois meses nas redes sociais. Tomara que morra alguém da tua família, eu escutei isso, e porque a gente falou: essa curva não existe, não existe achatamento de um vírus, senão a gente achatava a AIDS. Simples assim.

Coronel, quero agradecer a presença do senhor aqui e dizer que foi de bastante valia também. Todos os Deputados concordam com isso, que houve revelações muito úteis para serem utilizadas nesta Comissão. Agora estendo a palavra ao senhor para fazer



as suas breves considerações. O senhor pode ficar à vontade e, posteriormente, a gente encerra a nossa sessão de perguntas ao senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado Lima, só ficou uma situação para trás. Nós temos nesse processo aqui diversos desentranhamentos de documentos. Várias vezes foram processos desentranhados, no começo, no meio e no fim. Virá uma testemunha aqui e, no processo, tem um parecer dele, ele disse que deu o parecer, mas o parecer não está no processo.

Como é que funciona essa questão de desentranhar documentos de dentro do processo licitatório?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Os processos eles... tramitam dentro de um sistema chamado SGPE, Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, isso é o significado da sigla. Qualquer pessoa que tenha acesso ao processo, que esteja de posse do processo, essa pessoa pode desentranhar alguma peça. Isso aconteceu em setor que não o meu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tudo bem. Tem como resgatar essas peças, quais as peças que estavam lá?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não existe um arquivo de segurança?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Não sei dizer se é possível, acredito que sim, mas teria que se consultar a Secretaria de Estado da Administração, que contratou uma empresa pra que gerencie esse SGPE. Então poderia se ver se é... se existe o *backup* dessas peças. Eu acredito que sim, mas eu não posso confirmar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual era o departamento?

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – Se veria na Secretaria de Estado da Administração. A Secretaria da Administração, eles podem dar essa informação com precisão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está o.k., muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Coronel, está a sua disposição, para fazer as suas considerações finais.

O SR. CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA – O.k.

Senhores, agradeço, não, não tenho mais nada a apresentar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deus que o acompanhe.

(O senhor Carlos Charlie Campos Maia deixa o recinto.)

Peço à assessoria que chame a próxima pessoa a ser ouvida. *(Pausa.)*

(O senhor Relator, Deputado Ivan Naatz, ausenta-se do recinto.)

(O senhor Luiz Felipe Ferreira adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.)

O SR. PRESIDENTE AD HOC (Deputado Estadual Kennedy Nunes) – Na saída do Presidente da CPI, Deputado Sargento Lima, que vai atender à imprensa rapidamente, ele pediu para que eu pudesse fazer a inicial do próximo depoente.

(O senhor Luiz Felipe Ferreira adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.)

O senhor sabe por que foi convidado a fazer parte hoje desta reunião?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.



O SR. PRESIDENTE AD HOC (Deputado Estadual Kennedy Nunes) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca dos fatos, o que lhe for perguntado, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE AD HOC (Deputado Estadual Kennedy Nunes) – Lembrando que o senhor está na condição de testemunha, compromissada, ainda detém o direito de permanecer em silêncio caso os fatos revelados possam incriminá-lo, mas o senhor deve expressar tal direito quando não entender, até para que a gente possa entender que o silêncio pode ser chamado ou considerado uma omissão. Então, portanto, se o senhor não quiser responder, o senhor diga que não quer responder para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro.

Eu peço que o senhor fale o seu nome completo, a idade, a sua profissão, o lugar em que exerce a sua atividade, o local de nascimento e o seu endereço – o mais próximo possível do microfone, porque nós temos alguns Deputados que estão de forma remota.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – É... Luiz Felipe Ferreira, 52 anos, sou professor universitário, atualmente eu ocupo o cargo de Controlador-Geral do Estado. É... resido na Servidão Fernando José de Andrade, 392, Sambaqui.

O SR. PRESIDENTE AD HOC (Deputado Estadual Kennedy Nunes) – O senhor está com advogado aqui ou não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE AD HOC (Deputado Estadual Kennedy Nunes) – Não.

Então passo a palavra agora ao Relator, Deputado Ivan Naatz. Antes, porém, devolvo a presidência ao Presidente da CPI, Deputado Sargento Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado pela gentileza, Deputado Kennedy.

Passo a palavra ao Deputado João Amin. Vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, se o Relator chegar eu me proponho a interromper os meus questionamentos e passo a palavra para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vossa excelência está com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Obrigado.

Senhor Controlador-Geral, como o senhor conheceu o Governador e quem indicou o senhor para ser Controlador-Geral do Estado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A... Foi a partir da transição, do governo de transição, eu fui coordenador da equipe de transição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Quem seria?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu fui coordenador da equipe de transição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, eu não perguntei se o senhor foi o...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – E lá atrás...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não foi isso o que eu perguntei para o senhor. Eu perguntei como o senhor conheceu o Governador e quem indicou o senhor para ser Controlador-Geral do Estado.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu fui convidado pra participar da equipe de transição...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Por quem?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...foi nesse momento que eu conheci o senhor...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Por quem?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – O Coronel Márcio Ferreira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Quem, por favor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – O Coronel Márcio Ferreira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então ele que o indicou, pelo menos para a transição?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Feito, agora o senhor respondeu. Obrigado.

O senhor tem conhecimento de que na Controladoria...

(O senhor Relator retorna ao recinto e faz sinal para que o Deputado João Amin continue.)

...na Controladoria-Geral da União o ocupante do cargo de controlador é um auditor de carreira, né, como ocorre também em diversos outros Estados da nossa Federação. Já em Santa Catarina o cargo é ocupado pelo senhor, um professor universitário de Contabilidade com doutorado em Engenharia Ambiental. Como o próprio governo se diz técnico, o Sindicato de Auditores do Estado pede, publicamente, a sua substituição, porque o senhor, segundo o Sindicato, é fruto de uma indicação política e os assuntos tratados na CGE necessitam de imparcialidade e independência.

O senhor considera que possui capacidade e independência/imparcialidade para exercer o cargo de Controlador-Geral?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – É... com todo o respeito, Deputado, eu fui convi... convocado pra responder a respeito das contratações da Veigamed. Então eu vou me ater à convocação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então o senhor se nega a responder essa pergunta? Tem esse direito.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu vou me ater... eu vou me ater à convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, por gentileza, só um minuto.

Ele [Deputado João Amin] está construindo a pergunta dele e eu gostaria que o senhor *(dirige-se ao depoente)* colaborasse de forma mais efetiva.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pela ordem até, se o Deputado Kennedy e o próprio Deputado Sargento Lima me permitem fazer uma observação, não foi feito o Aviso de Miranda ao senhor Luiz Felipe. Então que se faça o Aviso de Miranda agora, que ele tem o direito de permanecer calado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor está compromissado aqui com a verdade?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A dizer a verdade?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Se compromete a dizer a verdade?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sob pena de concorrer sob falso testemunho?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Então ele foi... o Deputado Kennedy assim o fez...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Perfeito. Então eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Só pra continuar aqui... Quem vai fazer a pergunta precisa fundamentar a sua pergunta.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senão a gente fazia perguntas objetivas e mandava via WhatsApp ou e-mail.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Tá, concordo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - O senhor então se nega a responder essa pergunta? É isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - A... Eu tô dizendo que eu fui convocado pra atender...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Não, só para constar em ata, é importante o senhor falar dessa maneira.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Eu estou atendendo ao que eu fui convocado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Perfeito.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Essa pergunta eu não vejo correlação com a minha convocação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - O senhor então se nega a responder essa pergunta?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Eu estou dizendo que eu estou respondendo ao questionamento que eu fui convocado. Essa questão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Bom, mas a pauta aqui vai ser muito mais abrangente.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Essa questão ela não guarda correlação com a... convocação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Bom, essa é a sua opinião, que não tem correlação. É óbvio que tem correlação.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Então, você possa... fazer a pergunta então.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Não, eu acabei de fazer. Quer que eu repita a pergunta?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Pode ser.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Bom, então vamos lá, até peço desculpa aos senhores Deputados e ao público que nos assiste.

O senhor tem conhecimento que na Controladoria-Geral da União o ocupante do cargo de Controlador é um auditor de carreira, como ocorre também em diversos outros Estados da Federação. Já em Santa Catarina o cargo é ocupado pelo senhor, professor universitário de Contabilidade com doutorado em Engenharia Ambiental. Como o próprio governo se diz técnico, o Sindicato dos Auditores do Estado pede, publicamente, a sua substituição porque o senhor é fruto de uma indicação política, e os assuntos tratados na CGE necessitam de uma imparcialidade e independência.

O senhor considera que possui capacidade, imparcialidade e independência para exercer o cargo de Controlador-Geral do Estado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Obrigado.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA - Todos os resultados apresentados até agora da CGE comprovam esse fato.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Como?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Todos.

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Como é que é?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Todos os resultados apresentados...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Peço que conste em ata isso, por favor.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...pela CGE comprovam essa questão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas onde estava a CGE nos respiradores, no hospital de campanha, na compra de máscaras?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Aí... aí no momento em que for perguntado, eu vou responder como é que funciona o sistema de controle interno dentro do Estado para saber qual é a posição da CGE dentro desse sistema de controle interno.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então o senhor pode se considerar perguntado.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Então é, é, é essa é a questão. Então... voltando à sua pergunta, grande parte dos auditores tem como formação a Contabilidade. Eu sou bacharel em Contabilidade, especialista em Auditoria, mestre em Administração. Se for olhar o meu currículo, eu tenho diversas atuações na área de auditoria. Certo?

O que compõe a estrutura da CGE? São três grandes macrofunções: auditoria interna, que ela é composta por um grupo de auditores, os auditores da Diag, então a auditoria interna ela trabalha no PAA, no Plano Anual de Auditoria, o.k.? Então... essa área é, é dirigida por um auditor, como também a Subcontroladoria é um auditor de carreira. O.k.?

Então toda a área de auditoria ela tem realmente a fundamentação relacionada à formação auditoria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - O senhor...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – E eu, de fato, sou da área de Contabilidade e de auditoria.

Uma das prerrogativas pra você fazer auditoria, uma das, né, principalmente auditoria contábil, é você for... ser bacharel em Contabilidade. O.k.?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O.k.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Como é que tá estruturado o Estado em termos de controle interno?

Nós temos três linhas de defesa, três linhas de defesa. Então você imagina três linhas de defesa. A primeira linha é a gerência, é o diretor, é o Secretário, essa estrutura, tá? A segunda linha de defesa vem toda a estrutura de suporte à primeira linha, então você tem a parte de licitação, o jurídico, você tem a contabilidade, você tem o financeiro, você tem toda a estrutura de apoio ao gabinete. Essa é a segunda linha.

Tanto a primeira linha como a segunda linha têm que se ater aos atos normativos, à conformidade legal, o.k.? Então o sistema, dentro das Secretarias, funciona de acordo com a primeira e a segunda linha. A questão de gestão é atribuição do Secretário, o.k.?

A terceira linha é a CGE, e ela trabalha de que forma? Ela trabalha de acordo com o PAA e com as trilhas de auditoria. Então eu tenho que ter um indicativo para, efetivamente, estar lá. Se eu não tenho um indicativo, eu não tenho como estar lá. Eu não tenho como a CGE, você... rastrear 26 bilhões por ano 100%. Não é isso?

Um exemplo bem fácil de se fazer. Quantos veículos passam acima da velocidade na SC-401? Diversos. Em que momento alguém, de fato, é identificado?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou sugerir ao senhor parar de falar, porque senão eu vou pedir para o senhor sair do governo!

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Quando o senhor tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o senhor não consegue pegar as coisas que estão roubando lá – desculpa, Deputado João Amin...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas se o senhor não parar de falar, nós vamos pedir para extinguir a sua Secretaria.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Mas... nós identificamos a questão do... do roubo, nós identificamos.

A questão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – (*Ininteligível.*) identificaram o quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...a questão do... da... da ilicitude, se verificou isso em 18 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Identificou-se o quê, senhor, por favor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A ilicitude.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Só para... é que tá sendo feita a ata.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso. A ilicitude.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, o senhor falou uma outra palavra anteriormente.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu gostaria que o senhor repetisse a palavra que o senhor acabou de falar.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – O... a ilicitude.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor falou roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não. Quem falou roubo foi o nobre...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, o senhor acabou de falar roubo. A ata conseguiu pegar? (*Dirige-se à taquigrafia.*)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Foi o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ah, então o vídeo também vai.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...o nobre Deputado que disse, o nobre Deputado que falou que eu não consegui pegar um roubo. Foi isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, mas o senhor repetiu o roubo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Repetiu

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, eu disse ilicitude.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu não me lembro do Ivan, mas o senhor falou roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ilicitude. Ilicitude.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, o senhor falou a palavra roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu estou reprisando, é ilicitude.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ah, tá.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Só vai se comprovar roubo...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado, sem prejuízo...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Só vai se comprovar roubo pela materialidade dos fatos. Então no dia 18, no dia 18 de abril o processo chegou na CGE e foi feita a verificação do processo. Dia 18 de abril, o.k.? No dia 24 nós fizemos uma reunião com o Secretário da Saúde apresentando pra ele quais eram os problemas do processo. O.k.? No dia 24. Nesse dia 24, foi antes de qualquer manifestação de imprensa, qualquer outra questão.

Ali nós teríamos duas questões significativas: primeiro, apuração de uma sindicância, porque até aquele momento o que se tinha era um descumprimento de contrato, nada mais além disso, e descumprimento de regras legais, tá? E uma apuração preliminar, aliás, uma apuração preliminar, né, com base na Lei Anticorrupção. Então isso foi lá no dia 24. Então... foi *a posteriori* do pagamento? Foi. Então o que que você tem? Você tem um sistema de controle, que é pra funcionar dentro da Secretaria, você tem os controles instra... instalados, e você tem uma questão de conduta. Então a... ilegalidade ou a possível ilegalidade da operação não é por falta de controle, não é por falta de governança, nem por falta de gestão. É por falta de? Conduta, conduta dos indivíduos. Por quê? Se eu tenho uma lei que determina que eu tenho que botar três carimbos, por que eu coloquei um carimbo só? Não é isso? E você tem diversas etapas dentro da estrutura da Secretaria que deixaram de cumprir os controles. Se você deixa de cumprir o controle, você passa a correr risco, e o risco é isso que nós estamos vendo.

Então, os controles eles são existentes, estão lá, né? Por alguma razão, e por isso que tem uma investigação preliminar na CGE, tem uma investigação na Deic e Ministério Público, por alguma razão se deixou de observar os controles. A questão é essa, mas os controles estão lá, estão postos, o.k.? E quando a CGE foi demandada de verificar esse contrato, prontamente ela atendeu aos requisitos e tomou as iniciativas necessárias para a reparação do dano. Isso tá tudo documentado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O que essa investigação da CGE... O senhor poderia acrescentar aqui para nós, já que pode ser um fato novo, essa investigação da CGE já apontou o quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Essa investigação da CGE ela é... é sigilosa, tá, no âmbito da CGE e na Diretoria de Correição. Então são os auditores que estão apurando a questão em si. Tem um trabalho conjunto com a Deic e... há o... tem que se aguardar os resultados, os resultados finais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor relatou em depoimento que o ex-Chefe da Casa Civil, o senhor Douglas Borba, o coagiu para a compra de EPI, de quase R\$ 70 milhões – isso é grave. O que o Governador recomendou ao senhor quando o senhor relatou esse fato grave?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Mas eu não relatei esse fato ao Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Por quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Porque quando aconteceu a questão no dia... na Quinta-Feira Santa, acho que era 9 de abril, mas... Quinta-Feira Santa, era um fato isolado. Na realidade você tinha um... um... processo mal fundamentado, mal estruturado, com vícios de origem, não é isso, pra compras do EPI.

Então naquele momento aquele processo ele não representava nada. Como o processo, na realidade, possuía vícios, a justificativa foi o arquivamento do processo.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Sim, mas o senhor não considerou importante para avisar o Governador? O fato não era isolado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, porque... se o... se o processo ele não tinha materialidade, ele não tinha possibilidade de aquisição, por que eu iria avisar o Governador de um fato que o processo já foi arquivado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas foi arquivado porque houve uma denúncia! Foi arquivado não porque foi uma decisão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Foi uma decisão judicial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi uma decisão...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não, não. Do EPI, ele tá perguntando do EPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, estou falando.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não, do EPI, não. Não, EPI não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, isso começou a circular nas ruas, começou com as medidas emergenciais.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não, não, do EPI, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Estava carregado o caminhão.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para trazer o equipamento.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não, do EPI... do EPI... do EPI e o processo, daí teria que ver o número, do EPI foi um processo que nem estartou, ele não foi nem assinado, é um processo que não teve nem a admissibilidade. Então não tem como ter adquirido nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E hoje (*ininteligível*).

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Da... da parte que eu fiz a análise, era isso que constava no processo, ele não possuía admissibilidade pra ter sequência. Essa é a questão.

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, a compra dos respiradores fantasmas por R\$ 33 milhões foi feita sem que o senhor ou que a CGE tivessem conhecimento.

No site da CGE está noticiado que no dia 31 de março a CGE se reuniu no Centro de Gerenciamento de Riscos e Desastres da Secretaria da Defesa Civil, SDC, com a Secretaria de Estado da Saúde para construir mais detalhadamente o trabalho de assessoramento e consultoria.

Poucos dias depois foi feito o pagamento à Veigamed pelos respiradores fantasmas. A pergunta é: o que o senhor foi fazer naquela reunião?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Na realidade nós fomos apresentar uma orientação técnica produzida pela CGE – isso eu trouxe pra disponibilizar aos senhores –, a Orientação Técnica 02/2020, que trata dos requisitos contra a Covid e o que que teria que ser observado por parte das Secretarias.

Então foi a proposta de trabalho que nós fomos apresentar lá na questão em si. O que que consiste, na realidade, essa orientação técnica? É uma base legal e depois eu tenho o guia de procedimentos. O guia de procedimentos é um *checklist*, praticamente ele compo... é composto por 26 questões, e depois ele te traz um parecer final com relação à aquisição.



Então nós estávamos estruturando uma política de trabalho pra atender as demandas da Secretaria da Saúde. Foi isso que foi feito na reunião.

Qual era o procedimento? A Secretaria da Saúde identificava quais eram as demandas necessárias pra que fossem analisadas pela CGE, ela mandava a demanda por e-mail, nós reconhecíamos e avaliávamos o processo, e devolvíamos a resposta por uma... um guia desse preenchido.

(O depoente mostra documento.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, Presidente, eu me dou por satisfeito por enquanto.

Passo a palavra de volta ao senhor e, daqui a pouco, a atuação da CGE vai ser culpa mesmo é dos Deputados, que aprovaram por unanimidade a reforma administrativa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o Deputado Milton Hobus me permitir, já que quero seguir a linha muito bem elaborada pelo Deputado João Amin, eu vejo aqui que os compromissos da Corregedoria são comprometimento, imparcialidade e impessoalidade. São os valores da Controladoria.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso, isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor se considera, sendo um cargo comissionado, indicado do Governador do Estado, capaz de cumprir esses valores de comprometimento, imparcialidade e impessoalidade.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – É o que eu tenho exercido até hoje.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dentro desse um ano e meio em que foi criada a Controladoria, qual foi o caso de corrupção que vocês encontraram? O senhor poderia citar para a gente um grande trabalho da Corregedoria? Olha, assim: nós fizemos tal coisa, nós mostramos lá, pegamos aquele rolo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Se me permite, então vamos ali. *(O depoente folheia alguns documentos.)*

Ah... dentro da parte da Corregedoria, hoje tem R\$ 170 milhões em verificações de ilícitos, tá, das diversas áreas, entre elas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas do passado ou de agora?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, passado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Passado. Quero saber de agora.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Contando aqui... contando aqui 170 milhões...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quero saber desse governo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Os 33, os 33, os 33 milhões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber desse governo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Desse governo nós avaliamos 44 editais da Secretaria da Educação, isso num total de 54 milhões, e foram suspensos e/ou revogados o montante de 48,500 milhões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por quê?



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Significa... porque não tavam completos, não atendiam.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não estava irregular?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Existiu algum vício de origem.

Então, no momento que o edital ele é lançado, que cai na nossa trilha de auditoria, tem alguma... algum descumprimento? Vamos supor que nós estamos falando de obra. Obra eu preciso do projeto básico de engenharia. Só tem um croqui, não tem um projeto básico de engenharia, esse processo ele não pode ser lançado. Automaticamente a CGE faz uma recomendação, recomendação, aí a critério do gestor, porque ele tem um critério discricionário, ele é o gestor, a parte de gestão não é questão relacionada à CGE, ele atende ou não.

No caso da SES, aliás, da SED, nós tivemos aí, de fato... é o atendimento de 100% das considerações. O.k.? Aí vamos, então, no caso do hospital de campanha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu vou perguntar para o senhor.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tá. Diga.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quero saber... O senhor disse que dentro deste ano e meio que o senhor é Controlador, que tem essa Controladoria, o senhor disse que encontrou contratos de 54 milhões que foram suspensos.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, nós tivemos... nós avaliamos 54 milhões em editais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Desses editais, foram suspensos ou revogados os editais num valor de 48,5 milhões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então praticamente tudo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Praticamente todo ele tem um vício de origem. Tem um problema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Gostaria que consignasse em ata bem claramente o que disse aqui o Controlador. No total de?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – 54.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 54 milhões, 48 milhões têm...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tinha algum...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tem algum vício de origem.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...vício de origem.

O que que representa isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, agora eu vou continuar a pergunta.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – O processo volta pra fase inicial, refaz o processo e daí ele é publicado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vou fazer uma outra pergunta para o senhor. Saiu o hospital de campanha, que é o primeiro de tudo. Nós ouvimos aqui algumas pessoas para compreender como é que foi o procedimento lá no hospital de campanha, para fazer uma introdução aqui do processo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aquele processo não está em investigação, a gente não estuda aqui.



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas a gente precisa compreender.

Saiu o problema do hospital de campanha, eu quero dizer para o senhor, saiu o hospital de campanha. Saiu a notícia de que tinha um direcionamento para uma empresa, que tinha desclassificado a segunda empresa, contrataram a... desqualificaram a empresa que tinha apresentado o menor valor, a empresa entrou na Justiça, o Tribunal de Contas deu parecer, o cara ganhou na Justiça... O Secretário Helton foi convocado para vir aqui na Assembleia, teve que voltar, voltou no outro dia. Depois a gente trouxe também o Secretário da Defesa Civil.

O senhor acompanhou todo esse processo do hospital de campanha? Não estou dizendo o processo ali, estou dizendo toda essa celeuma que se deu no hospital de campanha?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Acompanhei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Acompanhou.

Então lá acendeu para o senhor alguma luz de que o governo estava cometendo equívocos?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Acendeu a luz... Houve... ocorreu uma reunião, se não me falha a memória numa segunda-feira ou terça, pra apresentar qual era a proposta do hospital de campanha, e aí representado por diversas entidades, né, Ministério Público, Tribunal de Contas, a CGE, estava a... a... Secretaria de Defesa Civil. E se tinha a intenção de construir o edital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu compreendo isso aí.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, mas eu vou chegar na... construir o edital, certo? Na quarta-feira é publicado o edital. Quando o edital foi publicado, que nós tomamos conhecimento do fa... da materialidade, foi feito a revisão do edital. Na quinta-feira pela manhã nós repassamos, né, ao Secretário é... João a questão das inconsistências, não é isso?

Então você tinha ali é... problemas de instrução do processo e problemas de execução do processo. Então a própria execução ela tava comprometida, porque você tinha ali a possibilidade de um jogo de planilhas. Porque você faz uma análise global e se no meio você põe algum valor zerado, o que está se considerando é a análise global. Quando você vai executar, você vai executar aquele serviço. Quanto é que eu vou pagar? Como é que vou mensurar isso? O.k.? Então nós fizemos a manifestação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Compreendi. Então no hospital de campanha...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Fizemos a manifestação, tá certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O hospital de campanha acendeu alguma luz do governo? Opa, pode ter rolo aí.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, acendeu, acendeu uma informação que a CGE apresentou ao Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Porque a relação da CGE é com o Secretário...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, tudo bem.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...a relação da CGE, em função da independência, não é todo... o... o... a questão...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então como que o senhor soube? Alguém avisou a Corregedoria? Alguém mandou um e-mail?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ele publicou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor interveio de ofício?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, ele publicou o edital. No momento que ele publicou o edital, nós fomos avaliar o edital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Então, da mesma forma que foi feito na Secretaria da Educação. Avaliação de edital. O que que ele teria que fazer ali?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não, mas eu vou perguntar para o senhor.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Suspender o edital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vou perguntar.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Diga.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Daí muito bem, publicou o edital do hospital de campanha, o senhor viu e sugeriu correções.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Por que a Corregedoria...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A Controladoria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...a Controladoria não sugeriu correções na compra dos respiradores, que tinha pagamento antecipado, que tinham propostas que não tinham assinatura, que não tinham endereço, que não tinham CNPJ, que não sei o quê, aquela coisa toda, que todo mundo e o senhor já sabem melhor do que nós.

Por que o senhor não interveio naquele?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Aquele nós avaliamos s  18/04.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por quê? Eu quero saber por quê? Porque aquele o senhor falou que foi automático.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Porque não foi demandado, não foi demandado. O do hospital de campanha eu participei de uma reunião do dia anterior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Nós tínhamos o compromisso de acompanhar e avaliar o edital. Esse foi o compromisso, esse foi o pedido da Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eles mudaram o edital depois que o senhor falou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mantiveram o edital?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Mantiveram o edital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mesmo que estava com a sua recomendação?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Mesmo com as minhas recomendações, mesmo com as recomendações do TCE, o edital foi mantido. Por essa razão que o contrato foi cancelado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse que fez uma reunião, pro Deputado João Amin, que muito bem encontrou l  no site, a data de uma reunião para tratar da Covid, para preparar a 02? Em 31/3, certo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Certo.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Em 31/3 o senhor fez essa reunião para tratar dos procedimentos da Covid e provavelmente para instruir, preparar a 02/2020. É para isso essa reunião?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, essa reunião foi pra apresentar o guia de orientação e a orientação técnica da CGE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse? (*Mostra documento.*)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Esse guia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse guia?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Esse guia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Apresentar. O senhor foi lá, no mural e apresentou ele?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, fui... fui fazer a sugestão de... discussão e apresentação do trabalho que ia ser feito pela CGE. Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor foi apresentar esse trabalho para eles?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 31?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem estava nessa reunião?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ah, até agora eu... não sei te precisar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Secretário de Saúde estava lá?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, era equipe de trabalho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E que equipe de trabalho?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A equipe de trabalho da... agora eu não sei te precisar qual é a equipe de trabalho que estava lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas a equipe de trabalho da Secretaria da Saúde estava lá?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não sei lhe precisar qual era a equipe que tava lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem uma ata dessa?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, teria que ver... que rever a minha agenda e... quais eram as pessoas que participaram. São tantas reuniões...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas tinha gente da Saúde?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tinha... são tantas reuniões que você agora não consegue, dentro do espaço de tempo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas é importante, eu queria que o senhor tentasse fazer esse exercício.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Concorde, concorde, concorde, concorde, são tantas...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós precisamos saber se essas pessoas estiveram lá. Oh, pessoal, olha aqui, tá vendo, não pode... tem instrução normativa.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, o guia... esse guia... esse guia ele foi passado por meio de ofício circular pra todas as Secretarias, entendeu?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – No dia 31?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, daí eu teria que resgatar qual foi a data. Então... tinha duas formas de trabalho: ou a Secretaria assumia e acompanhava o processo por meio do guia, ela mesmo faz o *checklist*, tá, ou ela poderia demandar para a CGE fazer essa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse trabalho.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Esse trabalho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Já entendi.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – O que nós teríamos? A CGE ela precisava de dois dias pra analisar o procedimento. Muitas das vezes a Secretaria dizia que não demandava desse tempo específico. Então você tem que ter o...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – ...ou você tem controle ou você corre o risco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Luiz Felipe, eu preciso entender, os Deputados aqui também precisam entender, quando foi que as Secretarias, todas, inclusive a da Saúde, recebeu recomendação dos procedimentos das compras emergenciais. Quando a CGE chegou para esses Secretários, diretores ou advogado e disse: pessoal, tem que seguir esse procedimento aqui.

Nós temos aqui a data de 31/3.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A orientação técnica foi publicada dia 7 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas não publicada, o senhor explicou ela antes.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, explicar é uma questão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quando foi?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ela passa a ser válida no momento que ela foi publicada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o senhor mandou e-mail antes...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ela foi publicada, ela foi publicada dia 7 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Depois da...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Então após, após 7 de abril que foi mandado um ofício circular pra todos os Secretários apresentando essa informação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Foi onde ela se tornou válida, é, e um critério de atendimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E a 02? E a 02?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Ah, essa é a publicação da SEA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim. O senhor sabe?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A 02 você não sabe dizer. E a 06?